

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**VALÉRIA DORNELES FERNANDES**

**O PECUARISTA FAMILIAR NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE  
(SANTANA DO LIVRAMENTO/ RS)**

**Porto Alegre  
2012**

**VALÉRIA DORNELES FERNANDES**

**O PECUARISTA FAMILIAR NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE  
(SANTANA DO LIVRAMENTO, RS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

**Porto Alegre**

**2012**

F363p Fernandes, Valéria Dorneles  
O pecuarista familiar na campanha rio-grandense (Santana do  
Livramento / RS) / Valéria Dorneles Fernandes. – Porto Alegre, 2012.  
177 f. : il.

Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

(Série PGDR – Dissertação, n. 154).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre,  
2012.

1. Pecuária familiar. 2. Sistema agrário. 3. Desenvolvimento rural.  
I. Miguel, Lovois de Andrade. II. Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

CDU 636.03

**VALÉRIA DORNELES FERNANDES**

**O PECUARISTA FAMILIAR NA CAMPANHA RIO-GRANDENSE  
(SANTANA DO LIVRAMENTO, RS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2012.

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - orientador  
PGDR/UFRGS

---

Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro  
Emater/RS

---

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto  
PGDR/UFRGS

---

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti  
PPGH/UFSM

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, aos funcionários e professores, pela acolhida e também por assumirem o desafio de trabalhar em um programa multidisciplinar. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudos.

Agradeço mais do que sinceramente ao meu orientador professor Lovois de Andrade Miguel, pelo aprendizado, pela compreensão e pela amizade. Agradeço ao professor Lovois por ter aceitado orientar um trabalho com fontes primárias e dividir comigo esta incursão na multidisciplinaridade. Agradeço por ter partilhado esta experiência ainda no mestrado.

Agradeço também ao professor Mielitz Netto por ter me encorajado logo no início do curso a seguir meu projeto com fontes primárias. Tanto o professor Mielitz quanto o professor Lovois foram pessoas muito importantes para que eu vencesse a insegurança inicial e seguisse neste projeto. Agradeço ao Cláudio Ribeiro pelas breves conversas que tivemos, quando eu pude comentar a respeito da minha proposta de pesquisa e, mais uma vez, me senti encorajada a seguir o caminho.

Agradeço ao Cláudio Ribeiro, Luiz Augusto Farinatti e Mielitz Netto por aceitarem participar da minha banca de defesa.

Meus agradecimentos especiais aos pecuaristas familiares que me receberam em Santana do Livramento, tanto aos entrevistados quanto as suas famílias que partilharam do momento da entrevista. Agradeço à equipe do Escritório da Emater/RS em Santana do Livramento que sempre me receberam com atenção. Agradeço especialmente aos técnicos Dolines Bergara Mezera, Graciela Correa Meller, Lisiane da Silva Schlick e Mário Gonzalez por terem me acompanhado na realização das entrevistas, e também pela compreensão e ajuda, pois estando eu na época com o pé machucado só dependia da carona deles.

Ainda em Santana do Livramento, agradeço à Maria Oyamburo – na verdade moradora de Rivera e conhecida carinhosamente por *Chola* – por ter me acompanhado nas primeiras visitas na campanha, ajudando a compreender um pouco mais desta realidade, por ter compartilhado bons momentos nas estradas e por ter tocado “vacas brabas” dos corredores para nossa passagem.

Em Quaraí agradeço à Betinha, do Escritório da Emater/Rs, por ter me colocado em contato com a equipe do escritório de Santana do Livramento.

Em Porto Alegre, agradeço a toda equipe do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, local que foi também minha “morada” de pesquisa. Agradeço especialmente ao Jorge, ao João e ao “pessoal da busca”, pois foram dias e dias de parceria e ajuda.

Agradeço ainda a Patrícia Bosenbecker pela ajuda com a digitação do banco de dados e transcrição das entrevistas. Agradeço a Anelise Arnold pela revisão de português.

Na Secretaria Estadual da Educação do RS, não posso deixar de agradecer às pessoas que em 2011 me apoiaram para que eu pudesse conciliar as tarefas profissionais que possuo na Secretaria com a conclusão da minha pós-graduação: Ester Venucia Guareschi Soares e Rodrigo Venzon.

Agradeço a dois professores da graduação que foram pessoas que marcaram de forma positiva minha trajetória: Sirlei Terezinha Gedoz e Egon Roque Fröhlich. A este último foi com imensa surpresa e satisfação que pude dentro do PGDR partilhar de suas aulas mais uma vez. Agradeço a todos os meus colegas do Programa pela convivência, em especial aqueles que compartilharam as disciplinas comigo e conseqüentemente as inquietações.

Agradeço a minha família pela amizade, amor e apoio. Agradeço especialmente ao Karl Monsma, pela amizade, companheirismo, compreensão, pela interlocução, pelos livros emprestados e pelos cafés. Agradeço a todos os meus amigos pela amizade, apoio e por tudo o que já compartilhamos: Angélica Boff, Ana Carrion, André Barros, Angela Postay, Cecília Froemming e sua mãe Leda Nunes, Eduardo Chaves, Graciela Garcia, Luciana Blaskiewiski, Lisane Berlato, Márgara Squeff (e família Squeff) e Roberta Silva. Agradeço especialmente ao meu amigo Lisandro Signori.

## RESUMO

A Campanha, no Rio Grande do Sul, tem como principais características a predominância de produção pastoril e grande concentração fundiária. Em 1998 o IBGE identificou um grupo numeroso de pequenos produtores que se dedicam à bovinocultura de corte e com características de agricultores familiares, os quais foram identificados como *pecuaristas familiares*. A literatura que aborda esta categoria social considera que este grupo tem, na sua origem, diferentes trajetórias e que estes processos se desenvolveram no período inicial do século XX, ou seja, o pecuarista familiar é originário do século XX. No entanto as pesquisas históricas recentes mostram que pequenos criadores de gado estavam presentes na Campanha desde, pelo menos, o início do século XIX. O presente trabalho busca avaliar a natureza da relação histórica entre os pequenos criadores de gado do século XIX e os pecuaristas familiares da região da Campanha hoje. O estudo focaliza principalmente o município de Santana do Livramento, visto que além de ter uma tradição na produção pecuária extensiva também se mostra um município com uma significativa presença de pecuaristas familiares na atualidade. O estudo utiliza o conceito de sistemas agrários e se baseia principalmente em dados extraídos de entrevistas com os pecuaristas familiares do município e fontes documentais primárias: censo, processos criminais e cíveis e inventários *post-mortem*. Esta pesquisa permite identificar como principais resultados a existência de estabelecimentos agrícolas que desenvolviam a pecuária em uma complexidade de tipos, que variavam quanto à dimensão do estabelecimento, modo de acesso à terra e o estatuto social da mão de obra. Ressalta-se neste trabalho a identificação de um grupo de criadores existentes no século XIX que possuíam pequenos rebanhos de gado e utilizavam principalmente a mão de obra familiar, sendo que muitos deles não possuíam a propriedade da terra. Este grupo demonstra a persistência dos pecuaristas familiares como uma categoria social na Campanha desde o período do século XIX.

**Palavras-chaves:** Região do Prata. Região da Campanha. Pecuarista familiar. Sistema agrário. Século XIX.

## ABSTRACT

The principal characteristics of the Campanha region of Rio Grande do Sul are the predominance of livestock production and concentrated landholdings. In 1998, the IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute) identified a large group of small producers dedicated to raising beef cattle, with the characteristics of family farmers, who have been identified as *family ranchers*. The literature on this social category affirms that this group emerged from different trajectories and that these processes began in the early twentieth century. In other words, the family rancher is a product of the twentieth century. However, recent historical research shows that small-scale cattle ranchers were present in the Campanha since at least the beginning of the nineteenth century. This master's thesis attempts to evaluate the nature of historical relations between small ranchers of the nineteenth century and the family ranchers of the Campanha region today. The study focuses principally on the municipality of Santana do Livramento, which in addition to having a tradition of land extensive livestock production also has a significant number of family ranchers today. The study uses the concept of agrarian systems and is based principally on data extracted from interviews with family ranchers in the municipality and from primary documentary sources: a census, criminal and civil court records, and probate records. This research allows identification of several types of livestock raising establishments, which varied in size, in forms of access to land and in the social and legal status of their workers. This work highlights the existence of a category of ranchers in the nineteenth century that had small herds of cattle and used primarily family labor, many of whom were not landowners. This group demonstrates the persistence of family ranchers as a social category in the Campanha since the nineteenth century.

**KeyWords:** Rio de la Plata region. Campanha region. Family rancher. Agrarian systems. Nineteenth century.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bioma Pampa.....	34
Figura 2 – Messorregião do Sudoeste Rio-Grandense (Campanha) e destaque de Santana do Livramento .....	35
Figura 3 – Tipos de solos e principais rios de Santana do Livramento .....	37
Figura 4 – Paisagem do município de Santana do Livramento.....	40
Figura 5 – Mapa das regiões socioeconômicas de Santana do Livramento.....	41
Figura 6 – Mudanças observadas na paisagem.....	57
Figura 7 – Os pecuaristas familiares entrevistados.....	90
Figura 8 – Os pecuaristas familiares entrevistados.....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários em Santana do Livramento/RS.....	67
Quadro 2 – Caracterização socioeconômica dos pecuaristas familiares – Santana do Livramento - 2011 .....	82
Quadro 3 – Perfil de mão de obra utilizada pelos pecuaristas familiares - Santana do Livramento .....	86
Quadro 4 – Tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos pecuaristas familiares, na sua propriedade – Santana do Livramento - 2011 .....	87
Quadro 5 – Instrumentos Agrícolas - Santana do Livramento (1859-1881).....	112
Quadro 6 – Principais categorias sociais dos estabelecimentos agrícolas (sistema de criação de gado bovino) – SA Pecuária de Extensiva de Corte Tradicional – Santana do Livramento (1800- 1880) .....	115
Quadro 7 – Custeio de mão de obra permanente pela quantidade de reses (Santana do Livramento – 1858) .....	141
Quadro 8 – Categorias dos animais observadas nos inventários.....	177

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estratificação Fundiária de Santana do Livramento (1995-96) .....	81
Tabela 2 – Distribuição das profissões dos réus pela nacionalidade (em %) - (Santana do Livramento, 1859 – 1890).....	103
Tabela 3 – Distribuição das profissões dos réus conforme estatuto jurídico do réu (Santana do Livramento, 1859 – 1890).....	105
Tabela 4 – Distribuição do evento violento por década de autuação (Santana do Livramento - 1860-1888) .....	106
Tabela 5 – Estatística descritiva de atividade pecuária de Santana do Livramento, por cria anula (1858).....	117
Tabela 6 – Estatística descritiva da criação de gado <i>vacun</i> (cria anual) distribuída por quarteirão (Santana do Livramento, 1858).....	119
Tabela 7 - Distribuição de tipos de animais no rebanho total por período (Santana do Livramento, 1859 – 1881).....	121
Tabela 8 – Distribuição de criadores por dimensão dos estabelecimentos (total de cria anual de gado <i>vacun</i> - (Santana do Livramento, 1858).....	123
Tabela 9 - Distribuição da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores de gado <i>vacun</i> (por cria anula de gado <i>vacun</i> ) (Santana do Livramento, 1858) .....	124
Tabela 10 – Distribuição dos criadores por tamanho de rebanho de gado <i>vacun</i> e participação do rebanho total (em %) (Santana do Livramento, 1859 – 1881) .....	126
Tabela 11 – Distribuição da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores de gado <i>vacun</i> (Santana do Livramento, 1859 – 1881).....	128
Tabela 12 – Distribuição dos criadores sem campo e com campo conforme a dimensão dos rebanhos (Santana do Livramento, 1859 – 1881).....	134
Tabela 13 – Distribuição de mão de obra permanente por tamanho dos rebanhos (cria anual de gado <i>vacun</i> Santana do Livramento (1858).....	143
Tabela 14 – Distribuição do estado civil dos réus, entre aqueles com ocupação relacionada à pecuária (Santana do Livramento, 1859 – 1890).....	148

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
CS	Caxias do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
AS	Sistema Agrário
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
APERS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
APA	Área de Proteção Ambiental
ROU	República Oriental do Uruguai
Ha	hectares
UF	Unidade familiar
UP	Unidade produtiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA .....</b>	20
<b>2.1 Referencial Teórico .....</b>	20
2.1.1 A abordagem de sistemas agrários.....	20
2.1.1.1 <i>Evolução e diferenciação de Sistemas Agrários</i> .....	24
2.1.2 Estudo da Paisagem Agrária.....	24
<b>2.2 Operacionalização da Pesquisa.....</b>	26
2.2.1 Pesquisa de Campo .....	26
2.2.1.1 <i>Entrevistas</i> .....	27
2.2.2 Pesquisa bibliográfica.....	28
2.2.3 Pesquisa em fontes primárias.....	28
2.2.3.1 <i>Processos Crimes e Cíveis</i> .....	29
2.2.3.2 <i>Inventários</i> .....	31
2.2.3.3 <i>Censo agropecuário de 1858</i> .....	32
<b>3 PAISAGEM AGRÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO.....</b>	33
<b>3.1 Aspectos ambientais .....</b>	35
3.1.1 Geomorfologia .....	35
3.1.2 Solos .....	36
3.1.3 Hidrografia e clima .....	37
3.1.4 Vegetação .....	38
3.1.5 Fauna .....	38
3.1.6 Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã .....	38
<b>3.2 Aspectos socioeconômicos .....</b>	41
3.2.1 Região Agroecológica do Basalto.....	41
3.2.2 Região Agroecológica do Arenito.....	42
<b>3.3 Uma paisagem em permanente mudança.....</b>	43
3.3.1 O gado e a vegetação.....	44
3.3.2 A introdução do aramado .....	46
3.3.3 As funções sociais da paisagem.....	48
3.3.4 A necessidade da água.....	51
3.3.5 As mudanças recentes .....	55

<b>4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO.....</b>	<b>58</b>
<b>4.1 Sistema Agrário Indígena (Antes De 1500) .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 Sistema Agrário Estância Missioneira/Vacaria del Mar (1500-1700) .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3 Sistema Agrário Tropeirismo (1700-1800).....</b>	<b>61</b>
<b>4.4 Sistema Agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional (1800-1880 .....</b>	<b>62</b>
<b>4.5 Sistema Agrário Moderno/Industrial (1880-1970).....</b>	<b>63</b>
<b>4.6 Sistema Agrário Lavoura e Pecuária Modernas (1970- Atual) .....</b>	<b>65</b>
<b>5 PECUÁRIA FAMILIAR .....</b>	<b>70</b>
<b>5.1 Pecuária no Rio Grande do Sul .....</b>	<b>70</b>
<b>5.2 Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul .....</b>	<b>71</b>
5.2.1 Estudos sobre os pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul.....	75
<b>5.3 Pecuaristas Familiares em Santana do Livramento .....</b>	<b>79</b>
5.3.1 Acesso à educação formal e ao atendimento à saúde.....	81
5.3.2 Perfil da mão de obra .....	85
5.3.3 Atividade produtiva dos pecuaristas entrevistados .....	87
<b>6 PERSISTÊNCIA DOS PECUARISTAS FAMILIARES .....</b>	<b>91</b>
<b>6.1 Contexto.....</b>	<b>91</b>
<b>6.2 A presença de criadores de médio e pequeno porte antes do século XX.....</b>	<b>94</b>
<b>6.3 Os pecuaristas familiares de Santana do Livramento no Século XIX.....</b>	<b>97</b>
6.3.1 Alguns apontamentos sobre a sociedade deste Sistema Agrário .....	98
6.3.1.1 Zona de fronteira e fronteiriços .....	98
6.3.1.2 Ocupações – livres e escravos .....	104
6.3.1.3 Padrões de criminalidade.....	105
6.3.2 Ecossistema cultivado .....	107
6.3.2.1 O Sistema de criação.....	108
6.3.2.2 O sistema de cultivo .....	110
6.3.3 Sistema social produtivo.....	114
6.3.3.1 Dimensão dos estabelecimentos: caracterização geral da produção.....	117
6.3.3.2 Caracterização dos estabelecimentos conforme dimensão do rebanho .....	122
6.3.3.3 Modo de acesso a terra .....	129
6.3.3.3.1 Os pecuaristas sem terra .....	131
6.3.3.4 Estatuto social da mão de obra.....	140
6.3.4 Fechamento do capítulo.....	149

<i>6.3.4.1 Pequenos estabelecimentos: (1) com mão de obra familiar e escrava e (2) apenas com mão de obra familiar.....</i>	149
<i>6.3.4.2 Médios estabelecimentos: (3) com mão de obra assalariada e escrava; (4) com mão de obra familiar e assalariada e (5) com mão de obra familiar e escrava.....</i>	150
<i>6.3.4.3 Grandes estabelecimentos com mão de obra assalariada e escrava (6).....</i>	151
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	152
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	158
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO.....</b>	165
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS FECHADAS.....</b>	167
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO AO ENTREVISTADO .....</b>	170
<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS ABERTAS.....</b>	172
<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	173
<b>APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS DOS PROCESSOS, ADAPTADO DE MONSMA, 2005 .....</b>	175
<b>APÊNDICE G - BANCO DE DADOS INVENTÁRIOS .....</b>	176

## 1 INTRODUÇÃO

A situação socioeconômica da região Sul do estado do Rio Grande do Sul tem sido, de longa data, o objeto de uma infinidade de estudos e reflexões, em especial nas áreas do desenvolvimento rural e da economia. Esta região há muito é considerada por diversos autores<sup>1</sup> a “metade pobre” do estado e, segundo eles, esta pobreza, por sua vez, foi desencadeada, sobretudo, pelo modelo econômico adotado nas diferentes regiões, Sul e Norte, ainda no período das coroas luso-castelhanas e do Império. Muitos destes trabalhos justificam este argumento pela formação histórica da região Sul: constituída a partir de grandes propriedades oriundas da doação de títulos de sesmarias entre os séculos XVI-XIX e com especialização na pecuária extensiva, de forma distinta da região Norte, onde, com a chegada dos imigrantes, no século XIX, constitui-se uma economia baseada na pequena propriedade e na diversificação das culturas.

Waquil e Felippi (2008) não consideram pertinente a divisão do Estado em metades Sul e Norte, tampouco as desigualdades apontadas entre ambas as regiões, porque os dados da “metade” Norte são muito influenciados pela concentração populacional e econômica na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e no entorno de Caxias do Sul (CS), crescente nas últimas décadas. Estes autores propõem uma divisão do estado em três regiões: Sul, Norte e também o eixo RMPA-CS. Baseado em dados das últimas décadas<sup>2</sup>, os autores concluem que as regiões Sul e Norte mantêm entre si diferenças relativamente pequenas no IDH e em vários indicadores econômicos. Esta interpretação do desenvolvimento das regiões do estado vai de encontro aos mitos da desigualdade regional polarizada entre Sul e Norte, bem como àquele que considera que os indicadores de desenvolvimento sejam mais baixos na região Sul. Porém, corrobora a constatação de que a perda populacional na região Sul iniciou-se ainda no final do século XIX, diferente da região Norte, onde esta perda populacional se iniciou na segunda metade do XX, quando começa o aumento populacional na região RMPA-CS (WAQUIL; FELIPPI, 2008). Tal fenômeno aponta a “[...] impossibilidade de reprodução social sustentável das populações rurais” (WAQUIL; FELIPPI, 2008, p. 04) na região Sul já no século XIX.

Amparados neste senso comum de metade pobre, alguns segmentos da sociedade bem como o governo do Estado (especialmente referindo-se ao período 2002-2010)

---

<sup>1</sup> Entre a literatura consultada, esta afirmação é feita baseada em: Alonso, Benetti e Bandeira, 1994. Literatura consultada: Pereira (2009); Alves; Silveira, (2008); Ribeiro, (2009); Torres, (2001).

<sup>2</sup> Uma combinação de fatores nas dimensões demográfica, estrutura fundiária e produtiva, e os seus efeitos sobre o IDH.



apontaram como alternativa para promover o desenvolvimento econômico desta região a silvicultura e o modelo da lavoura e pecuária modernas. Tal medida, no entanto, gerou contradições e tende a manter a forte concentração fundiária, não gerou empregos e ainda está ocasionando um problema ambiental. Do ponto de vista ambiental, a introdução da monocultura de árvores exóticas de Eucaliptos e Pinus para a fabricação de celulose constituiu-se em uma ameaça à biodiversidade do Bioma Pampa (PILLAR et al., 2009). Além da silvicultura, as críticas almejam também a lavoura moderna e pecuária moderna, visto que as lavouras e a silvicultura são responsáveis pela conversão dos campos em outros tipos de ecossistemas (PILLAR, 2006). A instalação de fábricas de celulose – e não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Uruguai e na Argentina – possivelmente provocará um efeito significativo no modelo de desenvolvimento de toda a região bem como do seu ecossistema (PILLAR et al., 2009; GRUPO GUAYUVIRA, 2009). Entretanto, a preocupação não deve ser apenas com os efeitos ambientais da monocultura e lavoura moderna, sobre a água e sobre o ecossistema do Pampa, mas também com os efeitos sociais que esse tipo de modelo pode criar, visto ser muito concentrador de terra e capital, e socialmente excludente (BORBA, 2008). Desta forma, uma abordagem voltada apenas para a defesa do ecossistema se apresenta de forma incompleta se não houver também uma preocupação com a qualidade de vida no campo e com a permanência e reprodução social da população rural. E, neste aspecto, é importante que seja levado em conta a complexidade do meio rural que hoje se revela, compreendida por distintas categorias sociais, tais como pecuaristas familiares, agricultores familiares, assentados oriundos do MST, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais indígenas etc. Indo ao encontro desta abordagem, os estudos referentes à região rural da Campanha, conhecida pelo senso comum como um local de ricos criadores, revelam a presença de um grupo de criadores pobres, denominados pecuaristas familiares. De acordo com Ribeiro (2009), a primeira referência oficial à existência dos pecuaristas familiares foi em 1998, quando, a partir dos dados do Censo do IBGE, a EMATER-RS identificou a presença de um grupo numeroso de *pequenos produtores* que se dedicavam à bovinocultura de corte, mas com características de agricultores familiares: produzem em pequena extensão de terra, obtenção de baixa renda, desenvolvem suas atividades produtivas com predominância de mão de obra familiar e buscam uma autonomia mercantil (RIBEIRO, 2009).

Procurando contribuir para o desenvolvimento rural da região Sul, sobretudo da Campanha, levando em conta as prioridades sociais e o uso sustentável dos recursos naturais, alguns trabalhos acadêmicos recentes buscam compreender as características, modo

de vida e inserção econômica deste pecuarista de gado de corte. Torres (2001), ao estudar esta categoria social, identificou a predominância da mão de obra familiar nas atividades produtivas e na cooperação entre vizinhos. Em seu estudo sobre este grupo, Cotrim (2003) identifica agricultores familiares que também criam bovinos de corte como segunda atividade. Ribeiro (2009) considera que este grupo social, até o ano de 2000, era invisível à sociedade, às políticas públicas e à comunidade acadêmica. Estes trabalhos acadêmicos citados e outros que serão abordados no corpo do presente trabalho consideram os pecuaristas familiares como surgidos no século XX, com terras originárias, principalmente, de heranças, e fazem coro ao pensamento exposto antes, de que a estrutura fundiária da região Sul teria se fundamentado somente nas doações de sesmarias, embora esta afirmação seja com base em uma historiografia tradicional. No entanto, existem estudos historiográficos que colocam em dúvida estas afirmações. O historiador Paulo Zarth, em 1988 e em 1994, realizando pesquisas sobre a história agrária do Rio Grande do Sul, elabora uma diferente abordagem do tema, quando faz referência aos “lavradores nacionais”, homens pobres livres, e também desmistifica o “vazio demográfico” nas zonas de imigração, levando em consideração a existência dos caboclos em zona de matas, até então ignorada pela historiografia tradicional, visão perpetuada em outras disciplinas, como Economia, Agronomia, etc., que buscam apoio na história para suas pesquisas. Garcia (2005), analisando a estrutura agrária da campanha no século XIX, a partir do município de Alegrete, revela-nos que a realidade da campanha era mais complexa do que se costuma afirmar. Pesquisando em inventários *post-mortem*, autos de despejo e ações possessórias como fontes primárias, Garcia (2005) identifica a presença significativa de pequenos produtores<sup>3</sup> na região da Campanha no século XIX. Os dados levantados por Farinatti (2007) para o município de Alegrete<sup>4</sup> apontam que os pequenos produtores (até 500 cabeças de gado) representavam 57% dos criadores, mas que não possuíam 13% do rebanho e os grandes estancieiros (que ultrapassam 2.000 cabeças de gado), representavam 18% dos produtores, mas concentravam 53% do rebanho. Sendo assim, a presença de pequenos produtores é marcante na região da Campanha desde o século XIX. Conforme Garcia (2005), a imagem da campanha constituída por “inquestionáveis títulos de sesmarias” não se trata apenas de um equívoco historiográfico, ela serviu e serve para manter e legitimar o latifúndio na região, que não foi construído “[...] sobre terra de ninguém, ao

---

<sup>3</sup> Embora recentemente tenha sido utilizado no texto o termo *pecuarista familiar*, será mantido o termo *pequeno produtor* utilizado pelos autores citados.

<sup>4</sup> Na sua pesquisa, analisa 181 inventários *post-mortem* entre o período de 1830 a 1870; excluindo os territórios correspondentes à Santana do Livramento e Uruguaiana, que, em parte do período focalizado, integravam o município de Alegrete.

contrário, dilatou-se sobre as posses legítimas de muitos produtores” (GARCIA, 2005, p. 41). Assim, a compreensão da persistência desta categoria social no campo ainda apresenta lacunas na literatura. Portanto, inserido neste debate, este trabalho procura contribuir para a compreensão da persistência dos pecuaristas familiares na região da Campanha do Grande do Sul.

Esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

*Objetivo geral:* Avaliar a natureza da relação histórica entre os pequenos criadores de gado do século XIX e os pecuaristas familiares da Campanha hoje.

*Objetivos específicos:*

- a) descrever a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários de Santana do Livramento;
- b) compreender os aspectos sociais e econômicos do Sistema Agrário Pecuária Extensiva Tradicional;
- c) caracterizar as atividades produtivas dos pecuaristas familiares, sua estrutura e organização econômica, principalmente com mercados de gado, de alimentos e de mão de obra neste sistema agrário.

De acordo com Silva e Linhares (1995), ao desenvolver uma pesquisa voltada à abordagem em história agrária, uma das preocupações do pesquisador é, sem dúvida, a definição de um recorte geográfico para a pesquisa. A este respeito, é possível considerar algumas limitações deste procedimento no tocante a esta escolha: a história agrária brasileira não poderia ser uma história de abordagem “nacional”, visto que, na história do desenvolvimento do país, existe uma sucessão de áreas ocupadas e abandonadas, desta forma, uma generalização apressada poderia sim, em vez de gerar uma “história agrária” do país, gerar um “vazio” histórico. E, ainda, proceder a uma história mais regionalizada, como a tradição historiográfica francesa também não poderia ser simplesmente aplicada ao caso brasileiro, visto que o passado muito regionalizado da França, nos aspectos físicos, econômico, jurídicos e sociais, criou uma noção de “região” bem diferente da realidade brasileira (SILVA; LINHARES, 1995). Ainda como possibilidades para a definição do recorte geográfico, os autores apontam a escolha proveniente da geografia, no entanto, a maior limitação desta opção é que esta disciplina, por sua vez, apresenta um caráter bastante atual. Os geógrafos fornecem uma clara possibilidade de regionalização por meio de trabalhos publicados pelo IBGE. Contudo, estes trabalhos criaram uma rígida caracterização de região e critérios atuais demais. Diante de tantas possibilidades e limitações, o pesquisador, além de realizar a pesquisa propriamente dita, deve, de forma conjunta, propor-se a entender ou definir

o seu recorte de região. E, dentre destas possibilidades, o conceito de sistema agrário pode ser utilizado como definidor de região, procurando combinar formas de organização e uso do trabalho, estrutura e posse de terra, ou seja, definindo a região como um *continuun* agrário (SILVA; LINHARES, 1995). Conforme Mazoyer e Roudart (2010), a noção de sistema agrário é a compreensão da agricultura como um objeto complexo e com variadas formas, que variam tanto de uma localidade para a outra quanto de uma época para a outra. Cada sistema agrário pode ser entendido como a “[...] expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 75).

Desta forma, a noção de região aplicada neste trabalho corresponde àquela localidade em que ocorre o mesmo sistema agrário. Sendo assim, o sistema agrário que se desenvolveu no Sul do país no início do século XIX caracterizado, sobretudo, pelo estabelecimento de estâncias que criam gado para abastecer a então incipiente indústria de charque que se estabelecera no Sul do país, passa a ser a região de estudo, denominada Campanha. Este sistema agrário corresponde ao período entre o início e o final do século XIX, e são consideradas as suas datas limites 1800-1880, e neste trabalho convencionou-se a chamá-lo de Sistema Agrário Pecuária Extensiva Tradicional. A escolha deste Sistema Agrário não foi de forma aleatória, e, sim, em primeiro lugar, porque é neste contexto que se inicia a pecuária extensiva conjugada com a fixação de estâncias na Campanha e, também, porque a literatura referente ao pecuarista familiar considera que este grupo social não estava presente na região neste período, diferente da historiografia atual que pesquisa temas referentes à história agrária da região para este período.

A pesquisa apresentada é referente a um único município; no entanto, este está inserido neste sistema agrário presente em quase toda a região da Campanha gaúcha no período estudado. Ao mesmo tempo em que há o estabelecimento das estâncias no município, estas passam a integrar a rede de produção de gado *vacum* para as charqueadas sulinas, sobretudo na região de Pelotas. Esta afirmação diz respeito ao grande estancieiro, pois ainda é pouco estudado qual o papel do pequeno produtor neste processo. Com o intuito de conhecer o cotidiano dos pequenos produtores da região da Campanha, escolheu-se o município de Santana do Livramento como local para estudo, visto que é um município com tradição na pecuária. Além disso, para operacionalizar a presente pesquisa, a escolha de um município deve-se à facilidade que a delimitação administrativa proporciona no que se refere ao acesso mais homogêneo aos dados empíricos.

Esta pesquisa é baseada, principalmente, na análise de fontes documentais primárias e de fontes secundárias, como a pesquisa bibliográfica. Também foram realizadas entrevistas com alguns pecuaristas domiciliados no município. Além destes procedimentos metodológicos, com o intuito de uma realização da leitura da paisagem, foram utilizados mapas e fotografias, bem como a observação da paisagem por meio de saídas de campo na região de pesquisa. Considerando que o período proposto é muito extenso para ser abordado e analisado unicamente por documentos primários e por uma pesquisa original, a utilização de fontes secundárias se faz imprescindível, sobretudo por se tratar a época na qual se desenvolve o sistema agrário estudado um período cheio de mudanças estruturais, que, por si só, requerem uma pesquisa específica, tais como: conformação do território brasileiro, advento da Lei de Terras, guerras regionais, mudanças no quadro político tanto no Brasil quanto no Uruguai, legislações que alteraram o quadro da mão de obra escrava, etc.

O trabalho apresentado está estruturado da seguinte maneira, além desta introdução: o capítulo 2 apresenta o referencial teórico e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Neste capítulo apresenta-se uma compreensão do conceito de paisagem, de paisagem agrária, de Sistema Agrário e também da compreensão da teoria da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários. O capítulo 3 apresenta a leitura da paisagem do município, onde além das características atuais do município procurou-se apresentar uma descrição das mudanças ocorridas nesta região.

No capítulo 4 apresenta-se, em um ordenamento sistemático e estruturado, a evolução e diferenciação de Sistemas Agrários em Santana do Livramento. O capítulo 5 apresenta uma breve caracterização da produção da pecuária no Rio Grande dos Sul e também da pecuária familiar. Além disso, apresenta-se uma aproximação do pecuarista familiar de Santana do Livramento. O capítulo 6 aborda alguns elementos acerca da persistência e surgimento desta categoria social no campo. A fim de compreender como este pecuarista familiar estava presente na Campanha no período do século XIX, será apresentada uma discussão referente ao Sistema Agrário de Pecuária de Corte Extensiva Tradicional. Neste capítulo inicialmente, será apresentada uma breve abordagem geral da sociedade em que se desenvolveu este sistema agrário, seguida de uma breve abordagem referente ao ecossistema cultivado e ao sistema de produção deste sistema agrário. Por fim, apresenta-se o sistema social produtivo deste sistema agrário. Além destes capítulos, no final deste trabalho apresenta-se a Conclusão desta pesquisa, bem como uma sessão de apêndices.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

### 2.1 Referencial teórico

Inicialmente desenvolve-se uma compreensão do conceito de Sistema Agrário e também da compreensão da teoria da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários. Além disso, como parte dos resultados da pesquisa, é apresentada uma “Leitura da Paisagem”, ferramenta esta utilizada para compreender algumas características da paisagem estudada, e, neste capítulo, apresenta-se também a compreensão conceitual de “paisagem” e de “paisagem agrária” aplicada nesta pesquisa.

#### 2.1.1 A abordagem de sistemas agrários

A partir da reconfiguração geopolítica e econômica mundial que se sucedeu no período do pós-guerra, distintas áreas do conhecimento passaram a elaborar novas abordagens para compreender esta nova reconfiguração. Com o mesmo intuito, também surgem “[...] novas abordagens sobre as formas de agricultura, [sobre] o mundo rural e suas dinâmicas espaciais, socioeconômicas e produtivas” (MIGUEL, 2010, p. 5). Procurando maneiras de compreensão que abrangessem esse contexto rural no seu aspecto temporal e espacial, a disciplina Geografia Agrária passou a utilizar a noção de sistema agrário. O conceito de sistema agrário em sua abordagem geográfica pode ser entendido como a combinação de elementos físicos, biológicos, econômicos, sociais e demográficos expressos no espaço como uma forma de habitat, região ou paisagem (MAZOYER; ROUDART, 2010<sup>5</sup> apud MIGUEL, 2010).

Na década de 60, a ciência agrônoma, procurando compreender os processos de modernização e intensificação da agricultura oriundos principalmente da Revolução Verde, e a partir da avaliação crítica dos resultados obtidos da aplicação dos projetos decorrentes deste processo, reelabora e ajusta às suas necessidades o conceito de Sistema Agrário (MIGUEL, 2010). Este conceito, então, passa a ser entendido também como um instrumento

---

<sup>5</sup> MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

intelectual para compreender “[...] em grandes linhas as transformações históricas e a diversidade geográfica das agriculturas no mundo” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 45).

Conforme Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura é entendida “[...] como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos vizinhos, que entretém e que exploram a fertilidade deste meio” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71). Portanto, a agricultura não é compreendida como um elemento estanque, baseado apenas em técnicas de produção, e sim como um elemento dinâmico, composta por distintas formas. As formas de agricultura observáveis variam conforme o lugar tanto de uma região com relativa proximidade à outra, quanto de uma região distante de outra em outra parte do mundo. E, além de ocorrer formas de agricultura variáveis conforme o lugar, no mesmo momento, é possível observar que elas também variam de uma época para a outra num mesmo lugar. Desta forma, a agricultura “[...] se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71), mas que, muitas vezes, apresentam semelhanças passíveis de serem classificadas em uma mesma categoria. No entanto, ampliando-se as observações destas formas de agricultura para um marco temporal mais extenso, constata-se

[...] que as múltiplas formas de agricultura antigas identificáveis podem ser classificadas em um número finito de categorias, cada uma delas ocupando um lugar determinado no tempo e no espaço, da mesma maneira que classificamos outros objetos mutantes como seres vivos, os solos, os povoamentos vegetais etc (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71).

Neste sentido, as formas de agricultura podem ser compreendidas como objetos complexos, que podem ser observados e analisados em termos de sistema levando em conta “[...] seu funcionamento como uma combinação de funções interdependentes e complementares” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 72).

Sendo assim, compreender e analisar as formas de agricultura a partir da noção de Sistema Agrário (SA), conforme propõe Mazoyer e Roudart (2010, p. 72), “[...] consiste em decompor esta mesma agricultura em dois subsistemas principais: o *ecossistema cultivado* e o *sistema social produtivo*”, procurando compreender “[...] tanto a *organização* e o *funcionamento* de cada um desses subsistemas, como suas *inter-relações*” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 72).

O *ecossistema cultivado* é organizado em subsistemas que são complementares e proporcionados. Por sua vez, cada subsistema é organizado, ou melhor, cuidado e explorado

de uma forma própria característica e decomposto em distintas partes. O subsistema pode ser compreendido pelos seguintes exemplos: as hortas, as terras cultiváveis, a criação, as pastagens e as florestas. E as *partes* do subsistema podem ser compreendidas como, por exemplo (no subsistema *criação*), os *rebanhos de espécies diferentes*, e este último organizado pelo *tipo de manejo* que recebem cada subcategoria: *vacas leiteiras, ovelhas, novilhos, novilhas, etc.* Cada subsistema possui um funcionamento que lhe garante a sua renovação sistemática e é decomposto em várias funções, tais como: “[...] função de desmatamento e de contenção da vegetação selvagem (derrubada-queimada, aração manual ou com arado, escarificação, tratamento para eliminar ervas invasoras...)” e a função de “[...] condução técnica dos rebanhos (reprodução, calendário forrageiros...)” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73). Essas funções, muitas vezes, relacionam-se com outros ecossistemas cultivados, próximos ou distantes, realizando trocas que, em algumas ocasiões, influenciam ecossistemas muito distantes, como, por exemplo, o cultivo de uma forrageira exótica que se espalha em outro ecossistema ou “[...] o desmatamento de vastos espaços continentais [que] pode provocar o ressecamento do clima nas regiões periféricas às vezes muito distantes” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73).

O *sistema social produtivo* é composto pelos homens e mulheres, meios inerentes e matéria viva que dispõe a propriedade agrícola para desenvolver as atividades de exploração e renovação do ecossistema cultivado. Os estabelecimentos agrícolas, por sua vez, são caracterizados pelo sistema de produção praticado pelos indivíduos e também pela categoria social qual eles pertencem.

O sistema de produção de um estabelecimento agrícola se define pela combinação (a natureza e as proporções) de suas atividades produtivas e de seus meios de produção. A categoria social de um estabelecimento se define pelo estatuto social de sua mão de obra (familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal), pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à terra (livre acesso às terras comunais, reserva senhorial, posses servis, exploração direta, pareceria, arrendamento...) e pela dimensão do estabelecimento agrícola (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73).

Em um mesmo sistema agrário, os estabelecimentos agrícolas podem pertencer ao mesmo tipo de categoria social por utilizarem a mesma forma de mão de obra e/ou a mesma forma de acesso a terra, mas também podem apresentar tipos diferentes e que são complementares entre si, como é o caso dos *plantations* na América, por exemplo. Nas localidades da América onde se desenvolveu o regime escravista, muitos dos escravos tinham a concessão de seus senhores para usufruir de lotes de terras onde poderiam cultivar e também dispunham de tempo concedido para isso, em geral, domingos e dias santos. Essa prática se



desenvolveu em praticamente toda a América, embora sob distintas nuances e combinações (CARDOSO, 1979)<sup>6</sup>. Esta concessão, muitas vezes, não se dava de maneira passiva ou como em caráter de benevolência de seus senhores, eram, geralmente, exigências dos escravos às quais seus senhores cediam, por um lado, temendo rebeliões e, por outro lado, como estratégias para minimizar fugas ou gastos com a subsistência dos seus escravos. Na região das Antilhas britânicas e francesas, o sistema agrário que predominou no período colonial foi, principalmente, o monocultivo da cana-de-açúcar, praticado pelo grupo social agrícola composto pelos grandes senhores de escravos, produzido em grandes extensões de terras e com mão de obra escrava. No entanto, no mesmo sistema agrário, os escravos constituíam outra categoria social agrícola, que produzia utilizando outro tipo de mão de obra, ou seja, a mão de obra familiar ou, ocasionalmente, a comunal e com um diferente modo de acesso a terra, visto que estavam longe de ter a posse ou propriedade, dispunham era de uma concessão de seus senhores para explorarem pequenos lotes concedidos nas terras de seus senhores, em dimensões bem menores que a cana-de-açúcar. Em Saint-Domingue (atual Haiti), em fins do século XVIII, nos pequenos lotes que lhes eram concedidos, os escravos

[...] na horta próxima à cabana, plantavam árvores frutíferas e legumes, além de criar galinhas e ocasionalmente também perus, porcos e cabras. Nos terrenos comuns, plantavam banana, milho, raízes (mandioca, batata doce, inhame etc). O trabalho era do tipo familiar, embora a abertura de clareiras fosse realizada coletivamente [...] Nem sempre plantavam gênero de subsistência: na Jamaica, por exemplo, os escravos também cultivavam, por sua conta, café, gengibre e alguns produtos menores de exportação (CARDOSO, 1979, p. 109).

Desta forma, o sistema social produtivo de um sistema agrário pode caracterizar-se de forma complexa, sendo formado por distintos sistemas de produção e distintas categorias sociais, complementares entre si. Conforme Mazoyer e Roudart (2010), se for organizado um reagrupamento e classificação das “[...] unidades de produção agrícola conforme o sistema de produção praticado por elas, [e] em seguida classificando as unidades de produção por categoria social” é possível perceber que “[...] o sistema social produtivo de um sistema agrário aparece como uma combinação particular de um *número limitado de tipos*

---

<sup>6</sup> Lepkowski (1968) e Cardoso (1979) utilizaram a expressão *brecha camponesa* para se referir a estas atividades agrícolas autônomas em que os escravos desenvolviam paralelo ao sistema de monocultivos e de *plantation* na América. Conforme Cardoso (1979), o primeiro a utilizar a expressão *brecha camponesa* fora Lepkowski (1968) para designar atividades que escapavam ao sistema de *plantation*, sendo elas duas modalidades: a economia independente de negros fugidos em quilombos e a prática de produção em pequenos lotes concedidos pelos seus senhores. Cardoso (1979) utiliza a mesma expressão para se referir a outras tipologias de atividades camponesas autônomas dos escravos, além das já referidas por Lepkowski. Para um melhor detalhamento do assunto, consultar: CARDOSO, C.F.S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

*de estabelecimentos, definidos técnica, econômica e socialmente*” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 74).

#### *2.1.1.1 Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários*

Como já referido, as formas de agricultura tendem a variar conforme a época, em um movimento constante influenciado tanto por fatores internos quanto externos, portanto, é mister afirmar que o mesmo tende a ocorrer com os sistemas agrários de uma região. “[...] Ao longo do tempo podem nascer, desenvolver-se, declinar e suceder-se, em dada região do mundo, sistemas agrários que constituem etapas de uma série evolutiva característica daquela região” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 75). A dinâmica que se estabelece nas unidades agrícolas está intimamente ligada ao desenvolvimento de um sistema agrário, podendo ocasionar-lhe um processo de progresso ou regressão. Tanto a regressão quanto o avanço, no sentido de progredir, de um sistema agrário, podem levar ao desenvolvimento de um novo sistema agrário. Quando as unidades agrícolas de um sistema agrário sofrem um processo generalizado de regressão, estes estabelecimentos tendem a desaparecer, em geral, dando lugar a um novo sistema agrário. Nestes casos, o processo de regressão destas unidades caracteriza a *crise* de um sistema agrário. No entanto, também pode ocorrer a formação de um novo sistema agrário decorrente de novas práticas adotadas dentro de um sistema agrário em pleno desenvolvimento, ou seja, “[...] os estabelecimentos agrícolas que progridem podem adotar novos meios de produção, desenvolver novas práticas e novos sistemas de cultivo e de criação e, portanto, engendrar um novo ecossistema cultivado: assim emerge um novo sistema agrário” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 75).

#### *2.1.2 Estudo da paisagem agrária*

Para a compreensão da paisagem agrária do município lançou-se mão da ferramenta “[...] leitura da paisagem”, a qual é a “observação e descrição das paisagens agrárias de uma determinada região” (MIGUEL, 2010, p.38). A paisagem conforme o geógrafo Milton Santos (1996, p. 61) é “[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança” podendo ser definida “como o domínio do visível”. E especificamente a paisagem agrária seria a representação “[...] visível do modo como uma sociedade organizou, explorou e antropizou o seu espaço rural” (MIGUEL, 2010, p. 38).

Se a elaboração da leitura da paisagem tem por finalidade principal a elaboração de um zoneamento agroecológico para uma compreensão da realidade a ser estudada, a princípio esta ferramenta pouco se aplicaria nesta pesquisa, por se tratar de um contexto temporal distinto com incorporação de elementos atuais. No entanto, se realizada uma comparação entre o período atual e o contexto pesquisado quanto à distribuição dos tipos de solos, pastagens e recursos hídricos, fatores elementares para a produção da pecuária, é possível perceber forte semelhança e equivalência, ainda que tenha havido algumas mudanças referentes a tipos, qualidades, tamanhos, curso etc. Portanto, a compreensão da organização da paisagem atualmente através da pesquisa de campo contribui efetivamente para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam de documentos escritos (DRUMMOND, 1991), além disso estas fontes documentais pouco relatam qual o papel dos recursos naturais na organização produtiva da sociedade estudada.

Conforme Santos (1996), à paisagem que não sofreu nenhuma interferência ou transformação pela mão humana dá-se o nome de *natural*, enquanto aquela que já sofreu alguma intervenção é entendida como *paisagem artificial*. Como dito anteriormente, a paisagem é tudo aquilo que pode ser alcançado com a nossa visão, portanto, não se refere somente a elementos da natureza, alude também aquilo que foi transformado pelo homem. Há de se observar que uma paisagem sem interferência humana está, a cada dia, mais raro de ser encontrada (SANTOS, 1996). Até mesmo uma localidade estabelecida como reserva natural e protegida de possíveis modificações por uma legislação passa a ter uma função social ou política para o homem, deixando de ser, assim, uma paisagem natural. A paisagem, portanto, passa a ser entendida como “[...] um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p. 65). A presença de elementos artificiais, ou culturais, passa a ser mais percebida na paisagem quanto maior a complexidade da vida social e, por conseguinte, maior a necessidade de artificialização do meio. As transformações da paisagem estão intimamente ligadas ao modo de produção de uma sociedade, este provavelmente seja o maior responsável pelas transformações de uma paisagem. Existem alguns instrumentos de trabalho necessários e indispensáveis à produção (englobando a circulação, distribuição e consumo) que são incorporados ao natural de forma gradativa, tais como pontes, estradas, barragens, edifícios, portos, etc. (SANTOS, 1996). A paisagem não se apresenta como um conjunto estanque e inerte, como se criada de uma vez só e lá ficasse estável. “Em cada momento histórico [...] o homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período [histórico] se caracteriza por um

dado conjunto de técnicas” (SANTOS, 1996, p.67) e essa constante inovação de técnicas traz modificações para a paisagem em um processo permanente de acréscimos e substituições de elementos de idades diferentes e demanda social diferente. Assim, a paisagem “[...] é uma escrita sobre a outra” (SANTOS, 1996, p. 66), com objetos de datas diferentes interagindo no mesmo espaço. Estes objetos passam por um processo de envelhecimento tanto físico quanto social. O físico é de fácil percepção, pois é determinado pela durabilidade do material que foi composto, enquanto o social será sempre maleável e condicionado a conjunturas políticas, econômicas e sócio-culturais que fazem com que uma determinada forma caia em desuso e seja substituída por outra (SANTOS, 1996). Algumas formas podem ser substituídas completamente, como, por exemplo, em algumas localidades da Campanha a utilização de maquinários (principalmente) favoreceu a conversão de campos de pastagens em lavouras de soja; enquanto outras formas podem ser substituídas apenas no seu uso “social”, como é o caso de prédios antigos readaptados para outras finalidades – uma antiga e suntuosa fábrica transformada em um *shopping center*, por exemplo.

## **2.2 Operacionalização da Pesquisa**

A análise dos dados será parcialmente quantitativa e, de forma parcial, qualitativa. Para a coleta de dados, foi lançado mão de diversos recursos técnicos de pesquisa, como entrevistas, observações, fotografias, consultas em fontes secundárias (bibliografia, mapas, etc.) e fontes documentais primárias (inventários, processos cíveis e crimes, e censo). Os procedimentos de coleta e análise de dados envolvendo estas distintas técnicas também serão pormenorizados neste capítulo.

### **2.2.1 Pesquisa de Campo**

Foram realizadas duas saídas de campo. Na primeira saída de campo, que ocorreu em dezembro de 2010, foram realizadas observações, anotações e fotografias da paisagem acerca do que já havia sido estudado em fontes secundárias, e também conversas informais com os moradores.

Na segunda saída de campo, em dezembro de 2011, foram realizadas entrevistas com 7 pecuaristas familiares moradores do município.

Para a realização deste procedimento metodológico, é importante salientar que a dificuldade inicial foi localizar moradores que fossem identificados como pecuaristas

familiares. Neste sentido, os entrevistados foram indicados pela equipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER/RS), escritório de Santana do Livramento.

### *2.2.1.1 Entrevistas*

Foram entrevistados 7 pecuaristas familiares, sendo 2 mulheres e 5 homens. As entrevistas foram realizadas na sua maioria na casa dos entrevistados, com exceção de uma que foi realizada na própria EMATER/RS. Considerando que o tema central das entrevistas era as histórias de vida dos pecuaristas, optou-se por pela utilização de um roteiro semiestruturado (APÊNCICE A), facilitando, assim, para que a entrevista se assemelhasse a uma conversa informal. (Para compreender algumas características sobre a propriedade, manejo e aspectos sócio-econômicos, foi utilizado um questionário com perguntas fechadas (Apêndice B).) As respostas foram gravadas e os questionários preenchidos por mim depois da entrevista. Como já referido, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas em arquivos do programa Word para posterior análise. Para cada entrevistado, foi solicitada a sua autorização para a utilização dos dados das entrevistas, das fotografias de sua propriedade e da referência ao nome, conforme o Termo de Consentimento (Apêndice C).

Considerando que o município de Santana do Livramento abriga uma grande quantidade de unidades produtivas de pecuaristas familiares espalhadas por todo o município, a primeira estratégia metodológica a ser traçada era a escolha dos entrevistados. Para iniciar, seriam realizadas entrevistas com 2 pecuaristas residentes em cada região do mapa traçado pela Emater (Figura 5), totalizando, assim, 10 entrevistas. No entanto, por motivos práticos, o número estabelecido foi o de 6 entrevistas e os entrevistados seriam aqueles indicados pelos técnicos da Emater. Em geral, os pecuaristas familiares indicados para entrevistas eram aqueles que moravam perto da rota de trabalho dos técnicos que me davam carona. Portanto, não foi possível realizar o plano original. A única ressalva era referente ao horário, quando, então, procurou-se respeitar o tempo destinado ao trabalho na propriedade e o tempo destinado ao descanso. As entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, a exceção de uma, com o entrevistado e pesquisador sentados em algum banco na rua, à sombra de uma árvore e, geralmente, consagrado por um mate, ou, até mesmo, uma água fresquinha. Estes pontos aqui abordados encerram, na sua simplicidade, procedimentos fundamentais para a realização das entrevistas, pois estas tinham como ponto central a ser abordado as trajetórias de vida dos entrevistados. No geral, mexer com lembranças pessoais podem causar certo

sofrimento, ou, até mesmo, frustração por parte do entrevistado, pois, muitas vezes, suas lembranças não alcançam os fatos passados e o impedem de responder o que foi perguntado. Além disso, realizar perguntas com uma exigência de dados cronológicos ou com o tempo total de duração da entrevista muito extenso pode levar ao cansaço dos entrevistados, fazendo com que abreviem ou parem a entrevista (TOURTIER-BONAZZI, 2006). Portanto, estes simples acontecimentos, como respeitar os horários das tarefas do cotidiano e preferir o “recanto na sombra da *sua* árvore” favorecem o estabelecimento de confiança na relação testemunha-entrevistador, questão-chave quando se tratando de relatos de sua própria trajetória de vida (TOURTIER-BONAZZI, 2006). Além disso, a cada início de entrevista, existia o desconforto de lidar com as “questões práticas”, como o gravador e a assinatura do Termo de Consentimento. Referente a este último, no geral, a maior parte dos entrevistados optou por manter a divulgação dos seus nomes nesta pesquisa.

Além das entrevistas com os pecuaristas familiares, foi encaminhado um questionário para o escritório da Emater de Santana do Livramento com a finalidade de preencher algumas lacunas que a bibliografia não informava. Este questionário foi enviado e respondido via correio eletrônico (Apêndice D) e também solicitada a autorização para a utilização dos dados obtidos, conforme consta no Termo de Consentimento (Apêndice E).

### 2.2.2 Pesquisa bibliográfica

Embora a pesquisa esteja focada em um município da região da Campanha, o sistema agrário discutido neste trabalho desenvolveu-se de forma muito semelhante em outros municípios da Campanha. Desta forma, foram utilizados como dados secundários a produção bibliográfica existente que caracteriza esta região neste contexto histórico.

### 2.2.3 Pesquisa em fontes primárias

Além das entrevistas, foram utilizadas fontes primárias, sendo elas: processos criminais e cíveis, inventários post-mortem e o Censo Agropecuário do município, datado de 1858.

### 2.2.3.1 Processos Crimes e Cíveis

Quando acontece um evento violento em um grupo social, os indivíduos envolvidos contam as suas versões para familiares, vizinhos e amigos (MONSMA, 2005). Quando este evento é investigado pela polícia ou a pessoa envolvida é processada pela polícia, a justiça “[...] usará as versões do réu, da vítima e das testemunhas para construir outra versão do evento, agora reconfigurado como crime” (MONSMA, 2005, p. 159). Uma das maneiras de estudar o cotidiano de pessoas simples (pobres) em contextos históricos em que poucas pessoas produziram fontes escritas é analisar suas narrativas como réus, vítimas ou testemunhas nestes processos jurídicos. Os pequenos produtores da Campanha integravam a parte pobre da população e, por isso, foram poucos os registros escritos deixados por eles, sendo assim, a fonte utilizada para compreender algumas características da sociedade da época estudada foram os autos criminais, e também alguns cíveis.

No entanto, é importante a ressalva que os dados registrados nos processos criminais não dizem respeito a todos os eventos criminosos ocorridos no período, e a análise de processos criminais requer uma leitura crítica e rigorosa. “Há que se considerar que entre o réu e o registro escrito está a figura do intermediário, o escrivão, o advogado, o curador do réu, que filtram os depoimentos” (FAUSTO, 1984<sup>7</sup> apud MOTTA; GUIMARÃES, 2007, p. 103). Para alguns pesquisadores, os processos criminais mostram apenas versões do comportamento dos populares, pois muitos deveriam estar mentindo para a polícia e para os juízes. No entanto, “[...] as histórias apresentadas são, necessariamente, dotadas de sentido, pois, para convencer a Justiça, elas deveriam ser, ao menos, plausíveis dentro da realidade da época” (BRETAS, 1991, p. 50). Conforme Márcia Motta e Elione Guimarães, esta fonte

[...] permite investigar os meandros da vida no campo, reconstituindo aspectos valiosos da organização do homem rural, dos conflitos vivenciados, assim como dos grandes embates travados na luta pela terra [...] ao buscar apurar uma pretensa verdade dos fatos, a justiça introduz-se no dia-a-dia dos envolvidos, exteriorizando suas vidas cotidianas, resgatando aspectos sociais como padrões de família, organização e condições de trabalho, conflitos, relações sociais etc. (MOTTA; GUIMARÃES, 2007, p. 103).

As fontes judiciais utilizadas nesta pesquisa estão organizadas no Acervo do Judiciário, localizado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre, e disponibilizado à pesquisa.

---

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

Foi realizado um levantamento preliminar da localização das fontes no Acervo. A coleta de dados dos processos crime foi de processos existentes no acervo referentes ao período de 1859 a 1890. Foram coletados dados de todos os processos existentes no período de 1859 até 1869, e, a partir de 1870 até 1890, foi realizada uma amostragem de todos os processos dos anos pares neste intervalo.

Adaptando os procedimentos metodológicos para este tipo de fonte detalhados em Monsma (2005), inicialmente, foi feito um levantamento geral dos processos, anotando em formulários um conjunto de variáveis a respeito deles (Apêndice F), e os dados coletados foram digitados em um banco de dados no programa Access, foram coletados dados de 200 processos no total. Após este procedimento, o banco de dados foi transferido para o programa SPSS, quando, então, com o auxílio deste programa, foram realizadas tabelas.

Com a elaboração de tabelas, é possível observar aspectos relevantes da sociedade e delinear interpretações a respeito do sistema agrário estudado. Com este procedimento metodológico, pretende-se compreender algumas das características sociais e econômicas do sistema agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional da Campanha Rio-grandense, visto que este levantamento dos processos fornece informações que perpassavam o cotidiano dos indivíduos daquela época, tais como: profissões desempenhadas, nacionalidades, hábitos culturais, etc.

Nesta pesquisa foram utilizadas principalmente as informações referentes aos réus e as informações referentes às vítimas foram pouco utilizadas. Este procedimento se deu unicamente porque as informações sobre as vítimas no geral são incompletas e as dos réus podem ser localizadas no processo de forma mais completa; pois o Código do Processo Criminal de 29/11/1832<sup>8</sup> (com duas leis de alterações de 03/12/1841 e 20/07/1871<sup>9</sup>), que normatiza os procedimentos de organização do processo, demandava que fosse procedido o Auto de Qualificação do réu, onde é possível ter acesso a diversas informações do réu. Embora este mesmo Código exigisse que os processos crimes deveriam conter o Auto de Perguntas ao Queixoso e a petição deveria conter de forma explícita informações sobre a data, hora e lugar do crime, poucos foram os delegados e escrivães que levaram em conta estas imposições.

---

<sup>8</sup> Collecção das Leis do Império do Brasil desde a Independência, 1832 e 1833. Volume IV. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1833. Parte décima primeira. Código do Processo Criminal de 1ª Instância. p. 434 – 500.

<sup>9</sup> Collecção das Leis do Império do Brasil desde de 1841. Tomo IV. Parte I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1842. Lei nº 261 – 3/12/1841. Reformando o Código do Processo Criminal. p. 101 – 102.



### 2.2.3.2 Inventários

Além desta fonte documental, também foram utilizados inventários *post-mortem*, principalmente, para uma análise quantitativa do tamanho dos rebanhos nas unidades produtivas do município. Estas fontes também permitem identificar o patrimônio produtivo destas unidades: bens de raiz (terras), benfeitorias, escravos, rebanhos, instrumentos e equipamentos. Conforme Fragoso e Pitzer (1998<sup>10</sup> apud GARCIA, 2005, p. 20), os inventários são fontes seriadas e numerosas, o que permite “[...] revelar a diversidade entre os grupos sociais e [...] permite ver a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, com suas permanências e mudanças”.

Estas fontes também estão organizadas no Acervo do Judiciário, localizado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre, e disponibilizado à pesquisa. Para dar início, foi realizado um levantamento preliminar para identificar os nomes dos inventariados e a quantidade total de autos referente ao período entre 1859 a 1881. Dentro deste período, foi realizada uma amostragem com todos os inventários referentes aos anos de 1859 a 1861, de 1869 a 1871 e de 1879 a 1881. Ao todo, foram coletados dados de 103 inventários.

Os autos referentes a esta mostra foram todos fotografados (fotografias digitais) e, conforme se precedia à leitura do documento fotografado, foram sendo extraídas informações de variáveis pré-determinadas (Apêndice G) e digitadas em um banco de dados no programa ACCESS. É importante salientar que os bens semoventes (animais) foram listados nos inventários com diferentes nomenclaturas, mas, para efeitos desta pesquisa, foram criadas categorias gerais, como, por exemplo, a categoria no banco de dados intitulada “Cavalares” compreende aos respectivos animais: éguas xucras, éguas mansas, cavalos mansos, potros, éguas madrinhas, cavalares, éguas com crias, cavalos velhos em mau estado, etc. (Apêndice H).

Após a coleta de dados e a sua digitação no programa ACCESS, com o auxílio do programa SPSS, foram criadas tabelas com o intuito de caracterizar as atividades produtivas nas pequenas estâncias, sua estrutura e organização econômica, e o uso de mão de obra escravizada.

---

<sup>10</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários *post-mortem*. **Arrabaldes**, Niterói, n. 2, set./dez. 1988.

### 2.2.3.3 *Censo agropecuário de 1858*

Em 1858, foi realizado um censo agropecuário a pedido do Presidente da Província para 14 municípios do estado e publicado em 1859 pelo presidente Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Foi solicitado que cada câmara municipal realizasse uma listagem destes dados e enviadas ao Presidente da Província. A fonte usada aqui é a listagem original feita pela Câmara Municipal de Santana do Livramento e enviada em correspondência para o presidente da província. Esta fonte está localizada no acervo das correspondências da Câmara Municipal do referido município armazenado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRHS).

Esta fonte foi fotografada (fotografia digital) e os dados informados no censo foram digitados em um banco de dados do programa Excel. O Censo Agropecuário do ano de 1858 é referente à quantidade de crias de animais produzidas anualmente pelos estancieiros do município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.<sup>11</sup> Esta listagem está organizada por nome do criador, correspondendo a uma unidade produtiva na região, e relata a quantidade de crias anuais de cada espécie de animal. O censo também agrupa cada unidade de produção (ou criador) conforme sua localização no município, discriminando por distrito. É importante salientar que os criadores foram selecionados pela própria câmara e o censo é provável que não abranja todos os criadores do município.

Após este procedimento, com o auxílio do programa estatístico SPSS, foram realizadas análises quantitativas. Para começar, procedeu-se a uma análise descritiva da base de dados, utilizando como unidades de análise as unidades produtivas, que, no censo, são enumeradas conforme o nome do proprietário ou proprietários. As variáveis analisadas são aquelas arroladas no censo e se referem a: cria anual lanígeros, cria anual muares, cria anual cavalares e cria anual vacuns.

Este censo fornece uma lista nominal de 126 criadores de gado no município; em alguns casos estes mesmos indivíduos também podem ser identificados nas outras fontes pesquisadas.

---

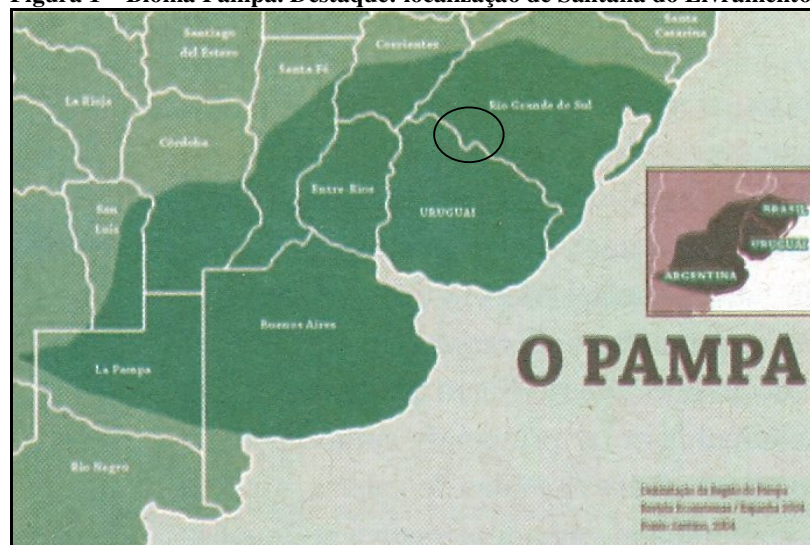
<sup>11</sup> Categorias retiradas do censo.

### 3 PAISAGEM AGRÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Este estudo tem por intuito abordar a paisagem da região onde se desenvolveu e predominou, em pleno século XIX, a pecuária de corte extensiva. No entanto, para a operacionalização da leitura da paisagem, fez-se fundamental uma delimitação espacial de um determinado espaço geográfico, o qual não corresponde a toda a região da Campanha, mas sim a um único município. Assim, a leitura da paisagem apresentada neste capítulo é referente, sobretudo, ao município de Santana do Livramento, ou seja, do espaço geográfico delimitado pelos atuais limites administrativos do município, os mesmos correspondentes deste o ano de 1857, data em que ocorreu o seu desmembramento do município de Alegrete. Todavia, a utilização das delimitações administrativas atuais favorece, primeiramente, pelo acesso aos dados documentais primários e aos produtores entrevistados, e também para uma melhor observação, sistematização e descrição da paisagem agrária estudada, visto que se outrora a Campanha comungou de forma quase homogênea de mesmos sistemas agrários, hoje, apresenta uma complexidade de sistemas de produção que somente para descrever esta paisagem seria necessário um estudo específico.

A Campanha está situada na porção sul do Rio Grande do Sul, onde predomina o Bioma Pampa (IBGE, 2004) (Figura 1). Diferentemente do resto da região Sul do Brasil, que se caracteriza por campos de altitude, os campos aonde se localiza o município de Santana do Livramento, chamados de Campos da Campanha, são semelhantes aos pampas do Uruguai e da Argentina (BEHLING et al., 2009). Estes campos “[...] abrangem regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul – cerca de dois terços do estado brasileiro Rio Grande do Sul; as províncias argentinas, Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entreríos e Corrientes e a República Oriental do Uruguai” (SUERTEGARAY; SILVA, 2009, p. 43). Os pampas se caracterizam por uma vegetação predominante de herbáceas baixas de, aproximadamente, 60 cm a 1m (SILVA, 2006). Olhando ao longe, a paisagem parece ser, em um primeiro momento, homogênea e plana com alguns capões de matos e matas de encostas e matas ciliares e a presença de algumas coxilhas (SUERTEGARAY; SILVA, 2009). No entanto, de acordo com estes autores, faz-se necessária uma classificação interna destes campos que leve em consideração as diferenças florísticas e estrutural, e as influências de manejo e relativas ao clima e ao substrato.

**Figura 1 – Bioma Pampa. Destaque: localização de Santana do Livramento**



Fonte: Santino (2004<sup>12</sup> apud SUERTEGARAY; SILVA, 2009).

Historicamente, a Campanha sempre esteve intimamente ligada à pecuária como sua principal atividade econômica, mesmo antes de ser povoada pelas coroas portuguesa e espanhola; no começo, com a prática da extração de couro e sebo do gado vacum (introduzido na América no Século XVII) oriundo, em especial, das reduções jesuíticas abandonadas e que se reproduzia livremente pelos campos da região. Depois, nas estâncias<sup>13</sup>, com a atividade de criação de gado de corte, a qual perdura até o momento, embora com introdução de algumas outras produções, como gado leiteiro, soja, arroz, etc. Se, por um lado, esta região assim apresenta suas características que lhe são semelhantes, é importante salientar que também não encerra em si uma homogeneidade.

Santana do Livramento, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), está situado na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense<sup>14</sup> (Figura 2), especificamente na Campanha Central, e é o segundo maior município em extensão territorial do estado do Rio Grande do Sul, tendo, na sua totalidade, uma área de 6.950 Km<sup>2</sup>. Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010, hoje, consta com uma população total de 82.464 habitantes, 74.410 residentes na zona urbana e 8.054 residentes na zona rural (IBGE, 2011). O município possui um rebanho bovino de 579.654 e um rebanho ovino de 403.340

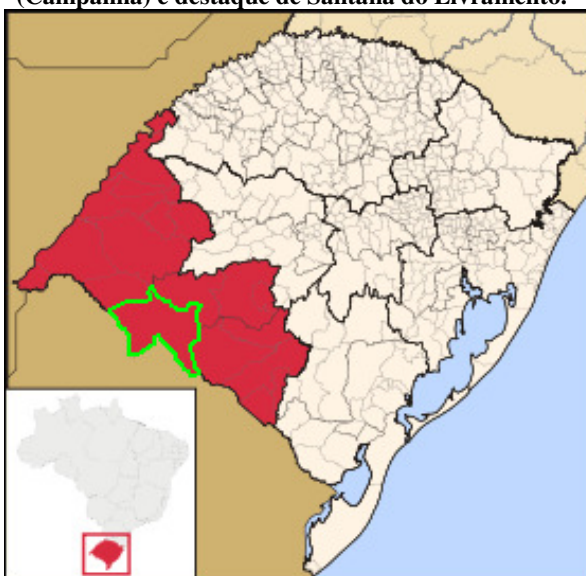
<sup>12</sup> SANTINO. Revista Ecosistemas, Espanha, 2004.

<sup>13</sup> *Estância* neste trabalho se refere à propriedade agrária cujo principal sistema de produção é a criação de gado vacum e cavalari, não sendo necessariamente extensas áreas de terras.

<sup>14</sup> A Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense é composta por Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional.

cabeças (dados referentes ao ano de 2010) (IBGE, 2011). A fruticultura é uma atividade que está se destacando no município, totalizando 829 ha comerciais.

**Figura 2 – Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense (Campanha) e destaque de Santana do Livramento.**



Fonte: Adaptado da Wikipedia (2012).

### **3.1 Aspectos ambientais**

Nesta seção serão apresentados os aspectos ambientais da paisagem do município, bem como algumas das transformações que esta sofreu ao longo de um processo histórico de uso para as atividades agrícolas.

#### **3.1.1 Geomorfologia**

O município de Santana do Livramento está situado sobre duas regiões geomorfológicas distintas. Na porção ocidental, na região geomorfológica Planalto, por meio da unidade denominada Planalto de Uruguaiana ou Planalto da Campanha, e, na porção oriental, sob a Depressão Periférica (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2005). Devido provavelmente ao fato que o município de Santana do Livramento está inserido no encontro de duas formações geomorfológicas, o seu solo tem duas características bem distintas, conhecidas popularmente como região do basalto ou “pedras” (porção ocidental) e região do arenito (porção oriental).

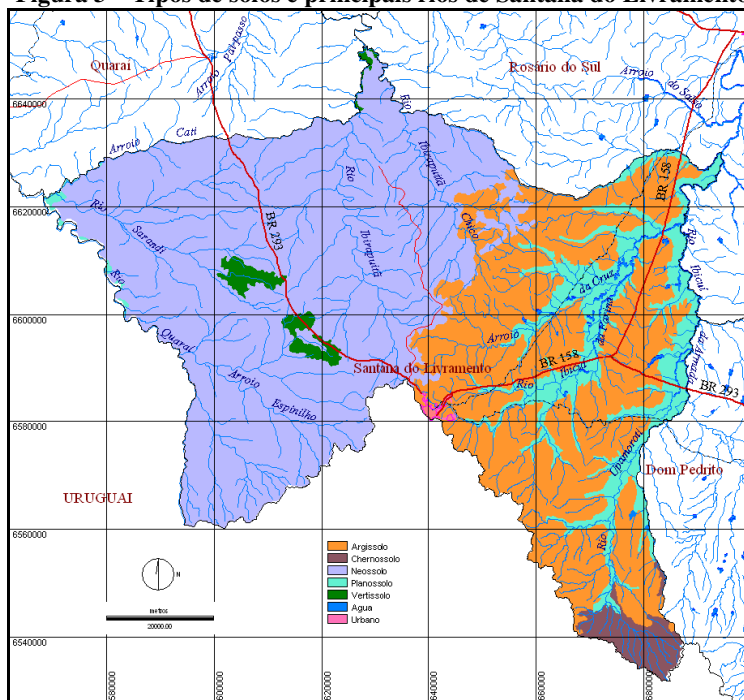
O *Planalto da Campanha* é formado por uma sucessão de rochas vulcânicas. A sua maior altitude é nas serras gaúchas, ao Nordeste do estado, chegando até 1.000 m e caindo para menos de 100 na região da Campanha (STRECK et al., 2008). Nesta região, ocorrem solos com origem em basalto, com um relevo suave ondulado, ocorrendo também áreas com relevo forte associados a afloramentos de rochas. É nesta porção ocidental que, no município, agora, ocorre com intensidade a pecuária. No encontro desta formação com a Depressão Periférica, o relevo foi esculpido pelos rios sobre rochas efusivas básicas (INCRA, 2005).

A *Depressão Periférica* é uma área de rochas sedimentares diversificadas, e, dentre tantas sedimentações, possui arenitos eólicos que constituem um imenso aquífero, chamado Aquífero Guaraní, considerado um dos mais importantes reservatórios de água doce do mundo (STRECK et al., 2008). As zonas das várzeas, hoje quase todas ocupadas pela plantação de arroz, se localizam, principalmente, nesta região oriental. Na porção oriental de Santana do Livramento no sentido leste (municípios Dom Pedrito, Bagé e Hulha Negra), apresentam solos com a presença de argilas expansíveis, com alta fertilidade química, mas com limitações fortes quanto ao uso de implementos agrícolas e lotações de animais (STRECK et al., 2008). A maior altitude do município está localizada no Planalto da Campanha, bem na divisa com o Uruguai.

### 3.1.2 Solos

De acordo com Boldrini (2009), os campos de solos rasos do estado estão localizados na fronteira oeste do estado, onde se localiza o município de Santana do Livramento. Cerca de 54% do território total do município é constituído de Neossolo, solos rasos pouco desenvolvidos, onde predomina a pecuária em médias e grandes propriedades (porção ocidental/basalto). Estes solos apresentam uma deficiência hídrica, pouca profundidade e pouca capacidade de armazenamento de água. Além deste tipo de solo, cerca de 32% do território é constituído de Argissolo, solos com maior profundidade, e, aproximadamente, 9,8% é constituído por Planossolo, solos de várzea, usados, atualmente, no cultivo do arroz (porção oriental/arenito); e há algumas ocorrências de Vertissolo (INCRA 2005). Também, nesta porção oriental, ocorrem manchas no solo que podem levar à arenização, ao voçoramento e à formação de areais (TORRES, 2001).

**Figura 3 – Tipos de solos e principais rios de Santana do Livramento**



Fonte: INCRA, 2005.

### 3.1.3 Hidrografia e clima

Santana do Livramento está localizado junto à região hidrográfica do rio Uruguai, tendo a rede de drenagens feita pelas bacias hidrográficas dos rios Quaraí, Ibicuí e Santa Maria, onde se destacam alguns principais rios da localidade: Rio Ibirapuitã, Ibirapuitã Chico, Sarandí, Ibibui da Armada e Ibicuí da Faxina, e os arroios Espinilho e da Cruz. É possível observar que existem diversas barragens e açudes junto a cursos de rios secundários (INCRA, 2005).

O clima de Santana do Livramento registra uma temperatura média anual de 17,8°C, sendo janeiro seu mês mais quente, e junho seu mês mais frio, com comum registro de geadas. Conforme o relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2005), a precipitação total anual do município é de 1.388, com maior concentração em outubro, 156 mm, e uma menor precipitação no mês de dezembro, 84 mm. Para o período de entre os meses de novembro e dezembro, foi observado um déficit hídrico de 26 mm, e, em dezembro, de 14 mm.

### 3.1.4 Vegetação

Segundo Boldrini (1997<sup>15</sup> apud INCRA, 2005), na porção mais a oeste do município, identificada como porção ocidental, o solo é fértil e raso, há uma predominância de gramíneas de porte baixo, que cobrem bem o solo e de bom valor forrageiro, e, muitas destas, também ocorrem no Uruguai. Na porção mais sudoeste do município (porção oriental), como consequência de solos muito diversificados, os campos apresentam uma mistura de elementos arbustivos de várias famílias vegetais. No extrato mais baixo, dominam espécies de verão com pouco valor nutritivo e de folhagens fibrosas. Nas áreas úmidas, são encontradas espécies de juncos e algumas gramas, ocorrendo, também, matas de galeria, localizadas ao longo de drenagens com terraços periodicamente inundáveis, do tipo aberto e descontínuo.

### 3.1.5 Fauna

A fauna desta região se caracteriza, basicamente, por espécies típicas de locais de predominância aberta, como a fauna de mamíferos, por exemplo, o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), o graxaim do campo (*Pseudalopex gymnocercus*), o zorrilho (*Conepatus chinga*), o gato palheiro (*Oncifelis colocolo*), o veado campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), a preá (*Cavia aperea*), o tuco-tuco (*Ctenomys torquatus*), o bugio preto (*Alouatta caraya*), entre outros (INCRA 2005).

### 3.1.6 Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã

Conforme leis brasileiras<sup>16</sup>, Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais da região. Santana do Livramento abriga 57% do território onde está localizada a APA do Ibirapuitã. Esta APA está na categoria Uso Sustentável<sup>17</sup>, possui uma área de 318.767 hectares, distribuídos entre outros municípios do Bioma Pampa: Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí. A APA do Ibirapuitã tem como função, na

<sup>15</sup>BOLDRINI, Ilse. Campos do RS: caracterização fisionômica e problemática ocupacional. **Boletim do Instituto de Biociências/UFRGS**, Porto Alegre, n. 56, p. 1-39, 1997.

<sup>16</sup>Lei Federal N° 9.985/ 2000.

<sup>17</sup>Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Segundo Lei Federal N° 9.985/ 2000, Art. 2°).



região da Campanha, dentre tantas, garantir a conservação da biodiversidade do Pampa; preservar a cultura e tradição desta região fronteiriça e fomentar a qualidade de vida das pessoas que ali residem, inclusive com uma atividade econômico sustentável dos recursos da região. Agora, alguns dos desafios da APA Ibirapuitã, além da falta de pesquisas científicas e mapeamento da sua biodiversidade, são as dificuldades em relação à produção rural que ocorre no perímetro da APA, pois estas, muitas vezes, fazem uso de instalação de açudes e lavouras; a sucção pelas bombas de irrigação do arroz durante o período de reprodução dos peixes, causando a morte destes; caça; queimadas para limpeza de campo; perda da biodiversidade por introdução de espécies exóticas, como o Capim-Anonni (*Eragrostis plana*)<sup>18</sup>; desmatamento de mata ciliar – para fazer lenha e/ou ampliar a área para o plantio de arroz irrigado.

---

<sup>18</sup>O capin-anonni (*eragrostis plana*) em 1975 foi detectado pela primeira vez no Brasil, e uma Estação Experimental de Tupanciretã da Secretaria da Agricultura do RS, se considera que chegou como impureza em um lote de sementes de outra espécie forrageira (capim-de-rhodes/*Chloris gayana* Kunth) importada da África do Sul (SARS, 1978\* apud MEDEIROS et al., 2009). O capin-anonni é considerado hoje uma espécie invasora agressiva e de difícil controle (SARS, 1978\* apud MEDEIROS et al., 2009). \* SARS, Relatório e apreciação sobre o valor nutritivo, produtividade e comportamento do “capin Annoni 2” (*Eragrostis plana* Nees). In: IPFZO, SARS. **Relatório**. Porto Alegre: IPFZO, SARS, 1978.

**Figura 4 – Paisagem do município de Santana do Livramento: a) solo argiloso (Florentina) b) e c) solo pedregoso (Espinilho) d) zona de várzea e cerro**

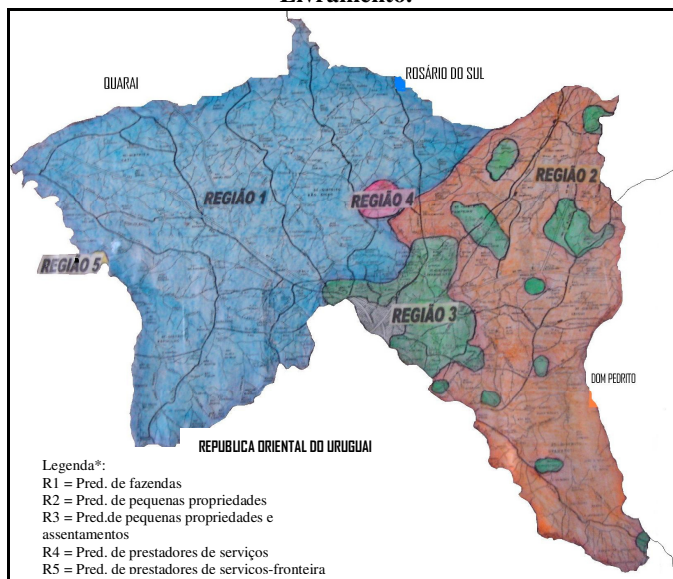


Fonte: Pesquisa de campo. Dezembro de 2010.

### 3.2 Aspectos socioeconômicos

Os aspectos ambientais de Santana do Livramento já foram discutidos na sessão anterior quando, então, pôde ser observada a existência de duas regiões agroecológicas, compreendidas pela porção ocidental (basalto) e porção oriental (arenito). Para uma melhor compreensão dos aspectos socioeconômicos do município, será utilizado um relatório elaborado pela EMATER/RS<sup>19</sup> baseado em dados sociais e econômicos, quando, desta maneira, convencionou-se dividir o município em 5 regiões distintas, conforme suas ocupações socioeconômicas. Portanto, estes dados referentes ao município serão descritos baseados, principalmente, neste relatório seguido de dados extraídos nas observações da pesquisa de campo.

**Figura 5 – Mapa das regiões socioeconômicas de Santana do Livramento.**



Fonte: adaptado de EMATER, 2011.

Nota: \* R = Região e Pred. = predominância

#### 2.2.1 Região Agroecológica do Basalto

Na região agroecológica do Basalto, foram identificadas a predominância de 3 distintos grupos socioeconômicos, sendo elas categorizadas como regiões 1, 4 e 5.

<sup>19</sup>Para uma melhor compreensão do meio rural do município, a EMATER/RS elaborou em 2001 um Relatório do Diagnóstico Rápido em conjunto com outras entidades.

A região 1, identificada como *Predominância de fazendas*, é caracterizada por moradias distantes uma das outras e de alvenarias, junto de galpões, bretes e mangueiras, bem como é observada a presença de rede elétrica em quase todo o local. Não há presença de aglomerados rurais, tais como igrejas ou postos de saúde distribuídos ao longo do interior, mas existe uma escola-polo que congrega as crianças da região. As estradas são de asfalto e chão firme, podendo ser trafegadas em quase toda a região. A população tem na maioria idade acima de 45 anos e é predominantemente masculina. A atividade que mais se destaca é a pecuária de corte extensiva, de raças cruzas, charolês e aberdeen angus. Nesta região, também está presente a ovinocultura de corte e lã, algumas lavouras de arroz espalhadas e a pecuária leiteira em propriedades mais próximas à parte urbana (EMATER/RS, 2001).

A região 4, identificada como *Predominância de prestadores de serviços*, caracteriza-se por ser de difícil acesso, com estradas de chão batido, mal conservadas e com ausência de pontilhões. Existem pequenos aglomerados de famílias que vivem de prestação de serviços para terceiros e da produção em pequenas propriedades, sobretudo para subsistência (produção animal), e também de rendimentos provenientes de aposentadorias.

A região 5, identificada como *Predominância de prestadores de serviços-fronteira*, está localizada na fronteira, tendo de um lado a República Oriental do Uruguai (ROU) e do outro lado a região 1, como já descrito, com predominância de grandes propriedades e pecuária extensiva. No entanto, esta região se difere da região 1, sobretudo pela ausência de uma infraestrutura básica, tais como água, luz e saneamento, e tendo moradias cobertas de latas e algumas com paredes remendadas. O transporte coletivo passa na região duas vezes por semana. A produção é estritamente com base na pecuária e muitos dos moradores vivem de prestação de serviços para terceiros ou da troca de serviços.

### 3.2.2 Região Agroecológica do Arenito

Na região agroecológica do Arenito, foi identificada a predominância de 2 distintos grupos socioeconômicos, sendo eles nas regiões 2 e 3.

A região 2, identificada como *Predominância de pequenas propriedades*, apresenta moradias relativamente próximas e com energia elétrica, antena parabólica e galpões. Na divisa com a ROU, na região denominada Capão Alto, existe uma relevante quantidade de famílias vivendo sem luz elétrica, sem água encanada, em moradias de paredes de barro e com renda familiar flutuante, oriunda tanto da ROU ou do Brasil, conforme as oportunidades. Esta região apresenta uma maior densidade demográfica, tráfego de transporte

coletivo, vias de acesso com pontes de madeira e concreto, mais de uma escola-polo e diversas construções de açudes e barragens. Existe uma diversificação de atividades agropastoris, como lavouras de subsistência, silvicultura, orizicultura, pecuária de corte e leite, fruticultura, ovinocultura de corte e lã, e produção de madeira (EMATER/RS, 2001).

A região 3, identificada como *Predominância de pequenas propriedades e assentamentos*, apresenta moradias próximas, com uma estrutura básica, como luz elétrica, vias de acesso facilitado, escolas próximas, clubes sociais, centros comunitários, cancha reta, etc., com aglomerações populacionais tanto nas agrovilas quanto nos assentamentos rurais<sup>20</sup>. Nesta região, está situado o Quilombo Ibicuí da Armada, formado por 4 grupos de famílias: Maciel, Xavier, Vaqueiro e Bragança (MATTOS, 2010); e, de uma forma geral, a produção é diversificada com pecuária leiteira, tanto para produção de leite e derivados; quanto na produção de pequenos animais, de hortaliças, de frutíferas, de vitivinicultura, de pequenas culturas (abóboras, melancia) e de lavouras de subsistência (EMATER/RS- Ascar, 2001).

Conforme estes dados, pode-se observar que as regiões “Predominância de fazendas” e “Predominância de pequenas propriedades” são as de maior predominância no território do município, e ambas apresentam características distintas. A região “Predominância de Fazendas” é bastante uniforme, apresentando baixa densidade demográfica, predominância de propriedades maiores e de pecuária de corte extensiva, mas não excluída a presença de produtores com menores propriedades. A região “Predominância de pequenas propriedades” apresenta uma maior densidade demográfica e diversificação de produção. Além destas duas grandes regiões, é possível observar, no mapa proposto, mais 3 grupos socioeconômicos que ocorrem com menos intensidade.

### **3.3 Uma paisagem em permanente mudança**

Como na maioria das cidades em distintos lugares do mundo é comum transitar por suas ruas e encontrar construções com idades diferentes; e, neste sentido, em Santana do Livramento, não é diferente. Andando nas ruas do núcleo urbano é possível perceber como a paisagem conta a sua história silenciosa com casarios datados da virada do século XIX para o XX juntamente com construções mais atuais. No entanto, quando se afasta do núcleo urbano em direção à região de predominância rural, o mosaico que compõe esta paisagem é composto

---

<sup>20</sup>A partir da década de 1990, a Campanha é local de implantação de políticas da reforma agrária, hoje com centenas de projetos de assentamento instalados. O município de Santana do Livramento possui 31 assentamentos rurais (AGUIAR, 2011).

por elementos de idades tão díspares entre si, mas que há muito já foram naturalizados pelos indivíduos e, muitas vezes, pouco percebidos como elementos oriundos – ou promissores – de mudanças técnicas significativas para a região, que influenciaram tanto as relações sociais ou econômicas.

### 3.3.1 O gado e a vegetação

Provavelmente umas das alterações mais significativas para a região da Campanha, e, por conseguinte, para o Pampa, há de ser, sem dúvida, a introdução do gado bovino, embora não tenha sido apenas na região do Pampa que o gado introduzido pelos europeus se reproduziu, naturalizou-se e provocou significativas mudanças na paisagem. O gado bovino ibérico foi introduzido pelos colonizadores em diferentes lugares de colonização europeia, havendo também diferentes processos de adaptação deste animal conforme cada região. Nas partes mais quentes do Brasil e nas planícies da Colômbia e Venezuela, a adaptação deste levou mais tempo, se comparada a outras regiões mais altas, necessitando várias gerações de gado para sua plena adaptação. Diferentemente do Norte do México onde as manadas “[...] devem ter dobrado a cada quinze anos [...] tornando-se uma parte tão permanente da fauna quanto os veados e os coiotes, e continuando a avançar para o norte” (CROSBY, 2011, p. 187). O gado que foi para a América de colonização inglesa e francesa também não demorou muito a se adaptar, rapidamente reproduzindo-se e formando grandes manadas bravias que vagavam pelas pradarias. Semelhante processo se deu na Austrália, quando, em 1788, chegou uma pequena quantidade de gado bovino que, após cerca de 20 anos, os rebanhos já alcançavam de 3 a 5 mil cabeças (CROSBY, 2011).

As informações acerca da data da introdução do gado bovino no Sul da América ainda apresentam lacunas, no entanto, conforme Crosby, em Buenos Aires, já em 1580, os bovinos marcavam presença nos campos pampeanos, formando rebanhos provavelmente descendentes de animais de gado bravio desgarrados de outros postos europeus ou desgarrados das primeiras colônias. Quanto à região onde atualmente é o Uruguai e o Rio Grande do Sul, a origem das manadas que vagavam bravias também apresenta lacunas. O ano de 1638 é a primeira data relativamente confiável, visto que, nesse ano, os jesuítas abandonaram uma missão deixando cerca de 5 mil cabeças de gado, no entanto, podem ter sido tanto os portugueses, espanhóis ou os jesuítas a terem sido os primeiros a introduzir o gado bovino nos Pampas, visto que ambos trouxeram gado para a região (CROSBY, 2011). O certo é que, até o século XIX, a maior parte do gado bovino encontrado nas Américas

introduzido pelos colonos europeus havia se adaptado e se naturalizado rapidamente ao meio, vagando pelos campos em manadas bravias, e, quando pertencentes a algum pecuarista, era em caráter de semidomesticação, pois permaneciam vagando pelas matas tendo ainda pouco contato com as pessoas.

Além do gado bovino, os cavalos também foram introduzidos pelos europeus na região pampeana, assim como em outras localidades colonizadas antes referidas, e também houve um processo de adaptação e reprodução espantoso,

[...] os pampas a leste e oeste do rio da Prata, eram um paraíso para os cavalos; até mesmo no século XIX, depois do desaparecimento de muitas das vantagens que os animais usufruíam inicialmente, as manadas mantidas como reserva de montaria para a cavalaria (e, portanto, protegidas do abate dos homens) cresciam um terço por ano (CROSBY, 2011, p. 195).

Concomitante a esta introdução do gado bovino, os colonizadores levaram junto em suas bagagens muitas espécies da flora europeia com intuito de serem cultivadas nas novas colônias e, como não é difícil de se imaginar, muitas espécies foram acidentalmente introduzidas e disseminadas, geralmente sementes transportadas nas solas das botas ou grudadas junto a fardos de mercadorias, etc., e que foram as responsáveis por disseminar algumas espécies exóticas. Destas, as que mais tiveram sucesso foram as chamadas ervas. Utilizando aqui a definição apresentada por Crosby (2011, p. 159), *erva* “[...] refere-se a qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras na competição pelo solo alterado”, especialistas em ocupar solos descobertos, cujas plantas originais foram afastadas por deslizamentos, enchentes, incêndios, etc. Com isso, a flora nativa da América, sobretudo do Pampa, estava, por um lado, sofrendo pressão de espécies exóticas – cultivadas ou não, e, por outro lado, muitas espécies nativas que não estavam acostumadas ao pastejo intensivo do gado bovino (e equino, bovino, caprino) pouco puderam sobreviver no campo, a não ser em alguns nichos protegidos. Conforme Crosby, a chegada dos europeus e seus animais provocaram algumas alterações na paisagem da América do Sul, mas foi na região do Pampa que as transformações foram mais profundas. A pesquisa sobre as transformações antrópicas na biota campestre é ainda incipiente e os registros feitos na época são poucos, mas, já no século XVIII, é possível observar registros do impacto destas atividades no Pampa: em 1780, o viajante Felix de Azara registrou “[...] que o número de animais de criação e a prática de queimar anualmente o pasto consumido estavam eliminando plantas delicadas e os capins mais altos” (CROSBY, 2011, p. 169). Embora ainda não existam dados científicos que qualifiquem os impactos na vegetação campestre nativa (CROSBY, 2011; BEHLING et al., 2009) devido ao intenso pastejo dos rebanhos, conjuntamente com as pisoteadas dos seus

cascos, excrementos e sementes contidas nestes excremento bem como a introdução destas espécies exóticas, houve, sem dúvida, uma significativa alteração da flora e do solo na região.

### 3.3.2 A introdução do aramado

Outro elemento introduzido na paisagem e que apresenta idade tão distante a da introdução do gado há de ser *as cercas*, que foram utilizadas tanto com a finalidade de conter os animais quanto de delimitar as propriedades. O processo de cercamento dos campos foi lento e protagonizado por diversas mudanças tecnológicas até chegarmos ao tipo de cercamento que se conhece hoje, e que, igualmente, há muito já foi naturalizado pelos indivíduos como parte integrante da paisagem.

As primeiras estâncias que passaram a criar gado iniciaram com uma técnica rudimentar de criação, algumas maneiras de deter os animais em um determinado espaço era a utilização de barreiras naturais, tais como rios, arroios e também os rincões. Uma das formas de poder controlar estes animais era aproveitar o hábito destes de se recolherem durante a noite em um mesmo local – rodeio –, com isso, era necessário apenas que alguns peões ficassem à noite rondando o local para controlá-los e também para proteger de possíveis furtos. Em Buenos Aires, quando era necessário delimitar de forma artificial alguma parte do campo para conter o gado ou proteger chácaras da invasão de animais, uma das primeiras técnicas a ser utilizada antes do aramado foi a construção de valas, em espanhol *zanjas*, ao redor do local, ou a utilização de cercas vivas, ou, até mesmo, ambas conjugadas (SBARRA, 1964). A primeira estância que se tem notícia de ter tido todo seu perímetro cercado por aramado na região do Prata data de 1855, quando o fazendeiro chamado Halbach, estabelecido em Buenos Aires, trouxe da Europa rolos de arame e cercou sua estância “[...] con cuatro hilos de alambre de los números 5 y 6, sujetos con grampos a los “principales” de nãndubay (postes enteros) [...] completada el cercado una zanja exterior [...] para contener a los ganados invasores acostumbrados al campo abierto” (SBARRA, 1964, p.56). Em Buenos Aires, a década de 50 foi um período tanto permeado pela crescente importação de arames quanto pelas discussões acerca da eficácia da nova técnica, havendo, por um lado, um incentivo ao progresso, à ordem e à disciplina, ou seja, ao projeto civilizatório – que, neste caso, era a organização da produção – e, por outro, a resistência dos mais retrógrados. E será em 1875 que o crescente uso de aramado se estende definitivamente pela região (SBARRA, 1964) e, certamente, no final do século XIX, o cercamento em arame, sobretudo no uso para a pecuária, já estava difundido em quase toda a região do Prata. No Uruguai, para delimitar as



propriedades em estâncias onde não existiam limites naturais, era comum os estancieiros estabelecerem marcos de pedras de granito de, aproximadamente, um metro, onde, então, reproduzia-se a marca do gado. Conforme Barran e Nahum (1971<sup>21</sup> apud PINTO, 1973), o início do uso dos alambrados nas estâncias uruguaias data de 1850 e foram utilizados primeiramente para cercar as chácaras próximas à casa principal e também para as ovelhas de raças mais finas (PINTO, 1973). Para Buenos Aires e províncias pampianas que hoje formam a Argentina, não há referência do uso de cercas de pedras, provavelmente devido ao tipo de solo que é pouco pedregoso, diferentemente do Uruguai e Rio Grande do Sul. Nas regiões serranas do Uruguai, que são abundantes em pedras soltas, como os departamentos de Rio Negro, Paysandú, Artigas, Tacuarembó, entre outros, foi comum o uso de cercas de pedras, assim como no Rio Grande do Sul, quando até hoje é possível encontrar este tipo de cerca conservada pelo tempo.

Para o Rio Grande do Sul, ainda não existem dados precisos quanto às primeiras estâncias cercadas, mas é possível observar que, nos bens inventariados em Santana do Livramento, as primeiras referências ao uso do aramado se fazem notadas nos anos de 1879 e 1881, embora estas tratem apenas de campos parcialmente cercados ou, ainda, com o aramado sendo utilizado apenas para cercar chácaras ou poteiros. A referência às cercas de pedra é constante, muitas vezes, demonstrando o uso em conjunto com o aramado. Em 1881, Fermina Pereira Leal faleceu deixando, entre outros bens de raiz, os seguintes para seus herdeiros:

Um quarto mais ou menos de legoa de campo, sito no 1º Distrito d'este termo, na costa do Ibirapuitam, todo cercado de cerca de pedra. [...] Uma casa velha, antigo estabelecimento do campo acima, com cercado de arame, servindo de chacara para plantações <sup>22</sup> [grifo meu].

Augusto Pereira de Carvalho, em 1879, solicitou abertura do inventário de sua então falecida mãe, D. Anna Joaquina Pereira da Silva. A qual possuía

Hum estabelecimento sito no Quarahy, no campo da Fazenda da mai do inventariante, do qual somente tem o uso fructo, contendo casas de material, mangueiras, cercado de pedra, com arvoredos fructiferos [...] Duas mil e oitocentas braças de cerca de pedra, cercado o referido campo, a razão de dois mil reis a braça, cinco contos e seiscentos mil reis. Nove mil braças de cerca de arame, a razão de quinhentos reis a braça, quatro contos e quinhentos mil <sup>23</sup> [grifo meu].

<sup>21</sup>BARRAN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay Moderno** (1850-1885). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1971.

<sup>22</sup> APERS.Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 006.774. Inventário nº 337.

<sup>23</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 006.772. Inventário nº 303.

Desta forma, o aramado foi gradativamente introduzido como uma mudança tecnológica, mas que também modificou a paisagem, trazendo alterações significativas para a produção, como uma maior domesticação do gado, que ficou cada vez mais acostumado à delimitação espacial que lhe haviam imposto, a introdução de novas raças e a especialização das etapas da pecuária, por exemplo. Além disso, também aumentou o grau de complexidade da vida cultural e na relação cotidiana dos indivíduos com esta paisagem. A diminuição de necessidade de mão de obra, e seus desdobramentos no acesso à terra para a produção, geralmente sob a forma de conflitos, foram algumas das reconfigurações que a sociedade da época teve de lidar. As cercas de aramado substituíram em grande parte a vigilância diurna dos gados e também as rondas noturnas exercidas pelos trabalhadores do campo, provocando, assim, *la primera desocupación tecnológica*, conforme expressão de Barran e Nahum (1971<sup>24</sup> apud PINTOS, 1973). Ademais, o fechamento de passagens foram, sem dúvida, alterações nos hábitos seculares dos indivíduos da Campanha acostumados a trafegar livremente pelos campos, o qual, muitas vezes, gerou conflitos por parte de vizinhos e viajantes que tinham sua passagem cortada ou, ainda, fazendeiros que avançaram suas cercas sobre os caminhos públicos. E sobre isso o pecuarista familiar entrevistado, seu Claudio, nos relata um pouco deste cotidiano:

*E, assim como, dessa forma aí foram feitos grandes fortunes, né? Em Livramento, né? De trazer gado do Uruguai, de trazer gado roubado, de trazer o que for, né? E aqui, porque é a região da fronteira, né? E assim oh... Teve uma época em que o... não existia arame. Cercas não existiam. Os campos, eles eram limitados por marcos, marcos, ou por rios ou por sangas, ou por... Então, o gado, ele era criado solto, não tinha como tu prende o gado. Depois que foi inventado o arame, que começou a se construir cercas, né? Começaram a se construir cercas, mas quando não tinha cercas as coisas eram mais complicadas, porque o gado, o pessoal ia em tropa, por exemplo, trazer tropa. [...] Então o gado vinha de diversos lugares, de todos, com tropas que duravam 1 mês, 2, né? Vinham trazendo a tropa. Eram caminhos e caminhos, e caminhos né? Pra levar para o abate. E nesses, nessas tropa (risos), vinha muita coisa roubada no meio, né? De gente que ia trazer gado do Uruguai, contrabandiava, trazia gado roubado no meio... tudo assim (CLAUDIO, dez. de 2011).*

### 3.3.3 As funções sociais da paisagem

Em 1917, a empresa Armour adquiriu a charqueada de Santana do Livramento, transformando-a em um grande frigorífico. A instalação deste frigorífico foi um empreendimento que movimentou a economia regional, sobretudo em Santana do Livramento, e não somente isto, provocou modificações em distintos setores. O gado estava

<sup>24</sup>BARRAN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay Moderno** (1850-1885). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1971.

muito longe de ser parecido com aquele gado bravo, outrora introduzido pelos europeus, agora procurava-se buscar um maior refinamento nas raças e também atender à demanda de um novo mercado: carne congelada. Atualmente, em Santana do Livramento, quando seguindo em direção aos subúrbios da cidade, é possível encontrar o prédio do antigo frigorífico, embora esteja relativamente conservado, o prédio encontra-se vazio, sem nenhuma atividade e pouco referido nas conversas habituais; diferentemente das narrativas de vida dos pecuaristas familiares entrevistados, quando, nos seus relatos, demonstram como aquele cotidiano era permeado pelas atividades do frigorífico. Quando perguntados sobre diferentes momentos das suas trajetórias de vida, as menções ao período do frigorífico são recorrentes. É possível observar que, na memória dos entrevistados, quando fazem referência ao período em que começaram a trabalhar em alguma atividade remunerada fora da propriedade, ou, tomando aqui emprestado a expressão do seu Ugolino, começaram a “assumir sua responsabilidade”; no geral, as oportunidades de emprego estavam ligadas também ao frigorífico, fosse levando a tropa, fosse trabalhando nas câmaras frias.

Seu Genuino, que sempre viveu e trabalhou no campo, ao narrar como ele largou a escola e passou a trabalhar em atividade remunerada, conta fragmentos de sua memória a respeito das atividades campeiras:

*[...] naquelas épocas que eu fui ficando rapazinho, havia muita tropa, entendeu? Havia serviço de... pra campanha... saía e chegava tropeando.*

*P: E esta tropa era pra levar o gado?*

*E: Isso era para o Armour, pra cooperativa. Não havia caminhão, entendeu? Era só, um vendia e levava e de outros fazendeiro. Então a gente sempre tava nessa coisa aí. E aí o cara vendia, havia tropa de gado de inverna, né? Tinha os corretor, como se chama né? Então eles arrumavam o negócio de boi de inverna, aquele vendia gordo e comprava de inverna, e aí os tropero que levavo. Passavo por uma estrada, passavam por outra. Levavam o gordo pra o Armour, e o São Paulo ali, a cooperativa [...]*

*P: Mas o seu pai não é do tempo do Armour?*

*E: É! Ma claro. É, foi tropero, **muito**.*

*P: Mas o seu avô não, então?*

*E: Também foi, e vendedor pro Armour também. No tempo em que não havia inspetoria e tinha um modelo, tinha um talão modelo 15, se chamava, e tirava uma nota de tantas vaca e tu levava pro Armour só com aquilo, não havia atestado de vacina. Meu avô... eu, eu, eu ainda ajudei a levar vaca do meu avô pra o Armour (GENUÍNO, dez. de 2011, grifo meu).*

Já Seu Alcides, ao narrar sua história de vida, de como recebeu umas lições de aula de uma senhora da família, relata:

*[...] Faz mais de 30 ano que tenho carter, 40 ano. Eu escrevo um pouquinho, escrevo e leio um pouquinho. Mas não tenho estudo, eu nunca entrei numa escola pra estudar. As vez eu digo e as pessoa até me duvido, sabe que uma vez, tempo do Armour aqui, o meu patrão que eu cuidava a estância aqui adiante era muito amigo do comprador geral do Armour, que era o Madera. Bah! Meu patrão era amigo*

*dele, meu patrão é de São Gabriel. E aí nós fumo pesa uns boi, e o meu patrão não vinha, era eu que pesava e tomava nota, pra depos dá pra ele. Pesemo 60 boi, aí quando nós terminemo, eu com essas maquinazinha calculadora, aí ele foi fazer a conta, eu fiz a minha conta, quando ele terminou de fazer, eu digo, deram tantos quilo em média, né seu Madera? Aí ele parou, disse que estudo que o senhor tem, Seu Alcides? Eu digo, eu não tenho estudo. Capaz que o senhor não vai ter estudo. Não, não tenho Seu Madera. Não, não acredito, se o senhor fez a conta primeiro. Claro, ele era o comprador geral do Armour, não sei que grau que ele tinha de estudo, não é? [...] (ALCIDES, dez. de 2011).*

Seu Ugolino, que quando ainda jovenzinho necessitou assumir as lides da propriedade devido ao estado de saúde de seu pai, relata o início do seu trabalho fora da propriedade com atividade remunerada, ajudado nas suas memórias pela sua esposa, D. Maria Juliana (E2):

*[...] quando eu comecei a trabalhar fora, que eles [os pais] foram para a cidade, eu fui junto com eles [...]. Ai trabalhava na companhia, no Armour. E aí depois, uns... eu trabalhei 4 anos na Swift, na Armour. E sai do Armour, vim pra fora, trabalhando meio por conta, não é? [...] [Na Armour] eu era servente, era nas câmara. Eu trabalhava nas câmara, no gelo. Eu era da estiva, dos vagão, das câmara, eu trabalhava na estiva, não é? A estiva que a gente diz (risos) é o empilhamento de carne, entendeu? Tem uns que tiram a carne e trazem, e nós empilhava, não é?*

*E2: E congelava, que nas câmaras é congelado, não é? Ia pra câmara.*

*E: Tudo congelado. É 15, 20 grau abaixo de zero (UGOLINO E D. JULIANA, dez. de 2011).*

Além disso, algumas alterações na paisagem podem ser observadas nos fragmentos da memória dos entrevistados, quando, então, a forma de transportar e pesar o gado já havia passado por modificações, por conseguinte, transformando ainda mais a paisagem. Como pode ser observada, a distinção na narrativa de Seu Genuino, no trecho acima reproduzido, quando se refere à maneira que levavam o gado em pé, quando então o gado ainda era levado apenas em tropas pelas estradas de terra (corredor), período anterior ao uso do caminhão.

Já seu Alcides se detém mais a explicar esta modificação:

*E: As tropas iam, primeiro iam por terra. Despos pegaram a ir de caminhão. As primeiras tropas a gente pesava na fazenda e levava. As primeiras mesmo eram pesadas lá no Armo.*

*P: Vocês levavam por terra?*

*E: Por terra. Pesavam lá no Armo. É depois já pegou a passar pro caminhão, que era mais rápido e tudo. Então, as primeiras tropas era 100, 150 rês gorda, não é? E 2, 3 tropa cada entrada de inverno, que era o período de se vender (ALCIDES, dez. de 2011).*

Para Santos (1996), a relação estabelecida “[...] entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho” (SANTOS, 1996, p. 66), e os instrumentos de trabalho estão ligados tanto à produção quanto à circulação,

distribuição e consumo. E é justamente procurando atender à demanda destes diferentes níveis que a paisagem se organiza. Existem alguns instrumentos de trabalho necessários e indispensáveis à produção que são incorporados ao natural de forma gradativa, tais como pontes, estradas, barragens, edifícios, portos, etc. (SANTOS, 1996). É possível perceber, na fala dos entrevistados, estas modificações na paisagem para atender às novas técnicas demandadas para o escoamento da produção. As estradas em que outrora passavam as tropas provavelmente tiveram que ser readaptadas para que passassem os caminhões, assim como em muitos trechos de passagem em rios ou arroios se fizeram necessárias as pontes para acesso dos caminhões. Atualmente, não se encontra mais em uso a malha ferroviária que outrora também fora responsável pelo escoamento da produção, mas que a memória do seu Genuíno nos revela:

*[...]eu cheguei a fazer umas tropa pro trem, mas embarcava lá em Paloma. Lá ia pro Montenegro, um matadero que teve em Montenegro (GENUÍNO, dez. de 2011).*

Como já referido antes, a paisagem é configurada pelo conjunto de técnicas de cada momento histórico; com isso, “[...] no momento B, muito elementos do momento A permanecem; e surgem novos” (SANTOS, 1996, p. 68), quando, então, muitos elementos existentes na paisagem deixam de ter o mesmo significado social que tiveram em um momento passado, sendo, muitas vezes, suprimidos da paisagem ou, então, substituídos apenas no seu uso *social* (SANTOS, 1996). E, neste sentido, a presença do prédio do frigorífico Armour se faz importante no contexto aqui abordado. A bibliografia nos revela que a instalação do frigorífico simboliza um momento áureo da região, e, corroborando com esta ideia, as falas dos entrevistados nos remetem a este momento, quando, e aqui não custa repetir, o frigorífico representava o núcleo econômico. Este momento de auge hoje se contrapõe com o abandono do prédio, destituído, portanto, de seu uso social; embora na memória dos mais velhos ainda esteja bem vivo o significado cultural e econômico do frigorífico.

*Livramento aqui foi um município de muito gado e muita fazenda, agora tá terminado. Termina os frigorífico, né? Nós matava 1350 rês por dia, chego a mata. (GENUÍNO, dez. de 2011).*

#### 3.3.4 A necessidade da água

No período da ocupação europeia na região do Pampa, o acesso à água se deu, principalmente, por meio de rios, arroios e lagoas, havendo localidades com maior reserva de

água no solo, como os lugares de várzeas ou banhados, ou localidades mais secas. O acesso a este recurso natural era baseado unicamente na distribuição geográfica e natural destes elementos, ou seja, na localização de um destes dentro ou próximo ao campo. Além desta distribuição hídrica conforme características físicas, alguns outros fatores, como ciclos climáticos e índices pluviiais, interferiam no acesso a este recurso natural, havendo, assim, períodos de maior acesso à água e de escassez. Os períodos com abundância de chuva e, muitas vezes, desencadeadores de inundações podem ser considerados menos nocivos à população humana e produção pecuária, se comparado aos períodos de escassez de água, as secas. Nos períodos de inundações, para se alimentar, o gado sempre podia se deslocar para locais mais altos e, muitas vezes, comer o pasto que ficava saliente na superfície da água (GARAVAGLIA, 1999). Além do gado, certamente outros animais realizavam migrações refugiando-se do excesso de água bem como os animais de habitat lacustre se multiplicavam e se espalhavam. Já nos períodos de estiagem, a alternativa geralmente utilizada pelos pecuaristas era a de moverem o gado em rebanhos para localidades mais úmidas. Quando ocorriam estiagens mais severas, os próprios animais se espalhavam e se misturavam, tanto com os que tinham distintas marcas quanto os com os rebanhos ainda bravios e, neste último caso, alguns animais já domesticados escapavam ao controle humano passando a viver junto a estes rebanhos no campo (SBARRA, 1961; GARAVAGLIA, 1999). Nestes períodos de estiagem, o ecossistema, de uma forma geral, sofria uma baixa produtividade, o pasto ficava debilitado, levando, assim, muitos animais à morte; e ainda havia o favorecimento de pragas, epizootias e epidemias na população humana (GARAVAGLIA, 1999).

Para Buenos Aires e províncias próximas, a primeira referência acerca dos períodos de estiagem e das suas consequências data de 1614, quando, então, o Cabildo pede para que seja realizada uma missa na Iglesia Mayor pedindo chuvas. Em 1833, o viajante Charles Darwin relata os efeitos da grande seca entre o período de 1827 e 1832, observados em sua viagem de Buenos Aires a Santa Fé. Conforme seu relato, “[...] durante ese tiempo llovió tan poco que la vegetación desapareció [...]. Un gran número de aves, de mamíferos salvajes, de ganado vacunos y de caballos perecieron de hambre y sed [...]” (SBARRA, 1961, p. 28). O semanário *La Agricultura*, datado de 1º/02/1894, refere-se à seca ocorrida em 1893-94 como um desastre nacional (SBARRA, 1961). Referente ao Rio Grande do Sul, os dados históricos a respeito de secas na região da Campanha carecem ainda de uma abordagem. Conforme Farinatti (2010), o período de 1840 até 1860 em Alegrete<sup>25</sup> foi caracterizado por

---

<sup>25</sup> Município situado na Campanha.

uma crise na pecuária, e, dentre os fatores causadores, o autor destaca as guerras na região, principalmente a Revolução Farroupilha e a Guerra Grande, e uma seca acompanhada de uma epizootia (em 1840). Como pode ser observado, a vulnerabilidade dos produtores frente a períodos de severas estiagens não é uma situação nova, assim como a busca de estratégias para lidar com esta vulnerabilidade. Das primeiras manifestações discutidas no Tribunal Del Real Consulado de Buenos Aires, em 1798, referente à necessidade de “[...] tener aguadas permanentes en la campaña” (SBARRA, 1961, p. 38) até os tempos atuais, diferentes sistemas hídricos foram desenvolvidos: a pelota (um semi globo feito de couro), e algumas variações deste, como o balde sem fondo, la manga, el balde volcador (balde de metal); poços artificiais, represas e moinhos movidos pelo vento (SBARRA, 1961). Novamente, para a Campanha, os dados históricos referentes aos sistemas hídricos desenvolvidos para a pecuária ainda carecem de uma maior pesquisa, no entanto, Seu Ugolino (E) e D. Juliana (E2) relatam as alternativas em localidades de pouco recursos hídricos situados em Santana do Livramento:

*E: [...] aqui é lugar úmido, agora me diz uma coisa nesses lugar de pedra, com campo duro, como ai pro Cerro Chato, praí, pro lado do Quarai...*

*E2: Sim, tem gente que não tem água pra tomar. Aí que tinha um Sem Terra que não tinha nada de água, e uma pipa leva água ali... [...]*

*E: Ali na Canelera. [...] Localizaram os Sem Terra ali...não tinha água. Vão sobreviver de que em cima da pedra? Não tinha como botar uma horta, não tinha água pra beberem, o que que vão fazer?*

*E2: E faz anos.... porque antes de eu casar, nós já dava água no Carcávia, lá no Passo do Carcávia dava água pro gado, não tinha água dentro do campo.*

*E: Hoje tem água lá porque a gente fez açude e tudo, não é?*

*E2: Sim, porque fez açude. Porque não tinha. (UGOLINO E D. JULIANA, dez. de 2011, grifo meu).*

A pecuarista familiar D. Mari Stela, que, após ficar viúva, cuida da propriedade apenas com a ajuda de um empregado, relata:

*Não tenho açude, não tenho barragem. Tenho arroio que passa lá no fundo do campo. E a água é junto da chuva, porque o poço é água saloba, sal puro. Então, é impróprio pra consumo humano. [...] tem um açudezinho pequeno ali embaxo, ali, mas seca, porque pára de chover e seca, né? Aqui dentro, onde fica o potrero do cavalo também tem outro, mas já seco faz muito tempo... (D. MARI STELA, dez. de 2011, grifo meu).*

Desta forma, é possível observar que a paisagem que outrora apresentava apenas rios, lagoas e arroios formados pela ação da natureza, passa a combinar diferentes sistemas técnicos de manejo de água, sobretudo a construção de açudes ou barragens artificiais para o armazenamento da água proveniente das chuvas. Neste sentido, este sistema de aprisionamento da água representa uma maior tecnificação da natureza, ou seja, cada vez as formas de produzir demandadas pela sociedade modificam a paisagem e também fazem

com que a natureza sofra um processo de humanização cada vez maior. Conforme Santos (1996), a natureza neste processo de humanização ganha “[...] a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada” (SANTOS, 1996, p. 89).

Conforme os dados apresentados no item *Leitura da paisagem*, em Santana do Livramento e na região do entorno, o período entre os meses de novembro e fevereiro apresenta naturalmente um déficit hídrico no solo, com isso, a produção forrageira nesta época fica muito limitada – e mais ainda em períodos de estiagens. Além destas características peculiares do município, atualmente, existem outros fatores que contribuem para o surgimento e acirramento destas estiagens. Conforme Berlato (2011), o sistema climático do estado apresentou significativas alterações a contar de 1870: a temperatura mínima aumentou, as noites ficaram mais quentes, houve uma redução de geadas, entre outras. Estas mudanças, segundo o autor, estão sendo causadas, principalmente, pelo efeito do fenômeno *El Niño* Oscilação Sul (ENOS), do aquecimento global e, de forma secundária, por fatores locais, como o desmatamento e assoreamento. Como já referido anteriormente, a seca na Campanha é o fenômeno que mais afeta as populações humanas, a produção pecuária e todas as outras formas de vida no bioma.

Embora segundo Berlato e Cordeiro (2005) não existam séries históricas que forneçam dados suficientes para a realização de uma análise detalhada dos efeitos destes períodos de secas na pecuária e população local, é possível compreender um pouco desta situação na fala dos pecuaristas familiares entrevistados:

*A fome, a sede, não é... mata... Olha, nós temos viajado, nós temos todo o verão a gente tira férias, não é, inventa de...trabalhou o ano inteiro e inventa de tirar férias. Então, nós ia pro Uruguai, aí pra Salto, pra essas volta aí, pras Termas... Então, a gente passava a época de seca... Dava pena de ver os bicho morto na estrada, na bera da estrada, pra dentro dos campo, não ter o que comer, isso tava... os campo quase como aquela terra ali, onde tinha uma madera ali, que não tem o pasto ali... e na bera da facha, eles fazere uma cerquinha assim de 2 corda de arame, longe assim, porque na bera da facha pro lado da cerca assim tinha um pastinho, então, ali eles colocavam gado ali, ovelha, tudo. E aí 8, 10 pessoa cuidando aqueles bichinho pra não virem pro asfalto ali, não é, pra salvarem aquele bichinho. Horrível, horrível... (UGOLINO, dez. de 2011).*

*[...] más o ano passado a seca termino no dia 24, foi geral, 24 de dezembro! Choveu 14 de setembro e foi 100 dia sem chover. É tava horrível! [...] aqui tava horrível tudo torrado, torrado. [...] Por ali naquela região [do Espinilho]. Bah! Ali é campo bom, más não chovendo é brabíssimo, né? O gado come alve, come as alve, né? (GENUINO, dez. de 2011).*

Os moradores percebem as alterações decorrentes destas mudanças climáticas no cotidiano da Campanha como diferente de “outros tempos”, como pode ser observado nos



seus comentários a respeito da regularidade das secas e das mudanças observadas com estas estiagens:

*O negócio da seca é variado porque isso vem agora, aí choveu, aí bem pertinho na linha aí, daqui vamo dizer 20 Km reto aqui oh! choveu 40 milímetro e aqui choveu 2. É as chuva de verão, isso aí é baseado não é? Lá pra, aí na Faxinha mesmo lá, lá tá chovendo meio normal, 30 milímetro, 40, quase toda a semana né?! Lá tá verde, verde. Eu saí daí. Todo lugar né? Esses dias que eu fui a Bagé mesmo, lá em Bagé tá chovendo normal, né? Dom Pedrito tudo seco! Tá cortado as água, tu vê as granja sem água né? Isso aí chuva de verão é? Lá nas pedra tem uns amigo meu, tem campo adiante do São Leandro, que eu te falei, lá tá desta altura o pastical, o gado tudo gordo, as oveia tudo gorda. (GENUINO, dez. de 2011).*

*E2: Agora não tem mais época de seca, é inverno, é verão...é*

*E: A seca continua cada vez pior. Porque a uns 5 ano atrás, vamo dizer, ainda que é pouco tempo, essa várzea aqui era só banhado, não cruzava carro pra lá... [...] não cruzava auto. Hoje cruza carro aí tranquilo, porque não tem mais umidade no banhado aí. Não tem mais umidade. Os banhado secaram, aonde a gente não entravam a cavalo, hoje a gente passa de carro, de auto. Passa de auto.*

*E2: As água se foram.*

*E: Sumiu as água. Sumiu mesmo. Olha, vem uma enchente aqui, enche essa sanga, bota tudo campo fora. Branquea essa várzea toda aí de água, no outro dia, tá tudo olhado, some as água...some. (UGOLINO E D. JULIANA, dez. de 2011).*

### 3.3.5 As mudanças recentes

Algumas mudanças ocorridas na paisagem agrária de Santana do Livramento se referem principalmente à prática das lavouras, da silvicultura e também a introdução de assentamentos, esta última destaca-se a intensificação de minifúndios na região. A partir da década de 1970 houve na região da Campanha uma expansão das lavouras de soja, de arroz irrigado e de plantio de uvas para a produção de vinhos (CHELOTTI; HESPANHOL, 2003). A partir de 2004 região da Campanha passou a concentrar os cultivos de eucaliptos e pinus, principalmente subsidiados pelo então plano de governo estadual da época, que incidiu em diversos incentivos financeiros para que distintas empresas florestadoras se instalassem na região (BINSKOWISKI, 2009).

As lavouras modernas e a silvicultura são apontadas como práticas de grande impacto ambiental no ecossistema da região, principalmente com a expansão da lavoura em campos secos, com o cultivo do arroz nos banhados e várzea e com as pastagens cultivadas, que causam um efeito de perda e alteração no hábitat natural. Cada vez mais há uma expansão da área utilizada para estas produções, em busca de um maior aproveitamento econômico, modificando e suprimindo a paisagem natural que é o refúgio da fauna. Além de causar uma perda da biodiversidade dos pampas, essa expansão ainda coloca em desequilíbrio o ecossistema da região. O aumento da lavoura e pecuária sobre terrenos de mata de galeria

causa a diminuição desta mata que serve de refúgio natural para algumas espécies em períodos de geada no campo, por exemplo, favorecendo assim o desaparecimento de espécies, como a preá e o tamanduá, que são predadores naturais e que, assim, controlam as populações de insetos e pragas na região.

Conforme salienta Binkowski (2009), ambientalistas consideram que o Bioma Pampa não apresenta características capazes de suportar a introdução destas árvores exóticas em milhares de hectares na região, principalmente devido às características do solo e a disponibilidade hídrica. Além disso, existem no Bioma Pampa cerca de 40 espécies de animais em ameaça de extinção (veado-campeiro, lobo-guará, gato-palheiro, noivinha-de-rabo-preto, a corruíra-do-campo, entre outros) e as mudanças decorrentes da introdução destas árvores exóticas podem contribuir para o acirramento do processo de extinção destas espécies (BENCKE, 2007<sup>26</sup> apud BINKOWSKI, 2009).

---

<sup>26</sup>BENCKE, G. Pampa: uma fronteira em extinção. **Revista Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, n. 247, p. 4-7, dez. 2007.

**Figura 6 – Mudanças observadas na paisagem: a) Cerca histórica feita de pedra, na área pedregosa; campo sob efeito da seca. b) Silvicultura e c) Introdução de lavoura e açude artificial, campo sob efeito da seca**



Fonte: Pesquisa de campo. Dezembro de 2010.

#### 4 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Neste item, pretende-se apresentar, em um ordenamento sistemático e estruturado, a evolução e diferenciação de Sistemas Agrários em Santana do Livramento e, como já referido anteriormente, situado na Campanha do Rio Grande do Sul. Os sistemas agrários da Campanha apresentam uma dinâmica evolutiva muito semelhante. Com isso, é possível constatar que, nos primeiros sistemas agrários apresentados abaixo, as características observadas se referem, muitas vezes, a toda região da Campanha, ou, até mesmo, a grande parte da região do rio da Prata, porém, com o processo de modernização deflagrado na Campanha, os sistemas agrários existentes foram se diversificando e ficando mais especializados.

Os procedimentos metodológicos para a elaboração desta sistematização já foram pormenorizados antes, no entanto, é importante salientar que as datas limites de um sistema agrário não são estanques ou pré-determinadas, e são fruto da análise e constatação dos possíveis fatores de crise e/ou transição de um sistema para outro, assim, são passíveis de uma reelaboração. Ou seja, para operacionalização dos resultados, as datas aqui apresentadas como marcos temporais delimitadores de cada sistema agrário foram estabelecidas com base em algum acontecimento significativo no processo de transição de um sistema agrário para outro, sendo que o processo de transição tende a ocorrer em um espaço maior que um ano. Os nomes ou títulos dos sistemas agrários também não são pré-determinados ou já consagrados na literatura, como, por exemplo, alguns períodos históricos: *Paleolítico*, *Neolítico*, *Brasil Colônia*, etc., foram estabelecidos nomes com base no sistema de produção e/ou localidade, com o intuito de operacionalizar os resultados da pesquisa.

A pesquisa permitiu identificar seis sistemas agrários, eles são intitulados das seguintes formas: *Sistema Agrário Indígena*, *Estância Missioneira/Vacaria Del Mar*, *Pecuária de Corte Extensiva Tradicional*, *Industrial* e *Pecuária e Lavoura Moderna*. Na caracterização dos Sistemas Agrários, faz-se pertinente uma retomada de dados factuais históricos da região do Rio da Prata e, por conseguinte, da história do Rio Grande do Sul, embora esta não seja o objetivo deste estudo.

#### **4.1 Sistema Agrário Indígena (antes de 1500)**

De acordo com Kern (1994) e González e Pérez (2000), os povos que habitavam a região dos pampas uruguaio e sul-riograndenses, e a mesopotâmia argentina, antes da chegada dos europeus, eram os charruas. Havia um grande número de tribos pertencentes a este grupo, no entanto, todos são conhecidos pelo nome genérico de *Charrua* (GONZÁLEZ; PEREZ, 2000). Sua economia era baseada na caça, diferentemente dos grupos pertencentes à etnia Guarani, que praticavam horticultura e também fabricavam utensílios de cerâmica. Os Charruas eram caçadores, coletores e utilizavam como arma de caça a boleadeira (GONZÁLEZ; PEREZ, 2000), fazendo seguidamente migrações para a mesopotâmia argentina (KERN, 1994). Quanto à prática do nomadismo, esta é muito associada aos grupos indígenas pampianos, Neumann (2009, p. 23) salienta a necessidade de reconsiderar esta afirmação, pois, consoante o autor, estes grupos ocupavam “[...] locais bem determinados, com abundância de pasto, aguadas e lenhas, insumos básicos à sobrevivência” e exerciam uma significativa mobilidade, a qual não deve necessariamente ser interpretada como a prática do nomadismo.

Estes grupos, ao terem contato com os europeus, adquiriram depressa o domínio do cavalo e “[...] usaban el característico manto de piel adornado en la parte externa com pinturas geométricas [...]. El uso de tembetá, adornos nasales y tatuajes y plantas silvestres” (GONZÁLEZ; PEREZ, 2000, p.153). Embora não se tenha dados precisos sobre os Charruas, geralmente, estes grupos nômades se caracterizavam por serem organizados na sua forma política por bandos tribais, que tinham um chefe de bando, e não havia relação de escravização intratribal. No entanto, com a chegada dos europeus, este sistema agrário logo entrou em decadência por ter grandes diferenças da cultura então incipiente.

#### **4.2 Sistema Agrário Estância Missioneira/Vacaria del Mar (1500-1700)**

O estabelecimento das Missões Jesuíticas no sul do Brasil é um fator de importância para a introdução e dispersão do gado na região da Campanha. Nos primeiros anos do século XVII os jesuítas se localizaram entre o Rio Negro (atual território do Uruguai) e a barra entre o rio Ibicuy (território do Brasil) e Rio Uruguay, atual região do oeste do Rio Grande do Sul. Deve-se a estas missões jesuítas as primeiras formas de exploração de gado de forma sistemática na região (MORAES, 2006). As estâncias missioneiras se caracterizavam pela criação e pastoreio de gado vacum, para o estabelecimento destas estâncias havia uma

série de etapas que consistiam em reconhecimento do território, seleção do pessoal que iria dirigir a estância e efetivar os trabalhos de parar rodeio, a consagração de um santo patrono, entre outras (MORAES, 2006).

Após 1630, com o abandono dos jesuítas da área (expulsos pelas bandeiras paulistas), o gado chimarrão das reduções passou a se reproduzir de forma livre pela região conhecida por Vacaria del Mar (REICHEL, 2006). Com isso, o gado solto na Vacaria del Mar passou a ser produto de pilhagem de portugueses, índios missioneiros e castelhanos para a extração de couro e animais para as reduções jesuíticas que se estabeleceram na outra margem do Rio Uruguai.

A partir do final do século XVII os jesuítas se reestabeleceram na região, havendo assim neste sistema agrário duas práticas distintas, uma que se tratava da criação de gado nas estâncias missioneiras e outra que se tratava da preia de gado nas vacarias. O gado no período inicial deste sistema agrário era utilizado somente para o abastecimento local, visto que o couro ainda não havia se tornado um produto comercializado no Rio da Prata (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972). Com a chegada ao rio da Prata dos navios portugueses, dos contrabandistas ingleses e dos navios de registro é que o couro passa a ser mercadoria econômica; quando, então, Buenos Aires e a Colônia iniciam um comércio direto deste produto com a Europa (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972). Os procedimentos técnicos utilizados nesta atividade eram rudimentares, e valorizavam apenas o couro e o sebo. Segundo Gibeti (1961 apud DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972):

El procedimiento resulta peculiar: se reunia un grupo de hombres, muy buenos jinetes ,un abundante número de perros, salían todos a la campaña y al toparse con vacunos cimarrones, los rodeaban a ayudados por los perros, corriendo tras ellos los herían en el garrón con un instrumento muy especial, el desjarretadero, compuesto de una filosa media luna atada al extremo de una canã, seccionados los tendones del miembro poerior, el animal, imposibilitado de correr, caía al suelo. Terminada esta etapa ,volvían los jinetes sobre sus pasos y mataban las reses, sacandoles cuero, sebo e lengua; el resto quedaba sin aprovechar, para alimento de fieras y perros selvajes que pululaban por la campanã. Otra forma de vaquear consistía en anlazar o bolear los animales para sacrificarlos después (GIBETI, 1961<sup>27</sup> apud DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972, p. 24).

Os conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola pela posse da região do Prata marcam profundamente este período, mensurado por diversos tratados de demarcação de território entre ambas (PESAVENTO, 1994), mesmo assim, este Sistema Agrário se caracteriza pela pilhagem de couro de gado e pela criação de gado em estâncias missioneiras. Este Sistema Agrário tem sua transição no período do auge da mineração do ouro em terras

<sup>27</sup>GIBERTI, Horacio C. E. **Historia Económica de la Ganaderia Argentina**. Buenos Aires: Solar, 1961.

brasileiras, quando, nesta época, o produto econômico não é mais apenas o couro e passa a ser o gado de tração, é este o momento em que a região se volta de forma mais intensa para o comércio interno em terras brasileiras.

#### **4.3 Sistema Agrário Tropeirismo (1700-1800)**

É interessante salientar que a caracterização de um sistema agrário não se dá apenas pela existência de uma prática agrícola, portanto podem haver distintos sistemas de produção em um mesmo sistema agrário. No Sistema Agrário Tropeirismo não ocorreu o desaparecimento das práticas de preia ou da criação de gado nas estâncias missioneiras, mas sim é considerado o momento do auge da prática de tropeirismo, que incidiu sobre as práticas econômicas da região.

A partir de 1700, o Rio Grande de São Pedro passa a ser integrado à área de economia colonial subsidiando a economia de exportação com gados vivos para corte e tração (PESAVENTO, 1994). O gado passa a ser levado vivo para ser vendido nas feiras de Sorocaba; em tropas organizadas por homens livres pobres e também por escravos negros

De acordo com Almeida (1981), dos primeiros tropeiros, poucos eram brasileiros ou portugueses, eram, em grande, parte comerciantes castelhanos, que já faziam a linha de tropa entre Buenos Aires-Tucuman, Potosi e Lima. Enquanto no Sul do Brasil, o comércio voltado para o gado em pé estava se organizando, em Buenos Aires, muito gado já saía de estâncias em *Santa Fé e de Corrientes* para ser vendido nas feiras de *Saltan e Tucuman* (ALMEIDA, 1981); e, na Banda Oriental, a mudança na produção de gado passa a ser menos depredatória (extração do couro) e com um aproveitamento integral do gado, na forma da indústria saladeril (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972). Com o objetivo de delimitar o território e controlar o contrabando de gado, as duas coroas estabeleceram os Campos Neutrais, o que pouco teve efeito para impedir a continuidade do contrabando (PESAVENTO, 1994). Este Sistema Agrário, então, caracteriza-se por uma mudança na forma de exploração do gado, utilizando a mão de obra escrava e livre. A partir de 1800, é iniciado o processo de ocupação da Região do Prata pela coroa portuguesa, este processo de ocupação, agregado a outros fatores, dará início a um novo Sistema Agrário na região.

#### 4.4 Sistema Agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional (1800-1880)

Até o momento, foram identificados sistemas agrários que configuravam a produção na região do Prata devido ao seu processo histórico, sem haver uma distinção de território. Isto acontece pelo simples fato de a data inicial da ocupação de produtores no atual território do município estudado ocorrer no início de 1800. Embora agora se apresentem dados um tanto mais precisos sobre o município, este permanece inserido em um sistema agrário que ocorre quase igualmente na região da Campanha Rio-grandense. Ao mesmo tempo em que há o estabelecimento das estâncias no município, seja por grandes ou pequenos criadores, estas passam a integrar à rede de produção de gado *vacum* que não irá mais fornecer gado para a região das minas, em declínio no Brasil, mas sim estabelecer um comércio com as charqueadas sulinas, sobretudo na região de Pelotas. A produção na estância pode ser dividida em dois grandes momentos: a criação do gado e a leva da tropa. O gado ainda é transportado por peões em tropas de gado em pé, mas o grande diferencial é que se desenvolve uma nova técnica, referente à criação do gado, que agora é feita nas estâncias, ou seja, de uma forma sedentária. As estâncias, neste Sistema Agrário, tinham uma característica que lhe era peculiar à época: não tinham cercas. Este trabalho de criação de gado, conforme Farinatti (2007, p. 293), “[...] estava longe de ser uma atividade simples de deixar o gado ao sabor das pastagens naturais. As atividades de marcação, castração, curas, pastoreio regular, repontes e recutas eram partes de um processo contínuo”. Como forma de economizar mão de obra, uma prática era deixar parte do rebanho *xucro*, como reserva (FARINATTI, 2007). Porém somente os grandes fazendeiros conseguiam fazer isso.

A partir de 1850, data da Lei de Terras, a terra passa ter um maior valor monetário, o que vai mudando substancialmente as categorias sociais no campo. A sociedade está cada vez mais complexa, trabalham lado a lado nas fazendas, o escravo, o trabalhador livre, sejam peões assalariados ou peões agregados. Na primeira metade do século XIX, as guerras fronteiriças se acentuam até a consolidação da fronteira com o Uruguai em 1830. Tais guerras muito auxiliaram os grandes estancieiros a contrabandear o gado dos pampas uruguaios, principalmente nas chamadas *califórnicas*. Além do tráfico de gado, esta região vai ser palco do tráfico de ex-escravos libertos pelas leis do Uruguai para trabalharem nas estâncias brasileiras, ou escravos que são levados para trabalharem nas estâncias de brasileiros no Uruguai sob escravidão disfarçada (MONSMA; FERNANDES, 2012).

O século XIX, em que este sistema agrário tem representatividade, é um momento de transformações no contexto nacional e internacional, que incidem de forma



direta na região. Dentre estes acontecimentos, podemos citar a abolição da escravidão no Brasil e a chegada das ferrovias em solo castelhano. Neste Sistema Agrário, podem ser considerados como fatores exponenciais a criação do gado nas estâncias, o forte comércio estabelecido com os charqueadores de Pelotas, que, por sua vez, exigiam mais mão de obra, como a dos tropeiros, e as redes sociais estabelecidas entre proprietário-agregado.

O fim da escravidão, o cercamento dos campos, conjugado com a introdução de raças europeias (melhoramento do gado crioulo), vão mudar novamente o perfil das relações econômicas e sociais. O agregado passa a ser dispensável ou indesejável. As consequências do cercamento dos campos e o estabelecimento de frigoríficos na região do Prata são fatores que, somados a outros, proporcionam que um novo Sistema Agrário se desenvolva nesta região.

#### **4.5 Sistema Agrário Moderno/Industrial (1880-1970)**

Nesta síntese apresentada, a data estabelecida para o período transitório para um novo Sistema Agrário é 1880. Os fatores que levam à troca de um Sistema Agrário para outro são muitos e não coexistem de forma tão coesa para que possa haver uma data específica. Embora compreenda-se que a transição de um sistema para outro seja considerada um processo longo, na tentativa de eleger um marco temporal que pudesse referir o surgimento de um novo sistema agrário, optou-se pelo processo de modernização estabelecido em Santana do Livramento neste período e de industrialização principiado no início do século XX.

Em 1902, é fundado, com capitais nacionais, o primeiro frigorífico uruguaio, denominado de *La Frigorífica Uruguaya*; em 1903, é fundada, em Santana do Livramento, a primeira charqueada, que leva o nome da cidade, esta também com capital uruguaio. A partir deste período, várias outras charqueadas e outros frigoríficos são criados, tanto em Santana quanto no Uruguai, mas tão rápido se inicia este processo de industrialização, tão logo está em mãos de capital estrangeiro. Em 1915, é fundado, com capital uruguaio, o Frigorífico Artigas, que, em 1917, é adquirido pela empresa norte-americana Armour, sendo que a Frigorífica Uruguaya já havia sido vendida para essa em 1911. A Armour juntamente com a Companhia norte-americana Swift, em 1907, já haviam adquirido os frigoríficos *La PLata* e *La Blanca*, de Buenos Aires (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972 ; ALBORNOZ, 2000). A primeira charqueada de Santana do Livramento é vendida à Armour em 1917, e transformada em um

grande frigorífico; em 1907, a segunda charqueada intitulada Sociedade Anônima Industrial e Pastoril é transformada em frigorífico e, em 1918, é vendida à Wilson. Os magnatas Swift e Armour, pioneiros das carnes congeladas estabelecidos em Chicago, em 1875 (HOBBSAWM, 1996), logo, em 1911, passam a dirigir toda a indústria frigorífica no Uruguai (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972) e, em 1918, possuem todos os frigoríficos no Brasil, quatro no Rio Grande do Sul, destes, dois em Santana do Livramento, e dois em São Paulo.

A existência de gado abundante, mão de obra barata e proteção oferecida pelo Estado, a malha ferroviária do Uruguai e o gado brasileiro, já adaptado para os padrões dos frigoríficos (ALBORNOZ, 2000), foram fatores que estimularam o estabelecimento destas empresas em Santana do Livramento, e, sobretudo, na região do Prata. O estabelecimento destes frigoríficos em Santana do Livramento mudou cada vez mais as características da produção na região. Cada vez mais, as raças europeias eram introduzidas entre os criadores. A criação nas estâncias e por pequenos pecuaristas, que, muitas vezes, introduziam seus gados nas tropas de grandes fazendeiros para serem vendidas (ALBORNOZ, 2000), era voltada para abastecer os frigoríficos.

Somente uma média de 50% do gado que abastecia o frigorífico Armour era de Santana do Livramento. Os maiores vendedores eram de outros municípios, geralmente grandes estancieiros, ou compradores, que revendiam para o frigorífico, ou invernadores (ALBORNOZ, 2000). Havia estancieiros que possuíam gados dos dois lados da fronteira. Muito gado chegava com documentação regular ao frigorífico, no entanto, eram trazidos de Rivera e chegavam a Santana por meio do contrabando, com ajuda de intermediários. “[...] Com frequência é possível encontrar ‘produtores rurais’ que possuem campos dos dois lados da fronteira. Duas cercas de arame, ‘fáceis de encostar’, e um caminho internacional de 40 metros de largura é tudo o que se opõe ao trânsito de animais” (ALBORNOZ, 2000, p. 113).

A produção era escoada, principalmente, via ferrovia que saía de Rivera e chegava à Montevideú, e por meio de navegação pelos Portos de Buenos Aires. As ferrovias brasileiras só chegaram à Santana do Livramento duas décadas depois e, mesmo assim, não cortaram o vínculo com Montevideú.

A conjuntura da Primeira Guerra (início de 1914) levou ao aumento da demanda de carne brasileira. A carne resfriada exigia novilhos selecionados, mas a carne congelada exigia novilhos não refinados, como era o caso da carne brasileira (ALBORNOZ, 2000). Mesmo diante deste processo de modernização, a oferta de trabalho permanecia com características semelhantes às de quando o gado era levado em tropas para as charqueadas.

Somente na “safra da matança” aumentava o trabalho e o dinheiro, que circulava no comércio, sendo intercalada por uma “safra seca”, quando não havia estas mesmas tarefas da safra da matança a serem desenvolvidas (ALBORNOZ, 2000). Dentro deste contexto, Santana do Livramento passa a intensificar seu processo de urbanização, com a chegada de modernizações e o início de loteamentos. Não somente aos frigoríficos se deve esta articulação, a produção de ovinos terá um crescimento significativo devido à indústria de lã Albornoiz instalada, em 1908, no município. A lã produzida era vendida aos mercados de Porto Alegre e Montevideu, e, aproximadamente, em 1952, a empresa passa a adquirir mais terras, mais empregados e passa a atender o mercado exportador (ALBORNOZ, 2000). A modernização nas estâncias de criação de ovinos determina uma necessidade de maior mão de obra, para atender os cuidados com este tipo de gado. A mão de obra passa a ser mais especializada (DOTTA; FREIRE; RODRIGUEZ, 1972).

Em 1940, a Campanha representa 10% da economia do Estado e Santana do Livramento está em terceiro lugar dentre os municípios da campanha. No entanto, a partir da década de 50, o perfil da produção começa a demonstrar mudanças (ALBORNOZ, 2000). Em 1958, o frigorífico é entregue aos funcionários e, em 1968, fechado definitivamente, além disso, com a instalação da malha rodoviária, os produtos vindos de Porto Alegre iniciam sua entrada no município, contribuindo para a desarticulação da indústria local (ALBORNOZ, 2000). Ao mesmo tempo em que a industrialização perde forças no município, a modernização na lavoura e também na pecuária, devido às mudanças proporcionadas pela Revolução Verde, começam a marcar presença na Campanha, iniciando, assim, um novo sistema agrário que será abordado a seguir.

#### **4.6 Sistema Agrário Lavoura e Pecuária Modernas (1970- atual)**

Segundo Chelotti (2005), o desenvolvimento de lavouras no município, inicialmente, esteve vinculado às lavouras de subsistência, visto que a produção econômica tinha a sua base pecuária de corte extensiva. No entanto, após a década de 1970, devido ao processo de modernização da agricultura, principalmente na região do Planalto, proporcionado, em especial, por insumos, como créditos, maquinários e fertilizantes; outras culturas foram sendo introduzidas na região da Campanha, como o monocultivo de arroz irrigado e de soja, e a uva. A lavoura expandiu-se para a região da Campanha, sobretudo por meio do arrendamento de terras. O início da rizicultura no estado, bem como no município, caracterizou-se pela lavoura em grande escala, ou seja, extensa área contínua de cultivo,

irrigação e preparo do solo por meios mecânicos, empregos de fertilizantes, força de trabalho assalariada e foi uma produção totalmente voltada para o mercado. Segundo Beskow (1986), a produção do arroz não está associada nem à produção familiar nem à transformação do grande proprietário de terras em capitalista agrícola, e sim à interação de distintas categorias em um sistema de arrendamento, são essas: o proprietário de terras, o arrendatário e o trabalhador rural. Na Campanha, o arrendamento ocorreu em terras onde antes se desenvolvia a pecuária. Em muitos casos, foi apontado pelos próprios pecuaristas como uma alternativa para crises neste setor (BESKOW, 1986). Na década de 1990, o município recebeu assentamentos rurais da Reforma Agrária, o que aumentou a existência de pequenas propriedades na região.

Conforme foi abordado anteriormente, a região das várzeas é, hoje, a porção do município onde se concentra a produção do arroz. Já na porção ocidental (solos rasos), é onde se concentra a maior produção pecuária do município. Esta pecuária, novamente citando Chelotti (2005), dada pela existência de cabanhas, indica a presença de uma pecuária moderna, embora ainda vinculada à tradicional. Atualmente, há um avanço da silvicultura na região liderada por grandes empresas multinacionais.



						Continuação
<b>Modo de acesso a terra</b>	- Livre.	- Livre.	- Livre.	- Posse. - Compra- legitimação. - Concessão pública – sesmaria.	- Compra. - Arrendamento.	- Compra. - Arrendamento. - Assentamento (políticas de Reforma Agrária).
<b>Contexto político e econômico</b>	- Tribos nômades, provavelmente chefe de bando local. Guerras intra-tribais.	-Brasil colonial. - 1580- 1640 Domínio Espanhol. - 1681 – Tributo para beneficiamento do couro.	- 1777, Campos Neutrais. - Início das estâncias, processo de ocupação da Região do Prata.	- Brasil Império/ República. - Auge da produção de Charque no Rio Grande. - Guerra dos Farrapos. - Guerras fronteiriças: 1820, anexação Banda Oriental (Província Cisplatina) e consolidação da fronteira (1830). - Lei de Terras, 1850. - Lei Euzébio de Queiróz, 1848. - Abolição da escravidão.	- Ferrovias. - 1930, Revolução e Estado Novo. - I e II Guerras. - 1940, Cooperativa de Lã. - Crise econômico/financeira pós-guerra. - 1964, início da Ditadura Militar.	- Ditadura Militar. - Redemocratização. - Revolução Verde. - Expansão capitalista. - 1976 – Municipalização. - 1991, primeiros Assentamentos Rurais (INCRA e Gov. Estadual). - Reflorestamento.
<b>Fatores de crise e transição</b>	- Início da colonização luso-espanhola.	- Período do auge da mineração do ouro.	- Decadência da mineração, início das charqueadas no Rio Grande do São Pedro e surgimento das estâncias ligadas à conquista do território missioneiro pelos luso-brasileiros.	- Crise do charque, 1870, Crise na pecuária sulina. - 1870, cercamento dos campos. - Fim da escravidão.	- Desarticulação indústria local/malha rodoviária - Fechamento frigoríficos e Cooperativa Santanense (lã sintética)	

Fonte: Elaboração da autora (2012).

É possível observar que a região do Prata, hoje entendida como parte do território dos países Argentina, Uruguai e Brasil (Rio Grande do Sul), inicialmente, constituía o mesmo sistema agrário, intitulado: Índigena e Estância Missioneira/Vacaria del Mar.

Até este momento, é possível caracterizar sistemas agrários semelhantes na Região do Prata, no entanto, a partir do próximo sistema agrário, Tropeirismo (1700-1800), a região da Campanha se volta para dentro, desenvolvendo uma relação econômica com o centro do Brasil, sobretudo por meio do comércio de mulas para a região mineradora, realizado por tropeiros. Desta forma, o sistema agrário intitulado Tropeirismo, caracteriza um momento de ligação tanto com a Região do Prata quanto com o centro do país. Enquanto que a Campanha está voltada para o comércio interno de mulas, na Argentina e no Uruguai, inicia-se uma nova atividade econômica baseada na criação de gado e na indústria saladeril. No entanto, o próximo sistema agrário a se desenvolver na Campanha voltará a estabelecer relações diretas e econômicas com o país vizinho, Uruguai. Este sistema agrário, neste trabalho intitulado de Pecuária de Corte Extensiva Tradicional (1800-1880), será caracterizado, sobretudo, pelo estabelecimento de estâncias na região e que passam a criar gados para abastecerem a então incipiente indústria de charque que se estabelecera no Sul do país. O sistema agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional será mais bem discutido mais adiante, visto ser deste período que se ocupa, principalmente, esta pesquisa.

## 5 PECUÁRIA FAMILIAR

Neste capítulo, será apresentada uma breve caracterização da produção da pecuária no Rio Grande dos Sul, além disso, pretende-se apresentar e caracterizar o criador compreendido como *pecuarista familiar*. Será apresentada uma revisão da literatura que aborda algumas características gerais acerca deste tipo de criador e também estudos realizados em diferentes regiões do estado: Canguçu, Alto Camaquã e Campanha. Além disso, será apresentada uma aproximação do pecuarista familiar de Santana do Livramento.

### 5.1 Pecuária no Rio Grande do Sul

O sistema de produção da pecuária extensiva (bovino/ovino) no Rio Grande do Sul, no início, com os rebanhos soltos pelos campos e se reproduzindo livremente, hoje dá lugar aos mais diversos sistemas, e as etapas do processo estão cada vez mais especializadas<sup>28</sup> e, muitas vezes, em combinações com diversos tipos de lavouras, silvicultura ou simultaneamente com outros animais (MIELITZ, 2009; MIGUEL et al., 2007). De acordo com dados do IBGE (2009), o rebanho efetivo do Rio Grande do Sul de bovinos é de 14.366.298 cabeças e de ovinos é de 3.946.349 cabeças. O rebanho bovino é constituído majoritariamente por cruzas de raças europeias e zebuínas e gado em geral.

Conforme Miguel (et al., 2007), o tipo social médio do produtor de gado tem acesso à escolarização, inclusive a curso superior, embora existam produtores analfabetos bem como com formação, no máximo, até a 4ª série do Ensino Fundamental<sup>29</sup>; dispõem de uma elevada disponibilidade de terra, aproximadamente 948.8 hectares<sup>30</sup> (ha) em média, na maior parte própria. Estes produtores utilizam, sobretudo, pastagens de campo natural com pastoreio contínuo, apresentam baixos índices de tecnologia, demonstrando, assim, serem conservadores.

De um modo geral, a atividade da pecuária de bovinos de corte no Rio Grande do Sul é de baixa rentabilidade econômica, apresentando um baixo grau de inovação

---

<sup>28</sup>Estas fases são caracterizadas por: *Ciclo completo*: sistema de criação onde o produtor realiza todas as fases da criação – desde a cria de terneiros até a terminação. *Cria*: o criador realiza apenas a fase da cria de terneiros. *Cria e recria*: o produtor realiza a fase da cria de terneiros e a produção de animais para engorde/terminação. *Recria e terminação*: o produtor adquire animais para o engorde e abate, a comercialização se refere à venda de animais terminados para o abate (MIGUEL et al., 2007).

<sup>29</sup> Correspondente ao atual 5º ano do Ensino Fundamental.

<sup>30</sup> No texto original, não foi possível identificar a mediana e, conseqüentemente, a possibilidade da média estar sendo influenciada pelas propriedades com grandes extensões de terras.



tecnológica e gerencial, os produtores apresentam um perfil tradicional – visto que muitos afirmam que a praticam muito mais para manter a tradição do que obter lucros – sem, contudo deixar de buscar assistência técnica e controle contábil na propriedade (MIGUEL et al., 2007). No que tange a questão ambiental, a pecuária recebe duras críticas, sobretudo pela alta lotação de gado no pasto e pelo desmatamento de mata ciliar, entre outras. Mas, por outro lado, é justamente a prática desta considerada uma atividade menos agressiva ao Bioma Pampa, visto que a introdução da lavoura moderna e a silvicultura são responsáveis pela conversão dos campos em outros tipos de ecossistemas (PILLAR, 2006).

## 5.2 Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul

No senso comum a pecuária de corte é, muitas vezes, considerada como uma atividade que exige grandes áreas, desta forma, não podendo ser executada em pequenas áreas e com pastagem natural. No entanto, segundo dados da EMATER/RS (2011a), estima-se que, no estado do Rio Grande do Sul, existam, aproximadamente, 50.000 mil famílias executando esta atividade em pequenas áreas e com predominância de mão de obra familiar, atualmente identificadas como *pecuarista familiar*. Conforme a EMATER /RS (2011a), “[...] estas famílias detém cerca de 3 milhões de cabeças de gado e respondem por parcela relevante da oferta deste tipo de carne”.

O termo *pecuarista familiar* foi utilizado, inicialmente, por técnicos extensionistas da EMATER /RS nos anos de 1999/2000, quando, então, estes técnicos, na sua prática em atender produtores no campo, perceberam que existia na região Sul um grupo significativo de produtores que se dedicavam à pecuária de corte extensiva; porém com características de agricultores familiares, como a predominância da mão de obra familiar e produzindo em pequenas áreas de terras (RIBEIRO, 2009). Na época, esta instituição, procurando descrever o público a ser atendido na extensão rural, passou a se referir a este grupo como *pecuarista familiar*, excluindo desta categoria os produtores de leite, suinocultores, caprinocultores e avicultores, doravante também pecuaristas (RIBEIRO, 2009).

Hoje, para fins de políticas públicas, principalmente para ser atendida pelo recente Programa Estruturante para o Desenvolvimento da Pecuária Familiar<sup>31</sup>, esta categoria é definida como aquela que tem como atividade predominante a cria ou cria de bovinos/ovinos/bubalinos/caprinos para corte, possuam ou explorem área de terra até 300 ha;

---

<sup>31</sup> O Decreto Nº 48.316 de 31/08/2011 regula este programa.

morem na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo; utilizem mão de obra familiar, obtenham, no mínimo, 70% da sua renda oriunda das “[...] atividades pecuárias e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 2).

Os pecuaristas familiares por utilizarem áreas menores e não grandes extensões de terras, “[...] explorarem gado de corte e terem hábitos semelhantes àqueles dos fazendeiros muitas vezes são vistos pelos demais agricultores como ‘grandes’, mas, pelos agricultores de maiores terras, estes não são vistos como iguais, pelo tamanho de suas terras, por ocuparem “fundões dos campos, terem baixa renda, baixa escolaridade, etc.” (MIELITZ NETTO, 2009, p. 388). Por não se “encaixarem” em nenhuma destas categorias e por não serem reconhecidos até pouco tempo atrás, não lhes eram destinadas políticas públicas adequadas. No entanto, esta realidade, para o Rio Grande do Sul, aos poucos vem se reconfigurando, e a este exemplo é possível destacar o já referido Programa Estruturante para o Desenvolvimento da Pecuária Familiar e a recente inclusão como público-alvo, juntamente com agricultores familiares, no projeto governamental intitulado RS Biodiversidade.

Se, por um lado, o termo pecuarista familiar esteja sendo utilizado apenas para designar o produtor que se dedicava à pecuária de corte extensiva com características de agricultores familiares existentes no Rio Grande do Sul, por outro lado, este tipo social não é observado somente no Rio Grande do Sul. No que tange aos outros estados brasileiros, este tipo de produtor é ainda pouco estudado, diferentemente das pesquisas desenvolvidas na República Oriental do Uruguai (ROU).

A pecuária no Uruguai desempenha um papel importante no país, tanto no aspecto econômico quanto cultural. Consoante Molina (2009), conforme dados referentes ao ano de 2005, o valor da produção bruta da pecuária era de 30% da atividade pecuária do país e, para o exercício agrícola dos anos 1999-2000, o total nacional de produtores é de 52.111, sendo que, destes, 32.342 (62%) são agricultores especializados na produção de gado de corte e lã. Destes produtores especializados, 79% são *ganaderos familiares* e 13% são produtores médios.

Da superfície total ocupada por produtores especializados em pecuária, os *ganaderos familiares* ocupam 26% desta superfície, as explorações médias ocupam 25% e as grandes ocupam 49% (FIGARI; ROSSI; GONZÁLEZ, 2008<sup>32</sup> apud MALAQUÍN, 2009). Na

---

<sup>32</sup>FIGARI, M.; ROSSI, V., GONZÁLEZ, R. Los agricultores familiares. In: CHIAPPE, Marta; FERNÁNDEZ, Raúl Emilio; CARÁMBULA, Matías. *El campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural*. Montevideo: UDELAR, 2008. p. 83-02.

região do basalto (departamentos de Salto e Tacuarembó), do total aproximado de 5.400 produtores, 52% exploram superfícies menores que 200 ha e ocupam 4% da área total da produção de gado; e os estabelecimentos com uma área maior que 1.000 ha são 18% e ocupam 71% da superfície total (MALAQUÍN, 2009). É possível observar que o Uruguai, além de ter a atividade da pecuária fortemente marcada pela participação do *ganadero familiar*, apresenta também uma estrutura nacional com forte concentração de terra (TOMMASINO, 2008<sup>33</sup> apud MALAQUÍN, 2009). Conforme pesquisa realizada por Molina (2009), foram considerados *ganadero familiar* aqueles produtores com residência da família, sobretudo na propriedade agrícola, a mão de obra principalmente familiar e alta proporção de ingresso proveniente da atividade agrícola. A estrutura fundiária caracterizada dentre os pesquisados<sup>34</sup>, com um total de 9, corresponde a de 5 produtores com áreas de até 300 ha e 4 produtores com áreas maiores de 300 ha; com o mínimo observável de 82 ha e o máximo de 400 ha.

Se comparados estes *ganaderos familiares* do Uruguai aos pecuaristas familiares encontrados no Rio Grande do Sul, estes *ganaderos familiares* também apresentaram uma sobrecarga de animais no campo, decorrente de uma acumulação de animais como estratégia para cobrir as demandas do consumo familiar, e muitos produtores têm atividades remuneradas fora da sua propriedade. Além disso, uma das características identificadas por Molina é que estes produtores, muitas vezes, têm objetivos diferenciados do que a simples busca pela maximização de lucros/benefícios; a finalidade da unidade de familiar é principalmente “[...] permanecer en la actividad, asumir bajos niveles de riesgo y mantener una vida de tipo rural para transmitirle la explotación a la generación siguiente. [...] Muchos de los productores visualizan su actividad ganadera como un estilo de vida más que como un negocio” (MOLINA, 2009, p. 135). Portanto, é possível verificar algumas aproximações entre estes produtores nos diferentes contextos. No entanto, a área da propriedade utilizada por estes *ganaderos familiares* ultrapassa os 300 ha, definidos como tipologia operacional para as políticas públicas do estado brasileiro.

A categoria do pecuarista familiar recentemente está sendo beneficiária de políticas públicas e, para tanto, lhe foi atribuído um conjunto de características buscando definir este grupo, conforme já explanado no presente trabalho. Como bem salienta Ribeiro

---

<sup>33</sup>TOMMASINO, H. Indicadores de sustentabilidad para la ganadería familiar de cria. In: MGAP – Programa Ganadero (Org.). **Determinantes de la sustentabilidad de los productores familiares criadores**. Montevideo: MGAP, 2008. p. 8-20.

<sup>34</sup>Foram realizados um total de 9 estudos de caso, distribuídos nas seguintes localidades do Uruguai: Cerro Largo, Florida, Durazno, Rocha e Lavalleja.

(2009), este termo surgiu na EMATER/RS sem pretensões de estabelecer definições conceituais acadêmicas. No entanto, a partir desta primeira definição “aplicada”, alguns trabalhos de cunho acadêmico foram desenvolvidos procurando compreender este tipo de produtor.

Conforme Wanderley (2009, p. 186), existe certa dificuldade em atribuir um valor conceitual do ponto de vista teórico para a categoria *agricultura familiar*, pois, em algumas ocasiões, “[...] o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF, que propõe uma tipologia de beneficiários, em função de sua capacidade de atendimento”<sup>35</sup>. Com base nesta observação, a categoria do pecuarista familiar, neste trabalho, não será compreendida pela definição e pela caracterização estabelecidas pelo Estado para atender a demanda das políticas públicas propostas, porém a partir dos trabalhos de cunho acadêmico que se dedicaram ao estudo desta categoria<sup>36</sup>. A literatura sobre esta categoria ainda é incipiente, e, como qualquer área ou tema do conhecimento, apresenta lacunas e está em constantes reformulações. Sob este aspecto, salienta-se a necessidade de trabalhos com enfoques analíticos do conceito de *pecuarista familiar*, que ainda carece de um maior aprofundamento, pois o *corpus* intelectual que aborda esta temática identificou, principalmente, um conjunto de descrições desta categoria. Conforme a literatura consultada, este pecuarista do Rio Grande do Sul é compreendido como uma das formas sociais de agricultura familiar, em especial, porque esta categoria social apresenta características genéricas que são atribuídas aos produtores familiares, como: o uso predominante de mão de obra familiar; a importância da realização da troca de serviços e a venda não determinada pelo mercado, mas sim pelas necessidades da família, sugerindo, assim, uma relativa autonomia em relação ao mercado, e o dimensionamento das atividades conforme as necessidades familiares (VEIGA, 1996<sup>37</sup> apud RIBEIRO, 2009). De acordo com Ribeiro (2009), a conduta dos pecuaristas familiares, sob o ponto de vista produtivo e econômico, é compreendida como uma irracionalidade, sinônimo de atraso, no entanto, esta forma de conduzir suas vidas e suas atividades faz parte do seu *modo de vida*, ou seja, faz parte de um conjunto de estratégias estabelecidas por estes produtores e suas famílias a partir de distintas questões, que não só as econômicas, mas como as suas trajetórias, o acessos a bens, os recursos naturais e os capitais.

---

<sup>35</sup> PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

<sup>36</sup> Ribeiro, (2009); Cotrim (2003); Torres (2000); Sandrini (2005) e Neske (2009).

<sup>37</sup> VEIGA, José Ely. **Agricultura familiar na Região Sul**. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

Portanto, as bases iniciais para a compreensão desta categoria, neste trabalho, serão as definições e as características apreendidas por estes trabalhos, ao que segue exposto: o pecuarista familiar é entendido como aquele produtor que, em geral, produz em pequenas extensões de terras; dedica-se, principalmente, à bovinocultura de corte – mesmo não sendo a maior fonte de renda, a mão de obra da propriedade é essencialmente familiar, embora com eventual contratação ou trocas de serviços; se relaciona com o mercado com relativa autonomia, havendo, neste caso, uma variação desta relação conforme o “tipo” de pecuarista. Neste aspecto, a principal característica é a venda da res quando há necessidade econômica da família, e não pela demanda do mercado. Embora esta caracterização remeta a uma homogeneização desta categoria, a literatura revela uma diversidade dos tipos de pecuaristas, bem como a prática de diferentes sistemas de produção, os quais serão abordados no próximo item.

#### 5.2.1 Estudos sobre os pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul

Sandrini (2005), pesquisando a inserção dos pecuaristas familiares na cadeia produtiva da carne no Rio Grande do Sul, identificou 3 tipos de unidades familiares (UF). O primeiro grupo apresenta uma relativa autonomia frente ao mercado e baixo grau de mercantilização. Estas UF estão localizadas, em especial, nas zonas da Campanha Meridional e Campanha Sudeste, com famílias compostas por casais de mais de 65 anos e que tem sua renda composta, em geral, por aposentadorias. A maior parte vende o gado quando há necessidade de dinheiro. O segundo grupo é composto por UF diversificadas, com médio grau de mercantilização e uma maior inserção no mercado. Estas UF estão localizadas, principalmente, nas zonas das Missões e Depressão Central Oeste. Os membros destas UF, em geral, diversificam as atividades dentro da propriedade e exercem atividades não-agrícolas, que, somadas às aposentadorias e renda agrícola, compõe a renda. Na atividade pecuária, o maior problema enfrentado é o alto preço de insumos. A maior parte destas famílias vende o gado no momento em que o preço é considerado bom. O elo destes produtores na cadeia são os outros pecuaristas da região. O sistema de criação é, em geral, é a etapa cria-recria, um pouco menos da metade realizam o ciclo completo. O terceiro grupo é caracterizado por famílias compostas por uma maior disponibilidade de mão de obra familiar, geralmente jovem, e não é comum a contratação de terceiros. Localizam-se, sobretudo na zona da Depressão Central. Apresentam um elevado grau de mercantilização, principalmente por obterem uma alta escala tanto de produção vegetal quanto animal, embora a pecuária

permaneça como a principal atividade dentro da propriedade. A maior parte destes produtores pratica como sistema de criação o ciclo completo e vende o gado no momento em que “está pronto”, indiferente do preço do mercado, em geral, junto a frigoríficos ou açougues. Se não realizarem a venda neste momento, o animal começa perder peso, o que significa, para os produtores, prejuízos.

Sandrini (2005) aponta que a maioria dos pecuaristas familiares pratica como sistema de criação a cria ou cria-recria e tem como principal agente da cadeia de carne para outros pecuaristas da região; já aqueles que praticam o ciclo completo ou terminação comercializam com frigoríficos ou açougues. Em muitos casos das UF, o valor da produção agrícola é complementado com aposentadorias ou rendas não agrícolas, sendo que, muitas vezes, as mulheres trabalham nas escolas da região e os homens nas atividades agrícolas em propriedades maiores.

Cotrim (2003), pesquisando os pecuaristas familiares município de Canguçu, identificou três tipos de sistemas de produção praticados por estes produtores. Os produtores do primeiro tipo exploram áreas que, segundo os entrevistados, foram recebidas de heranças de bisavós e as quais, passando por um longo processo de fracionamento, hoje, dificilmente ultrapassam 100 ha, algumas com 50 ha. No geral, as famílias são formadas por casais mais velhos e que recebem algum tipo de aposentadoria. Além do gado, também produzem algum tipo de cultivo. Quando estes produtores executam alguma atividade não-agrícola, esta é realizada por algum filho, sendo que a principal atividade não-agrícola é na época de armazenagem do arroz. A mão de obra é familiar e, de forma esporádica, há a contratação de um diarista na época de colheita ou implementação de cultivo. Este sistema de criação é baseado na cria de terneiros e suas principais características são: rebanho de raças mistas, baixo uso de tecnologia e pequena escala produtiva. As rendas não-agrícolas e aposentadorias representam a maior fonte de renda, e a pecuária uma renda adicional ou secundária. A comercialização do gado ocorre em casos de o mercado estar favorável ou se há alguma necessidade de renda imediata. Se o mercado não estiver favorável, o produtor tende a reter o animal na propriedade por um ano ou mais.

Os produtores do segundo tipo exploram áreas que não ultrapassam 50 ha, são oriundos de famílias de agregados ou peões das grandes fazendas. No geral, não recebem aposentadorias por serem casais ainda jovens, no entanto, executam atividades fora da propriedade, e a principal é o comércio local, em vendas ou quitandas à beira de estradas. Além da pecuária, também desenvolvem atividades de cultivo. Principalmente por terem uma pequena área destinada ao cultivo de grãos, esta produção é consumida na propriedade, o

feijão é o produto em que, em geral, ocorre excedente e é vendido. Para este tipo de produtor, a pecuária também não é a fonte principal de renda, e sim uma forma de reserva de renda. O sistema de criação utilizado por estes produtores é, principalmente, a cria e recria de novilhos em campo natural, mas nem todos cultivam pastagens de inverno. Os maiores custos e também maior utilização de mão de obra são nas tarefas relacionadas ao tratamento sanitário, praticados, principalmente, no verão. A comercialização de gado não é realizada em uma época específica, e é comum comercializarem quando precisam de uma renda extra.

O terceiro tipo são produtores que, em relação aos demais, possuem a maior área, com propriedades de até 300 ha. No geral, estes produtores são descendentes de imigrantes e/ou peões e agregados das grandes fazendas e muitos não adquiriram por meio de herança, mas através de compra, em alguns casos, a propriedade foi sendo adquirida aos poucos. Utilizam mão de obra familiar e, em casos de maior necessidade de mão de obra, contratam um peão. Além da pecuária, a renda destes produtores é composta também pela produção vegetal, bem como alguns produtores recebem aposentadorias (de 2 a 3). No entanto, a principal fonte de renda provém de atividades agrícolas. Além da pecuária, também produzem algum tipo de cultivo. O sistema de criação é o de cria e recria de novilhos, e, como os outros tipos de produtores, também vendem o gado sem data específica. Mas se os outros produtores os vendiam em feiras, estes o fazem para atravessadores que o revendem para frigoríficos ou mesmo para os representantes destes frigoríficos, embora um dos problemas encontrados por este grupo é a inadimplência dos pagadores, muitos produtores preferem receber um valor abaixo do mercado, mas que seja em espécie.

Neske (2009) identificou três grupos distintos de pecuaristas familiares na região do Alto Camaquã. Além da criação bovina, a criação de ovinos está presente em todas as UF, e é, principalmente, para autoabastecimento. O primeiro grupo é composto por famílias que combinam um sistema de produção baseado na criação em pequena escala, mas de forma diversificada (bovinos, ovinos, caprinos, porcos), e no cultivo de subsistência. Predomina a mão de obra familiar, que utiliza basicamente instrumentos e equipamentos manuais e de tração animal. A renda agrícola destas famílias é proveniente, em especial, da produção vegetal, produção animal não-transformada e artesanato de lã; havendo, também, um incremento de rendas não-agrícola, como trabalhos temporários em fazendas locais ou no período de safra em outras localidades dentro do estado. O segundo tipo apresenta um sistema de produção muito semelhante ao primeiro, porém a principal fonte de renda é proveniente de aposentadorias. Devido à idade dos membros da família, eventualmente, ocorre contratação de mão de obra. Ambos os grupos têm como principal sistema de criação a etapa da cria. O

terceiro grupo também apresenta a mesma combinação de sistema produtivo que os demais, no entanto, a maioria tem como sistema de criação a etapa da cria-recria e alguns recria-terminação. A renda agrícola é constituída, principalmente, pela venda de bovinos e ovinos. Quanto à forma de comercialização, para ambos os grupos, em geral, é realizada com vizinhos ou intermediários, porém o terceiro grupo está mais integrado a canais de comercialização – como as feiras locais – do que os demais.

Quanto à Campanha, as pesquisas de Torres (2000) e Ribeiro (2009) apresentam dados característicos do pecuarista familiar presente nesta região. Ribeiro (2009) revela algumas características referentes aos pecuaristas familiares em três municípios localizados na Campanha: Bagé, Dom Pedrito e Quaraí<sup>38</sup>. Assim como foi observado nos trabalhos anteriores, os pecuaristas familiares apresentaram algumas diferenças entre as regiões pesquisadas, no entanto, também apresentam características que lhes são peculiares. As famílias entrevistadas eram compostas, principalmente, por homens, pessoas acima de 60 anos e com pouca presença de jovens. A maior parte destas famílias ocupa áreas com um tamanho de até 200 ha (68,4%) e o restante de 200 até maior que 300 ha (31,6%), e a área de aproveitamento produtivo pode variar se levarmos em conta as condições agroecológicas do sol, topografia e vegetação. A maior parte da mão de obra utilizada é a familiar, e pouca mão de obra é contratada. Esta última é, geralmente, em caráter eventual, ou seja, poucos têm empregados fixos. No geral, os pecuaristas que têm empregados são aqueles com mais de 70 anos e que tem uma entrada de recursos financeiros externos. A maioria dos produtores tem como principal sistema de criação a etapa identificada como cria, e, mesmo sendo esta uma atividade que exige maior de mão de obra, foi observado que, pelos pecuaristas familiares, ela é desenvolvida com pouca mão de obra, visto que, nas propriedades, ou as famílias eram menores ou fazem pouca contratação de empregados temporários. Uma das explicações para esta pouca mão de obra é porque, no lugar de contratados temporários, comumente, é realizada a troca de serviços com vizinhos. Esta última é realizada nas atividades relacionadas à prática com os bovinos (vacinações, marcações) enquanto que a contratação de serviços temporários é destinada, sobretudo, para consertos de cercas, colheita de milho e a esquila, por serem consideradas atividades mais penosas. Dentre os entrevistados, foi percebido que existe um grupo que tem sua renda oriunda somente de atividades agrícolas, e a maior parte destes recebe aposentadorias, e outro que complementa sua renda com atividades fora do estabelecimento, podendo ser agrícolas, como a doma de cavalos, cuidar de animais, serviços

---

<sup>38</sup> Sendo um total de 60 Unidades Familiares pesquisadas.



de trator, etc., ou intersetoriais, como empregos públicos em escolas. Conforme Ribeiro, estes pecuaristas não criam gado de corte sob uma ótica econômica visando ao lucro, mas sim por fazer parte de um conjunto de estratégias tendo em vista a reprodução e a sobrevivência familiar, ou seja, para o autor, esta atividade faz parte do seu *modo de vida*.

Após esta breve caracterização do pecuarista familiar, de acordo com a literatura consultada, é possível observar que estes produtores pouco se diferenciam do tipo médio do pecuarista observado por Miguel (et al. 2007) no que tange a questões de inovação tecnológica e de rentabilidade econômica da atividade.

Esta conduta irracional não tem se caracterizado como exclusividade dos pecuaristas familiares. No Rio Grande do Sul apenas 15% dos pecuaristas são empresariais sendo todos os demais (patronais ou familiares) considerados tradicionais. Ou seja, as estratégias de pouco investimentos e de utilização dos recursos naturais (pastagens) são utilizadas pela maioria dos pecuaristas do Rio Grande do Sul [...] (RIBEIRO, 2009, p. 262).

Se, por um lado, a pecuária no estado apresenta esta característica por ora homogeneizante, por outro lado, apresenta uma realidade diversificada e complexa para além da figura “do grande estancieiro”. Neste sentido, a figura do pecuarista familiar nos revela a pobreza desta realidade rural.

No tocante à diversidade observada nos tipos de pecuaristas familiares, é possível observar que as aposentadorias e atividades fora do estabelecimento, agrícolas ou não, desempenham um importante papel na renda destas famílias. Muitos pecuaristas não produzem somente gado de corte, também cultivam lavouras, sobretudo para autoconsumo, com alguma venda do excedente. Embora exista uma predominância no tipo de sistema de criação da etapa cria e/ou cria-recria, alguns também fazem o ciclo completo ou terminação. Existem produtores que exploram áreas que podem ter tamanhos inferiores a 50 ha, bem como maiores a 300 ha (TORRES, 2000; RIBEIRO, 2009).

### **5.3 Pecuaristas Familiares em Santana do Livramento**

Os dados apresentados nesta seção referem-se aos pecuaristas familiares localizados em Santana do Livramento. Para a elaboração desta seção foram utilizadas informações de outros trabalhos e alguns dados qualitativos recolhidos através das entrevistas realizadas com estes pecuaristas. É interessante salientar que nesta seção procura-se apresentar uma aproximação do perfil destes produtores, tendo em vista que as entrevistas foram realizadas com apenas 6 pecuaristas.

Torres (2000) identificou, em Santana do Livramento, tanto pecuaristas que vivem somente da renda agrícola, bem como aqueles que complementam a renda com aposentadorias e/ou venda de mão de obra, ambos com predominância de mão de obra familiar. Conforme o autor, o *tipo 1* são aqueles que possuem propriedades maiores que 100 ha e menores que 350 ha, inexistindo rendas não-agrícolas e tendo na pecuária sua maior fonte de renda. O *tipo 2 e 3* são, geralmente, apontados como aqueles que possuem propriedades menores que 100 ha, sendo que os rendimentos, na sua maior parte, não são obtidos por atividades agrícolas e sim proveniente de aposentadoria por algum membro da família. Os sistemas de criação observados foram tanto as etapas da cria, cria-recria quanto ciclo completo.

Conforme Torres (2000) e EMATER/RS (2001), a porção oriental do município, atualmente, apresenta uma produção agrícola mais diversificada, bem como com significativa presença de propriedades menores; já na porção ocidental, existe uma forte concentração de pecuária de corte, sobretudo por grandes produtores. Porém os pecuaristas familiares não estão concentrados em apenas uma parte do município, mas sim distribuídos em todo o município em meio das grandes propriedades. No entanto, existem localidades onde foi observada uma maior concentração deste tipo de produtor, conforme o mapa disponibilizado pela EMATER e inserido neste trabalho (Fig. 03), é observada esta maior concentração na região identificada como a Região 04, principalmente nas localidades conhecidas como Tafona, Rincão Bonito, Cerro da Árvore e Cerro Agudo; na Região 01, na localidade conhecida como Cerro Chato; e, na Região 02, a localidade da Coxilha de Santo Inácio (EMATER, 2011b). Conforme os dados da Emater-Ascar (2011b), existem no município 1.400 pecuaristas familiares, tendo sido consideradas, neste caso, as unidades produtivas familiares, e não os indivíduos, e tendo como a sua principal atividade econômica a bovinocultura de corte e ovinocultura, e a principal fonte de renda a produção de carneiros e vacas de invernar. Para os outros municípios da Campanha, Ribeiro (2009) identificou a presença de 917 estabelecimentos de pecuária familiar para o município de Bagé; 413, para Dom Pedrito; e 397, para Quaraí. Se apenas comparados os números totais de estabelecimento por município, Livramento aparenta ser maior em concentração de pecuaristas familiares em relação às outras localidades, no entanto, é fundamental levar em conta a superfície total de cada município, quando Livramento é significativamente maior, bem como a atualidade dos dados, tendo em vista que os dados de Ribeiro são referentes ao ano de 2003.

Os dados fornecidos pela EMATER, em 2011, referentes à distribuição fundiária destes pecuaristas, são baseados no Censo Agropecuário do IBGE, anos de 1995-96:

Tabela 1- Estratificação Fundiária de Santana do Livramento  
(1995-96)

Estratificação (em ha)	Nº de produtores	% dos produtores
de 1 a 100	1.262	59
de 101 a 200	235	11
de 201 a 500	248	12
+ de 500	388	18
Total	2.133	100

Fonte: EMATER, 2011b.

Como é possível observar na tabela 1, a maior parte dos pecuaristas de Santana do Livramento tem propriedade de até 500 ha. Conforme a primeira e segunda linha, mais da metade dos pecuaristas tem propriedades de até 200 ha, ou seja, 70% dos produtores, caracterizando, assim, a forte presença deste produtor de áreas menores no município. Para que se pudesse compreender um pouco mais sobre a realidade da pecuária no município, seria pertinente que houvesse dados informando a porcentagem de superfície ocupada por cada estrato destes produtores em relação à superfície total do município, considerando a área urbana e outras produções agrícolas, bem como a área máxima em hectares dos pecuaristas com mais de 500 ha, no entanto, estes dados não estão organizados de forma sistemática para que possam ser consultados.

### 5.3.1. Acesso à educação formal e ao atendimento à saúde

Conforme Ribeiro (2009), os pecuaristas familiares da Campanha têm um nível de escolaridade muito baixo, dos 158 indivíduos entrevistados por ele, 7,5% eram analfabetos, e 64,5% ingressaram na escola, porém não concluíram o ensino fundamental<sup>39</sup>. Ribeiro entrevistou mais de um indivíduo da mesma unidade familiar, portanto, alguns entrevistados podem estar ainda em época escolar.

No que se refere à Santana do Livramento, conforme pode ser observado no quadro 2, o nível de escolarização dos entrevistados (todos com mais de 50 anos de idade) se apresenta diversificado. Nas narrativas desenvolvidas nas entrevistas, é possível observar que o acesso à educação formal por parte destes pecuaristas familiares se deu conforme suas diferentes trajetórias. No entanto, foi observado que aqueles que nasceram e se mantiveram na Campanha tiveram baixa escolaridade e aqueles que fizeram o movimento da cidade em

<sup>39</sup>7,5 % analfabetos; 64,5 % ensino fundamental incompleto; 14,5 % ensino fundamental completo ; 5,1% ensino médio incompleto; 5,1% ensino médio completo; 0,6% ensino superior incompleto; 2,6 % ensino superior completo (RIBEIRO, 2009).

direção ao campo foram os únicos que completaram o ensino fundamental e atingiram graus maiores de formação. É possível observar o nível de escolarização destes pecuaristas seguem o padrão identificado por Ribeiro (2009).

Quadro 2: Caracterização socioeconômica dos pecuaristas familiares - Santana do Livramento/RS – 2011

	Grau de instrução do entrevistado				Frequência dos filhos à escola (Resposta Sim)	Acesso a atendimento à saúde			
	Não frequentou a escola	Fund. Incompleto (até anos iniciais)	Ensino Médio Completo	Ens. Superior Completo		Tipo		Forma de acesso	
						Plano particular/ associação	Não especificou	Carro próprio	Ônibus
P1				x	x	x		x	
P2		x			x	x		x	
P3			x		x	x		x	x
P4		x			x		x	*	*
P5	*	*	*	*	x		x	*	*
P6	x				x		x	x	x
Total	1	2	1	1	6	3	3	4	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Nota: \* Não informou.

Um dos fatores para este baixo grau de escolaridade é o acesso a escolas na região da Campanha, que é precário. Se comparado com os tempos atuais, na época escolar dos meus entrevistados, o acesso à escola era muito mais complicado ainda e, segundo os seus próprios relatos, a dificuldade de estudar era maior, diferente de hoje, que está um pouco mais facilitado. No entanto, as chances de um morador desta região ingressar no Ensino Médio, ou um curso Técnico, continuam mínimas, tendo em vista que as escolas situadas na região rural ofertam até o Ensino Fundamental Completo, quando não oferecem apenas até as séries iniciais (1º ao 5º ano).

Além da oferta se limitar até o Ensino Fundamental, existem outras dificuldades para os alunos frequentarem as escolas que os entrevistados relatam. Conforme Seu Cláudio, os seus filhos, para poderem frequentar a escola e seguir além do Ensino Fundamental, necessitam ir estudar na cidade, ou seja, na parte urbana de Santana do Livramento. E não eram todos que podem frequentar as escolas na parte urbana, ou melhor, não são todas as famílias que conseguem manter o filho estudando, como relata Seu Alcides: “Naquele tempo, as crianças paravam por causa disso. Quem podia mandar pra cidade, mandava, quem não podia, ficava naquilo.” Para estes pecuaristas familiares, enviar seus filhos para concluir o Ensino Médio na cidade é fruto de muito esforço, tanto dos pais quanto do estudante, para os pais, porque eles se mantêm trabalhando na propriedade para poder

subsidiar os estudos de seus filhos, ao que se pode observar nos relatos de Seu Alcides e de Seu Paulo:

*Ele [o filho] fez a 8ª série aqui e aí foi pra cidade. Ele tem 2º grau, mas aí já parou na cidade. Aí ele parava em casa dos outros lá, mas aí depois eu comprei uma casa. [...] naquele tempo não tinha transporte aqui. E quando o meu filho fez a 8ª série aqui, ele não tinha transporte. [...] Aí ele foi pra lá, e morava na casa de um, de outro, aí eu comprei uma casa ali no Parque São José, não conhece? [...] Aí o filho fez o 2º Grau lá, aí seguiu trabalhando, né? E hoje, ele tá trabalhando em um posto de gasolina (ALCIDES, dez. de 2011, grifo meu).*

*Não, aqui é só eu e a mulher mesmo. É só nós, porque o nosso filho mais velho mora em Caxias [...] já casou como se diz né? E o do meio mora na cidade, na casa de um irmão meu, pára lá é pára lá. E faz as refeição na casa de uma sobrinha minha, que eu pago ela por mês. E ele estuda no Instituto Livramento, que é uma escola particular, tá tirando contabilidade técnica. É, técnico, técnico em contabilidade, né. Agora, tem mais 6 mês... [...] O pequeno estuda na escola aqui (PAULO, dez. de 2011, grifo meu).*

Nestes casos, muitas vezes, o filho, após concluir os estudos, não retorna para trabalhar na propriedade dos seus pais, passa a residir definitivamente na cidade, onde já começa a trabalhar de emprego em algum lugar, como é o caso do filho de Seu Alcides, que trabalha em um posto de gasolina.

Além de terem que se mudar para a cidade, ou na impossibilidade de se mudarem para cidade, muitos têm que parar os estudos; existem outras dificuldades para garantir os estudos na Campanha, como o deslocamento do estudante até a escola, ao que relata Seu Cláudio:

*Pra tu ir num colégio de campanha, pra ti ir no colégio, pra ti botar um filho teu num colégio, tinha que... mas meu Deus... a maioria hoje, o filho chega na idade escolar, tem que vim embora pra cidade, porque tem só um colégio na campanha que é aquele, tem o Pólo, que ele [o ônibus] vai buscar. Então, as crianças saem às 3 da manhã do inverno, lá do Espinilho e viajam 4 horas dentro duma porcaria duma condução, que condição vai ter esta criança de estudar? Levantando às 3 da manhã no frio, fica num corredor, porque muitas vez o estabelecimento é longe da estrada, tem que chegar ali e ficar no frio, naquela arejem, pra pegar, pra depois vim dormindo todo tempo, pra chegar lá, acordar, pra tentar render alguma coisa, aí depois, quando quer começar, tem que dar volta, ao contrário, entendesse? (CLÁUDIO, dez. de 2011, grifo meu).*

Na Campanha, também foi observada a ausência de atendimento público à saúde, e o acesso a este tipo de atendimento só pode acontecer na cidade, mesmo sendo particular, associativo ou público. Para esta situação, o deslocamento passa a se tornar uma variável importante, sobretudo para aqueles que não têm condução própria e dependem de caronas de vizinhos ou do transporte público, este último, muitas vezes, mostra-se pouco viável em situação de emergência, principalmente devido a sua baixa frequência de circulação. A condição das estradas, em muitas ocasiões, mostra-se um empecilho a mais:

*Eu tenho carro. Mas nós temos ônibus também de transporte todas as terça-feira. Então, a gente geralmente deixa pra ir terça-feira por causa do ônibus, pra não andar no carro da gente, porque a estrada agora que arrumaram, porque não dava pra andar. Era... mas era impossível! Mas agora deram uma arrumada, aí. Hoje ela tá boa (ALCIDES, dez. de 2011, grifo meu).*

Conforme Ribeiro (2009), na região de Vacaiquá, em Dom Pedrito, também sem atendimento de saúde na região da Campanha, a condição das estradas é uma preocupação constante quando se faz necessário um atendimento de emergência, e, nestes casos, faz-se necessária a ajuda de vizinhos, com carros tracionados ou tratores. Nesta região, muitos dos moradores mais idosos optam por morar na cidade por se sentirem mais seguros estando próximo ao atendimento de saúde em caso de emergência. Além disso, o autor demonstra que a má conservação das estradas prejudica a frequência dos alunos à escola na região da Campanha, principalmente no inverno, pois, devido ao período de chuva, o transporte escolar fica impedido de transitar pelas estradas, impossibilitando o deslocamento dos alunos.

O estado de conservação das estradas é um fator que incide diretamente na produção destes pecuaristas familiares, de acordo com eles, os produtos perecíveis não podem ser cultivados para venda, sob o risco da perda no caso de não conseguirem transportar; já os bovinos de corte “[...] não tem restrição em termos de transporte e não são perecíveis a curto prazo, sendo, portanto, seguros” (RIBEIRO, 2009, p. 190).

Conforme as entrevistas realizadas e a literatura consultada, é possível observar que o pecuarista familiar está inserido em um ambiente rural com pouca ou nenhuma infraestrutura básica, quando lhe falta acesso à luz elétrica, ao saneamento básico, aos postos de saúde, às escolas – esta última contribuindo ou perpetuando a baixa escolaridade deste tipo de produtor. O acesso de sua residência à cidade, muitas vezes, dá-se por meio de estradas mal estruturadas, podendo ser percorridas, em muitas situações, somente por cavalos ou veículos tracionados, estes últimos, em geral, estão fora do poder aquisitivo deste produtor (RIBEIRO, 2009). É comum algumas localidades terem ônibus que vão uma vez ou duas por semana, muitas destas localidades nem contam com uma linha de transporte pública, e, neste caso, muita moradores dependem de caronas na estrada, de cavalos/carroças ou se deslocam a pé mesmo.

### 5.3.2 Perfil de mão de obra

A principal característica do pecuarista familiar é o uso quase que exclusivo de mão de obra familiar. Alguns dos pecuaristas entrevistados nasceram e foram criados na parte urbana de Santana do Livramento, no entanto, aqueles que sempre moraram na parte rural da Campanha, ao narrarem momentos de sua infância relatam que as tarefas desenvolvidas nas suas casas paternas também eram realizadas com a mão de obra familiar. No local onde Seu Ugolino nasceu e se criou, quando perguntado se tinha empregado, ele responde que: “[...] *era só mais gente de casa, né?*”. *“Ajudava em tudo, não é? Desde campo, chacra, cerca, cuidar o gado, ovelha, tudo. Tudo era mais... a maior parte era os guri. O velho mandava e a gurizada que se virasse né?”* (UGOLINO, dez. de 2011). Situação semelhante narra Seu Genuíno: *“Era só em casa. Mas assim, fazia o serviço de lavoura que a gente todo mundo trabalhava junto, né? De plantação de milho, batata, essas coisas assim. Coisas que se vendia muito na época”* (GENUÍNO, dez. de 2011).

Como pode ser observado no quadro 3, a maioria das tarefas desenvolvidas na propriedade dos pecuaristas entrevistados é com a mão de obra familiar, assim como nas suas famílias de origem. Esta afirmação corrobora com o caráter familiar destes pecuaristas no que tange ao uso de mão de obra para a propriedade, sendo que os 2 pecuaristas familiares que têm empregados permanentes são justamente os que moram sozinhos na propriedade, quando, então, seus filhos já casaram ou a única filha ainda é pequena, como o caso da D. Mari Stela.

Quadro 3: Perfil de mão de obra utilizada pelos pecuaristas familiares - Santana do Livramento/RS – 2011

Mão de obra Produtores	Familiar	Empregado permanente	Empregado eventual	Troca de serviços entre vizinhos/mutirão		
				Bovino de cria	Ovino	Não Faz
<b>P1</b>	x			x	x	
<b>P2</b>	x	x				x
<b>P3</b>	x	x	x			x
<b>P4</b>	x			*	*	*
<b>P5</b>	x			*	*	*
<b>P6</b>	x		x	x		
<b>Total</b>	6	2	2	2	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Obs: \* Não informou.

Conforme já referido, o quadro 2 demonstra que a maior parte da mão de obra utilizada nas tarefas é a familiar, e somente 2 pecuaristas têm empregados permanentes, os demais contratam algum empregado eventual para atividades como conserto ou construção de cerca ou, até mesmo, nas tarefas com o gado, como explica D. Mari Stela: “[...] tudo meu secretário faz. E tem um que me auxilia, que esse, mas aí é pago né, pra vim. Vacina, coisa assim. Esquila, vacina, banho, essas coisa tudo” (D. MARI STELA, dez. de 2011). Conforme Ribeiro (2009) e Neske (2009), as trocas de serviços entre vizinhos é uma prática recorrente entre os pecuaristas, geralmente utilizada para as atividades com o gado de corte, enquanto que as atividades como construção/conserto de cerca, por serem mais penosas, são realizadas pelos integrantes da família ou, então, por empregado contratado eventualmente para esta finalidade. Seu Alcides, ao descrever como desenvolve as atividades na sua propriedade, relata que “[...] o rebanho [de ovelha] é assim, de mês em mês a gente tem que dosa, [...] mas aí faço sozinho com o meu guri” (SEU ALCIDES, dez. de 2011), enquanto que, para as atividades com o gado, ele e seus vizinhos estabeleceram uma rede de troca de mão de obra:

*Eu ajudo os meus vizinhos e eles me ajudam quando precisa, se eu vou banhar o meu gado, um vizinho me ajuda. Se ele vai banhar, eu ajudo ele, então, a gente tá sempre se ajudando [...]*

*P: E quantos, mais ou menos, vizinhos o senhor faz essa atividade?*

*E: Ah, é com uns 3 ou 4 vizinhos que eu faço isso aí. [...] é, que se ele vai banhar lá, ou vai vacinar, ele me chama, e se eu vou vacinar ou banhar eu chamo um deles, sempre tem um que tem que tá me ajudando, ou eu ajudando eles (ALCIDES, dez. de 2011).*



Seu Genuíno, quando perguntado se realiza algum tipo de troca de serviço com os vizinhos, responde: “*Não. Eu fiz isso faz muitos anos atrás né? No tempo que se plantava a boi e cosa assim, porque agora eu tenho trator. Se plantava a boi, eu ajudava os vizinho e eles me ajudavam*” (GENUINO, 2011). Mesmo Seu Genuíno, que não faz mais este tipo de atividade, nos revela que, em algum momento, esta atividade foi utilizada como alternativa de mão de obra.

### 5.3.3 Atividade produtiva dos pecuaristas

Para os pecuaristas familiares de Santana do Livramento entrevistados, a atividade agrícola mais desenvolvida nas suas propriedades foi a pecuária de corte. É importante salientar que os entrevistados foram os pecuaristas familiares indicados pela Emater/RS, entidade que considera como pecuarista familiar aqueles produtores que tem como principal atividade a pecuária de corte, excetuando a pecuária de leite, de ovinos, caprinos, etc. Portanto, era esperado que a pecuária de corte fosse a principal atividade agrícola desenvolvida na propriedade. Além da pecuária de corte, alguns pecuaristas criam ovelhas, os quais vendem a sua lã, e também algumas atividades de cultivo, como pode ser observado no quadro 4:

Quadro 4: Tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos pecuaristas familiares, na sua propriedade - Santana do Livramento/RS – 2011

Atividades Produtores	Atividades de pecuária de corte			Outras atividades agrícolas				
	Cria	Cria-recria	Terminação	Lã de ovelha	Milho	Batata-doce	Mel	Outros
<b>P1</b>		X		X				
<b>P2</b>	X	X	X	X	X	X		X
<b>P3</b>	X			X				
<b>P4</b>	X				X	X	X	
<b>P5</b>	X			*	*	*	*	*
<b>P6</b>	X	X	X	X				
<b>Total</b>	5	2	1	4	1	2	1	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Nota: \* Não informou.

Conforme demonstrado no quadro 4, no que se refere às atividades de pecuária, a etapa mais desenvolvida pelos pecuaristas entrevistados é a etapa da cria<sup>40</sup>, porém, conforme os relatos das entrevistas, esta atividade é desenvolvida como sendo a principal devido ao tamanho do campo. Como explica Seu Paulo:

*Eu crio muito guacho, aqui na região mesmo eu crio muito, o nome do meu sítio aqui é Potreiro de Guacho, o nome dele. Porque o gado que a gente cria aqui é pouco, e eu não crio mais é por falta de espaço. Eu andei usando, assim, campo dos outro, botando gado por cabeça como nós chamamo aqui, mas quando eles lhe dão um campo pra botar por cabeça é porque eles lotam demais, entende? Então, o gado quando entrou o inverno ele tá lá embaixo. E aí se a gente vai tratar esse gado, vai comprar ele de novo, então, eu resolvi de agora em diante eu digo: não. Deu a lotação do campo, vou vender. E deixo só a lotação, né? (PAULO, dez. de 2011, grifo meu).*

Semelhante explicação é dada por Seu Alcides, que, quando criava gado na fazenda onde era capataz, vendia o seu gado gordo para o frigorífico Armour, no entanto, hoje, na sua propriedade, ele mudou a etapa de sua atividade pecuária:

*Não, hoje não faço mais isso aí [engordar gado], porque hoje os meu campo são muito apertado, então, hoje eu transferi, hoje eu crio o ternero, pra vender o ternero [...]. Então, eu faço assim, no inverno eu desmamo e boto na pastagem, depois sigo dando bóia, não é? pros ternero macho que eu vou vender. As ternera eu já separo e boto no outro campo. Então, em vaca de invernar, eu vendo quando tão velha, eu não posso engorda, não tenho campo pra engordar. Então, vendo de invernar. Então, vou vivendo daquilo, eu sou aposentado, vou vivendo daquilo ali né. Tenho gado por cabeça fora também, que o campo não dá pra todo o meu gado (ALCIDES, dez. de 2011, grifo meu).*

No entanto, diferentemente de Seu Paulo, que procurou ficar concentrado na etapa da cria, Seu Genuíno relata que faz de “[...] tudo um pouco”, ao que ele explica, “[...] se cria, se engorda. Bom, teve uma pastagem ali né, aí se engorda umas vaca, se vende pros açougueiro, pra uma [pessoa], pra outra aí” (GENUÍNO, dez. de 2011). A não-especialização, que, por um lado, pode ser compreendida como uma irracionalidade técnico-produtiva, é, para o pecuarista familiar, uma estratégia de sobrevivência, pois assim ele pode se relacionar com o mercado com uma menor vulnerabilidade, pois, se o preço do ternero estiver muito baixo, o pecuarista pode vender outra categoria de animal que o preço esteja mais favorável (RIBEIRO, 2009).

<sup>40</sup>No modelo de eficiência técnico-produtiva, um produtor especializado em cria deveria ter seu rebanho composto por: touros, vacas de cria, terneiros e fêmeas de reposição, não tendo animais machos com mais de 6 ou 8 meses (RIBEIRO, 2009). No entanto, Ribeiro (2009) identificou pecuaristas na Campanha que realizam *cria*, mas têm seus rebanhos compostos com a presença de animais machos com até 1, 5 anos, esta atitude é identificada pelo autor como umas das estratégias de sobrevivência deste produtor, na tentativa de aumentar o conjunto de alternativas frente ao mercado. Nas entrevistas por mim realizadas, não foi abordada de forma minuciosa a composição do rebanho.

Em Santana do Livramento, como pode ser observado no quadro 3, dentre os 5 pecuaristas entrevistados, 3 responderam que não desenvolvem atividades de cultivo.

No entanto, conforme os relatos dos pecuaristas entrevistados, um dos motivos para eles não produzirem cultivos em Santana do Livramento, ou, então, o fazerem com certa dificuldade, é devido às secas que ocorrem na região:

*[...] Já produzi muito essas coisa, mas agora... Quando não fazia seca né? Agora que faz seca, agora não tem mais o que produzi. Tu viu só os tomate como tão? E olha que boto água todos os dia.*

*P: A senhora produzia isso pra vender? Ou pra consumo?*

*E: Pra consumo e o que sobrava eu vendia. Batata, cebola, alho, milho... (D. MARI STELA, dez. de 2011).*

Seu Genuíno, que sempre planta para vender milho, batata doce, feijão miúdo, abóbora, melancia, também relata a influência das secas na produção de cultivos:

*De uns ano pra cá que começou as dificuldade de chuva né? Que tu planta e...esse ano passado mesmo, eu plantei tudo isso que tá de verde aí de milho e deu 50%, por falta de chuva. [...] eu tô peleando pra irrigar essa lavorinha de milho aí. Mas temo com dificuldade de conseguir as bomba [para o açude construído a menos de um ano] (GENUINO, dez. de 2011).*

Conforme Cotrim (2003), os pecuaristas familiares da região de Canguçu, por ele estudado, além da atividade de pecuária, também se dedicam à produção de grãos, como o milho, o feijão e pastagens. Os pecuaristas da região de Alto Camaquã, além da criação pecuária, também se dedicam a outras atividades agrícolas, como o plantio de feijão, milho, mandioca, batata-doce, etc. (NESKE, 2009). Para a região da Campanha, Ribeiro (2009) considera que a bovinocultura de corte é a principal atividade desenvolvida nas propriedades, sendo pouco desenvolvido algum tipo de cultivo/lavoura, inclusive para autoconsumo. Neste sentido, Ribeiro salienta que, nas regiões pesquisadas, as famílias consomem basicamente carne, e esta é a principal fonte de proteína destas famílias a carne dos ovinos.

**Figura 7: Pecuaristas familiares entrevistados: a) Seu Genuíno e b) Seu Alcides e sua esposa. Ambos em suas casas**



Fonte: Pesquisa de campo. Dezembro de 2011.

**Figura 8: Pecuaristas familiares entrevistados: a) Seu Ugolino e D. Juliana b) Seu Paulo, sua esposa e filho mais novo c) D. Mari Stela e sua filha Lúcia e d) Detalhe da propriedade de Seu Alcides**



Fonte: Pesquisa de campo. Dezembro de 2011.

## **6 PERSISTÊNCIA DOS PECUARISTAS FAMILIARES**

Neste capítulo será apresentada uma breve introdução da abordagem acerca da origem e surgimento desta categoria social no campo, que considera que o pecuarista familiar é originário do século XX. Em seguida será apresentada uma breve revisão da literatura que considera que pequenos criadores de gado estavam presentes na Campanha desde, pelo menos, o início do século XIX. A fim de compreender como este pecuarista familiar estava presente na Campanha no período do século XIX, será apresentada uma discussão referente ao Sistema Agrário de Pecuária de Corte Extensiva Tradicional. Esta última seção do capítulo está organizada da seguinte forma: inicialmente, será apresentada uma breve abordagem geral da sociedade em que se desenvolveu este sistema agrário, seguida de uma breve abordagem referente ao ecossistema cultivado e ao sistema de produção deste sistema agrário. Por fim, apresenta-se o sistema social produtivo deste sistema agrário.

### **6.1 Contexto**

A literatura consultada considera que o surgimento dos pecuaristas familiares é decorrente de diferentes processos históricos ocorridos nas regiões em que vivem esses pecuaristas. Alguns se originaram do processo de fracionamento da propriedade na forma de heranças das estâncias oriundas das sesmarias, que foram sofrendo subdivisões até atingirem o tamanho de pequenas propriedades (RIBEIRO, 2009; SANDRINI, 2005; NESKE, 2009); outros são indivíduos que migraram de outras regiões do estado, com experiência na agricultura, mas que, ao chegarem à região, adotam a pecuária como modelo produtivo (RIBEIRO, 2009; SANDRINI, 2005; COTRIM, 2003); e ainda outros trabalhavam como peões e adquiriram a propriedade por meio de compra (COTRIM, 2003; RIBEIRO, 2009). É consenso nesta literatura que este grupo tem, na sua origem, estas diferentes trajetórias e também que estes processos se desenvolveram no período inicial do século XX, ou seja, o pecuarista familiar é originário do século XX.

Os pecuaristas familiares de Santana do Livramento relatam as mesmas trajetórias. Seu Cláudio destaca que sua família era “proprietária de sesmaria de campo”, seu Paulo narra a vinda de sua família, na década de 1950, para a região da Campanha para trabalhar na lavoura de arroz, e seu Genuíno diz que trabalhou por um bom tempo como peão até poder começar a criar gado em seu próprio campo.

Seu Cláudio nasceu na parte urbana de Livramento, entre 9 filhos, é o 3º filho mais velho. Como ele relata, sua família era toda da campanha<sup>41</sup>:

*A família do meu pai é uma família muito tradicional, foi uma família muito tradicional. De gente de...o meu bisavô era envolvido em política, em, era, como é que eu vou te dizer, daqueles tipo, os coronéis, das terras. Proprietário de sesmaria de campo, cedidas pelo Governo, então, toda aquela história, tanto da gente da família do meu pai, foram da campanha. E da minha mãe também eram da campanha. Depois, como não é muito...é difícil acontecer, as famílias vendem as propriedades, vão se descapitalizando e aí o caminho é a cidade. É o êxodo né? Então, eu não cheguei a ver, mas uma parte desse patrimônio foi conservado pelo uma irmã do meu avô paterno. Foi conservado porque ele casou com, ela casou com um senhor e esse conservou, na localidade lá no interior, perto onde eles tinham uma sesmaria de campo, local denominado Pedregal (CLÁUDIO, dez. de 2011).*

Seu Paulo nasceu em General Vargas, atualmente, São Vicente do Sul (RS). Quando sua família foi morar em Livramento, em 1952, ele tinha 3 anos de idade. É o filho do meio de 8 irmãos. Seu pai sempre trabalhou na lavoura de arroz na região de Restinga Seca (RS) e foi para Livramento trabalhar para um senhor que viera também da região de Restinga Seca para iniciar uma lavoura de arroz no município.

*Aí eles vieram pra ali pra fazer uma lavoura de arroz num banhado que tinha ali. Naquele tempo plantavam arroz de enxada, derrubavam as árvores, queimavam, faziam roça, que até...aí plantavam arroz. Aí o meu pai veio de lá com eles [...] [Para morar] naquele tempo era um ranhão que eles faziam, de torrão, de palha, de capim, como nós chamava, né? E aí, naquele tempo era assim, não é? Nas lavouras de arroz, a gente trabalhava e eles davam os rancho pra gente morar. Quem tinha família as vez fazia um maior né? Aí repartia, fazia ali um quarto, cozinha, ou fazia um pequeno, mas o pessoal que trabalhava em granja era todo mundo num rancho só (PAULO, dez. de 2011).*

Seu Genuíno nasceu em de Santana do Livramento. Em toda a sua vida, ele e sua família foram da Campanha, desenvolvendo diversas atividades: “[...] fomo carretero, fomo tropeiro, esquilador, toda a lida da campanha, chacrero, [alambrador]. Que é que eu continuo fazendo até hoje, né?” (GENUÍNO, 2011). Ele morou com seus pais e seus 2 irmãos em “uma terminação de corredor, um campo aberto”, onde eram agregados da sua avó materna. Quando adulto, trabalhou algum tempo como peão, tropeiro, alambrador e morou por certo tempo como agregado, com a função de cuidar do campo, seguiu trabalhando de carroça, vendendo produtos de chácara até adquirir sua propriedade, como ele relata:

---

<sup>41</sup>O uso da palavra “campanha” escrita com a letra c em minúsculo, é referente às localidades rurais, em oposição à parte urbana do município, conforme o linguajar dos moradores e adotado neste trabalho. Esta palavra distingue-se da palavra “Campanha”, ou região da Campanha, escrita com a letra c em maiúsculo, sendo que esta, segundo o mapa do IBGE, refere-se à Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense.

*Então é, e aí daqui a pouco fui comprando uns pedacinho, eram de herdeiros, de 8 hectaria dum, 8 doutro, e fui tendo do que comprar, e aí este campo aqui era um casal muito meus amigo, cuidei muitos anos isso aqui, 24 ano eu cuidei, o cadinho deles e o campo deles. Aí se terminaram e passo uns tempo e os filhos me venderam. E eu pude comprar. E aí tô faz 2 ano e poco que nós temo arrumando, fazendo morada e ajeitando. E fazendo cerca e cosa, não é? (GENUÍNO, dez. de 2011).*

Muitos pecuaristas familiares, hoje, narram estas mesmas trajetórias sobre suas vidas, como pode ser verificado nas entrevistas realizadas. Portanto, os depoimentos deles parecem confirmar as afirmações da literatura existente sobre as origens desse grupo no século XX. No entanto, as pesquisas históricas recentes mostram que pecuaristas familiares estavam presentes na Campanha desde, pelo menos, o início do século XIX. Este capítulo elabora novas interpretações para compreender a presença desta categoria de produtores no campo.

Neste sentido, pretende-se abordar a persistência dos pecuaristas familiares como uma categoria social na Campanha, a qual se diferencia dos grandes estancieiros. A base inicial desta discussão é a recente produção historiográfica que vem avançando no conhecimento sobre o mundo rural da região do Prata e mostra uma realidade rural muito diferente daquela consagrada pela literatura tradicional, a qual considerava na região apenas a existência de poderosos criadores de gado e uma massa de peões assalariados que vagavam solitários pelo Pampa. Sem dúvida, a produção pecuária que se desenvolveu na região do Prata contava com a presença de pecuaristas de grande vulto, que condiziam com a figura do grande estancieiro, no entanto, a recente produção historiográfica revela que, nesta sociedade, além da figura do grande estancieiro, havia, na Campanha, uma expressiva camada de criadores de médio e pequeno porte (GELMAN, 1992; OSÓRIO, 2008; GARAVAGLIA, 1999; GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010; LEIPNITZ, 2010).

Com base nesta discussão, este capítulo se propõe a trazer à luz da discussão a existência deste pecuarista familiar, bem como outras formas de pequena produção ainda no período de ocupação da Campanha (séculos XVIII e XIX), contrapondo-se, assim, à ideia do surgimento desta categoria social apenas no século XX decorrente do processo de fracionamento das estâncias, ideia esta afirmada por Cotrim (2003); Ribeiro (2009); Sandrini (2005) e Neske (2009). Além disso, os referidos trabalhos acadêmicos consideram a formação da estrutura agrária baseada apenas na doação de títulos de sesmarias para estes grandes estancieiros, porém, a recente historiografia revela que o processo de ocupação e apropriação da terra na região se mostrou muito mais diversificado do que a simples e legítima doação de sesmaria: posses por ocupação simples, compras, usurpações (da parte de grandes produtores), fraudes na medição ou solicitação de sesmaria, grilagem, etc., processo este

permeado por constantes conflitos fundiários, principalmente pela posse e legitimação da terra (GARCIA, 2005; OSÓRIO, 2008). Outro ponto interessante a ser abordado é o papel do peão da estância. Baseados em uma bibliografia tradicional, estes trabalhos reforçam a imagem mitológica do peão com a do “gaúcho solitário” no campo (COTRIM, 2003; RIBEIRO, 2009; SANDRINI, 2005; NESKE, 2009), ignorando suas relações e unidades familiares, quando, muitas vezes, alguns destes peões trabalhavam como empregados nas estâncias para complementar a subsistência do seu núcleo familiar (GELMAN, 1993; GARAVAGLIA, 1999; FARINATTI, 2010).

## **6.2 A presença de criadores de médio e pequeno porte antes do século XX**

De acordo com Osório (2008), na historiografia e nas áreas afins, a presença de um grupo social que se dedicava à pequena produção com base no mão de obra familiar no Rio Grande do Sul está fortemente associada ao processo de imigração europeia ocorrido no século XIX, principalmente das colônias alemãs e italianas. Anteriormente a este processo, a sociedade era constituída apenas pelos estancieiros-peões livres e pelos charqueadores-escravos, quando, então, ignorava-se a presença de outros grupos sociais. A presença dos açorianos, geralmente, é pouco associada aos sistemas de produção no estado, no entanto, este grupo constituiu um grande contingente de pequenos produtores que associavam o cultivo e a criação, tendo como base a mão de obra familiar. Além disso, havia toda uma população que se formou no povoamento por castelhanos, paulistas, mineiros, lagunenses, índios, escravos fugidos ou libertos e que formaram a primeira geração destes pequenos produtores (OSÓRIO, 2008). Osório (2007) analisando a Relação de moradores que possuíam campos e animais, produzida em 1784 para o Rio Grande do Sul, observa que as unidades produtivas não eram representadas apenas por grandes estâncias de criação, embora estas possuíssem mais da metade do rebanho existente, havia também “[...] uma infinidade de pequenas e médias estâncias, com seus rebanhos mais diminutos” (OSÓRIO, 2007, p. 114). Aqueles que eram identificados como lavradores-pastores não possuíam sesmarias, a forma mais comum de acesso a terra era por meio da *data de terra* (que eram concedidas pelo governador e equivalentes, em geral, a 130 hectares) ou com a compra, seguida de posse, arrendamento e “viviam a favor” (OSÓRIO, 2008). Portanto, a presença de um extrato de produtores que produziam com base de mão de obra familiar em pequenas extensões de terras já era existente no Rio Grande do Sul mesmo no período colonial, embora, muitas vezes, era negligenciada pelos estudos referentes à sociedade desta época.



Na região da Colônia<sup>42</sup>, na então Banda Oriental, atual República Oriental do Uruguai, para o período colonial, Gelman (1992) aponta a presença massiva “[...] de uma población campesina, constituída por famílias que explotan pequeñas parcelas de tierras” (GELMAN, 1992, p. 64). O autor demonstra como esta realidade era “[...] muy diferente de la que suponíamos, en la que solo había poderosos hacendados” (GELMAN, 1992, p. 57), embora estes últimos concentrassem a maior quantidade do *stock* total dos bovinos, ao passo que os pequenos produtores, que estavam em maior quantidade, concentravam a menor parte do rebanho total. Aqueles que possuíam rebanhos com mais de 1.999 reses, que era 10% dos produtores censados, concentravam 60% do rebanho total; enquanto que aqueles que possuíam rebanhos com até 500 reses, 67% dos produtores censados, controlavam pouco mais de 17% do rebanho total.

Para o autor, dentre os pequenos produtores (com até 500 reses), os mais favorecidos eram aqueles que possuíam entre 400 e 500 animais, e dispunham de umas 100 crias anuais, podendo, assim, manter suas famílias, embora com certa dificuldade. Já os menos favorecidos dentre este estrato de pequenos produtores, os possuidores de um rebanho com 20, 30 até 100 animais eram obrigados a desenvolver outras atividades agropecuárias, como o trabalho do chefe ou do filho mais velho em alguma estância próxima (GELMAN, 1992). Além da criação de gado, o cultivo de trigo também foi desenvolvido de forma significativa na região no período colonial. No entanto, diferente da criação de gado, a produção de trigo estava concentrada nas mãos de pequenos e médios produtores. Já a criação de gado estava concentrada nas mãos dos grandes produtores, embora uma parte menor do rebanho geral estivesse nas mãos de famílias que possuíam rebanhos menores (GELMAN, 1993).

Na campanha bonaerense, Garavaglia (1999) identificou a presença significativa de famílias e grupos domésticos com produção de cultivos ou com criação de animais – ou das duas juntas, desenvolvidas em diversos graus de intensidade, em terras que, muitas vezes, não lhe pertenciam e uso predominante, quando não exclusivo, de sua própria força de trabalho. A estes produtores Garavaglia identifico-os como “campesinos”, sendo que aqueles que se dedicavam ao cultivo o autor os identificou como “labradores” e aos que se dedicavam à criação de rebanhos, como “pastores de ganado”, esta última categoria é a que mais interessa para este trabalho. Os pastores da campanha bonaerense eram, no geral, proprietários de seus rebanhos, porém, em poucas oportunidades, donos da terra que

---

<sup>42</sup>Compreende os departamentos de Soriano, Espinilho, Víboras e Colonia. A pesquisa foi baseada no Censo realizado em 1796, em que cada unidade de análise corresponde a uma unidade de produção (UP).

ocupavam. A força de trabalho provinha do grupo familiar, com eventual contratação de algum jornaleiro<sup>43</sup> ou de algum escravo. Na região de Areco<sup>44</sup>, 7% das UP possuíam rebanhos maiores que a quantidade de 500 reses e concentravam 60% do rebanho total, já aquelas UP que possuíam rebanhos com menos de 500 reses representavam 93% da amostra, concentrando 40% do rebanho total.

Para a Campanha do Rio Grande do Sul, Garcia (2005, p. 41) demonstra que “[...] já nas primeiras décadas de ocupação da região, este mundo rural, longe de ser monolítico e comportar exclusivamente as grandes propriedades”, comportava inúmeras médias e pequenas unidades de produção, quando, muitas vezes, estes produtores se estabeleciam em terras alheias ou pertencentes à Coroa. Para Alegrete, analisando inventários referentes ao período de 1830<sup>45</sup>, a autora identifica a presença de grandes estancieiros, com rebanhos compostos de 2.001 a 5.000 cabeças de gado (18% da amostra) e alguns com mais de 5.000 (15%), que conviviam lado a lado de produtores possuidores de um rebanho não tão vultoso: 15% da amostra possuíam um rebanho de até 100 cabeças de gado e 22% possuíam um rebanho composto de 101 até 500 cabeças de gado. Além destas categorias, Garcia ainda identifica um estrato a que se refere como *médios* produtores, com rebanhos entre 501 a 2000 (26% da amostra) (GARCIA, 2005).

Ainda para a Campanha do Rio Grande do Sul, Farinatti (2010), ao analisar os inventários entre 1830 e 1870 de Alegrete<sup>46</sup>, identifica a forte presença de criadores de gado bovino que possuíam rebanhos com até 500 reses. Para o autor, os criadores pertencentes a este estrato foram identificados como os pequenos produtores, em um universo no qual os maiores produtores possuíam rebanhos maiores que 10.000 reses (3% da amostra). Neste grupo, Farinatti identificou uma subcategoria de produtores que possuíam menos de 100 reses em seus rebanhos, representando 24% da amostra, mas que possuíam apenas 4% do rebanho total da amostra. Os dados analisados pelo autor apontam que os pequenos produtores (até 500 cabeças de gado) representavam 57% dos criadores, mas que não possuíam 13% do rebanho total, e os grandes estancieiros (que ultrapassam 2000 cabeças de gado) representavam 18% dos produtores, mas concentravam 53% do rebanho<sup>47</sup>. Segundo o autor,

---

<sup>43</sup>Jornaleiro se refere ao trabalhador que se emprega e ganha por dia de trabalho, ou seja, por jornada de trabalho.

<sup>44</sup>Esta região é conhecida por este nome desde o final do século XVI, situada no atual partido de Buenos Aires.

<sup>45</sup>Foram levantados dados de 45 inventários *post-mortem*, em que cada unidade de análise é referente aos bens pertencentes a um indivíduo, ou seja, não se referem às UP.

<sup>46</sup>Foram levantados dados de 181 inventários *post-mortem*, em que cada unidade de análise é referente aos bens pertencentes a um indivíduo, ou seja, não se referem às UP.

<sup>47</sup>Importante ressaltar que este tipo de fonte primária, inventários *post-mortem*, sub-representam os setores mais pobres da sociedade – tendo em vista que nem todos que eram os mais pobres procediam à abertura de inventários -, portanto o número de pequenos criadores no período deveria ser ainda maior.

um criador com até 500 cabeças de gado poderia cuidar da produção com trabalho familiar e, eventualmente, com algum ajudante pago ou um escravo (FARINATTI, 2010). Para o autor, uma família com, no máximo, este rebanho pouco poderia dispor de novilhos por ano, em virtude disso, necessitavam diversificar suas atividades tanto na produção como nas atividades dos membros da família. Cruzando dados de fontes nominais, o autor identifica que, assim como em outras localidades da região do Prata, já abordadas por Gelman e Garavaglia, uma das estratégias para esta diversificação consistia no trabalho nas estâncias dos filhos mais velhos destes pequenos produtores ou, até mesmo, do chefe de família (FARINATTI, 2008). Portanto, nem todos os peões que se empregavam nas estâncias eram homens solteiros, sem vínculos familiares, enfim, “[...] homens soltos que vagavam pela fronteira”, tratava-se, muitas vezes, de uma estratégia familiar dos menos abastados da Campanha (FARINATTI, 2008, p. 375).

### **6.3 Os pecuaristas familiares de Santana do Livramento no Século XIX**

O período no qual decorreu o século XIX corresponde ao mesmo período no qual se desenvolveu no Sul do país o sistema agrário que inicia a pecuária extensiva conjugada com a fixação de estância na Campanha. Nesta pesquisa, convencionou-se a intitular este sistema agrário de SA Pecuária Extensiva Tradicional, tendo como suas datas limites o ano de 1800 até meados de 1880. Tendo em vista que este sistema agrário demarca o início do sistema de criação de gado vacun nas estâncias e também a sua consolidação na região, faz-se pertinente focalizar a análise neste sistema agrário para que seja possível compreender e identificar a presença do pecuarista familiar desde as primeiras manifestações da pecuária em estabelecimentos fixos.

Como é possível observar com base na literatura, já nas primeiras décadas do século XIX, a região da Campanha não se caracterizava por ser formada exclusivamente por grandes estancieiros detentores de sesmarias; apresentava sim um grupo de produtores distribuídos ao longo da região com características e relações muito mais complexas do que a literatura tradicional afirma. Também não se mostrava reduzida ao binômio de grandes e pequenos produtores, mas com a existência de estratos intermediários, com distintos estatutos legais de uso da terra e também a presença de outros atores sociais para além dos criadores: lavradores, escravos e jornaleiros, entre outros (GELMAN, 1992; GARAVAGLIA, 1999; GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010; LEIPNITZ, 2010).

Para Santana do Livramento, ao analisarmos as fontes primárias referentes ao século XIX, também se observa a presença de criadores com rebanhos menores do que se poderia supor como pertencente a um grande estancieiro. Neste capítulo, além de identificar a presença destes produtores na região para o momento estudado, pretende-se compreender algumas características no que se refere às suas atividades produtivas, sua estrutura e organização econômica. Para isso, será utilizada a teoria dos sistemas agrários, procurando combinar as formas de organização e uso do trabalho, estrutura e posse de terra existentes no período do sistema agrário estudado (MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA; LINHARES, 1995). Com base nesta proposição, pretende-se compreender algumas características gerais deste sistema agrário e identificar os principais tipos de estabelecimentos que formam o sistema social produtivo deste sistema agrário com a finalidade de compreender e caracterizar os pecuaristas familiares.

### 6.3.1 Alguns apontamentos sobre a sociedade deste Sistema Agrário

Embora a pesquisa apresentada neste capítulo aborde o sistema agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional e, sobretudo, os estabelecimentos que desenvolviam o sistema de criação de gado *vacum*, é interessante considerar que estes criadores estavam inseridos em uma sociedade que não era exclusivamente rural e tampouco as ocupações em que os indivíduos se dedicavam se tratavam apenas da pecuária ou outras atividades agrícolas. Portanto, para compreender um pouco desta sociedade na qual o pecuarista familiar estava inserido e estabelecia relações, procedeu-se a uma breve análise de algumas características desta sociedade e das tendências no padrão de comportamento dos indivíduos, utilizando-se, para esta análise, principalmente, os dados observados nos processos criminais.

#### 6.3.1.1 Zona de fronteira e fronteiriços

A localização da região da Campanha é muito próxima à atual linha divisória do Brasil com a República Oriental do Uruguai e República Argentina. O município de Santana do Livramento está situado exatamente nesta linha divisória com o Uruguai, onde a separação entre os dois países é por meio de uma fronteira seca, ou seja, não é demarcada por rio ou qualquer outro recurso natural. Os dados históricos nos favorecem com uma série de datas, conflitos e tratados os quais narram as delimitações e diferentes construções dos territórios das coroas portuguesa e espanhola, e, posteriormente, estados nacionais, para

ambos os lados: brasileiro e uruguaio, além disso, estas delimitações foram frutos de muitos conflitos e disputas. No debate dos intelectuais brasileiros – sobretudo gaúchos – a partir da década de 1920 até os dias de hoje, a temática *fronteira* também já foi motivos de discussão: para alguns, a fronteira é entendida como uma linha divisória, na qual as coroas da Espanha e de Portugal reinavam cada uma para seu lado. Essa abordagem recebe duras críticas, primeiramente por considerar que, no período colonial, a fronteira era entendida como uma linha divisória já estabelecida, em que os autores envolvidos já concebiam uma identidade nacional. A contrapartida a esta interpretação é que a fronteira é um objeto em construção por meio da interação entre indivíduos sociais em um longo processo histórico (OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2010; REICHEL, 2006). Em segundo lugar, as críticas se referem ao viés nacionalista que aquela abordagem defende, visto considerar a fronteira como uma barreira na qual os rio-grandenses tinham uma maior identificação com o lado português, ignorando, assim, as relações sociais e econômicas desenvolvidas na região do Prata. No entanto, estudos mais recentes desenvolvidos sobre esta temática situam cada vez mais o Rio Grande do Sul dentro da região do Prata, abordando diversos enfoques sobre o tema: relações sociais, políticas e econômicas (GUAZELLI et al., 2009) assim como reelaboram a compreensão da fronteira como um espaço de constantes trocas.

Para este trabalho, a concepção de fronteira não é aquela que se assemelha a de *fronteira-barreira*, estipulada por uma linha; e sim entendida como *zona de fronteira* onde existe uma “[...] intrincada teia de relações e atividades humanas com seus inúmeros agente, interesses e práticas” (RODRIGUES, 1997<sup>48</sup> apud WOLKMER, 2009, p.163). No entanto, tal concepção não anula a existência dos limites territoriais – definidos pela linha geopolítica – e o entendimento de que os atores envolvidos na zona de fronteira não os conhecessem e não os considerassem relevantes em suas vidas cotidianas, como bem ressalva Volkmer (2009) e Farinatti (2010); principalmente porque, para o período estudado, as delimitações territoriais estavam muito próximas de serem consolidadas e de se estabelecerem os limites políticos conhecidos nos dias de hoje.

Os desdobramentos desta zona de fronteira já foram parcialmente discutidos neste trabalho, no capítulo referente à paisagem agrária e à evolução dos sistemas agrários, embora sem uma discussão específica do assunto. Para a pecuária, inúmeros são os casos de brasileiros que tinham gado e terras nos dois lados da fronteira, adquiridos por diferentes processos históricos: compra, herança, contrabando, usurpações, etc. Muitos fazendeiros,

---

<sup>48</sup>RODRIGUES, Jane de Fátima. História Regional e Local: Problemas Teóricos e Práticos. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 16-17, 1997.

brasileiros ou uruguaios, movimentavam suas famílias e bens móveis – gados e escravos – de um lado e de outro da fronteira conforme lhes era mais conveniente, fosse por motivos de seca, guerra, impostos fiscais ou outros. Além disso, existiam outras práticas nesta zona de fronteira que permeavam o seu cotidiano: a escravização ilegal por brasileiros de escravos libertos em solos uruguaios, fugas de escravos, o contrabando de mercadorias e a produção saladeril, entre outras.

O movimento nesta fronteira não era praticado apenas pelos grandes fazendeiros, muitos indivíduos menos abastados também cruzavam esta fronteira por diferentes motivos: em 1886, Caetano da Fonseca Moura, de 22 anos, *natural de Tacuarembó*, no Estado Oriental, casado, *agricultor e morador do 1º distrito de Livramento, na localidade denominada Ibicuhy*, foi acusado de ter furtado e carneado um boi na propriedade de Henrique Eljalde<sup>49</sup>. Em 1880, Demétria Quintana, solteira, *costureira*, 24 anos, e sua mãe, D. Anastacia Mendes Quintana, 40 anos, casada e “do lar”, *ambas naturais de Paysandu, no Uruguai, e residentes em Santana do Livramento*, foram acusadas de assassinato de um homem que forçou a porta da casa onde moravam<sup>50</sup>. Os motivos que levaram ambos os réus naturais do Uruguai a residirem em Livramento não estão claros nos processos, no entanto, é possível constatar que eram indivíduos com profissões simples e não estancieiros.

Agostinho La Roza, *argentino*, casado, criador e *emigrado no Uruguai*, vítima em um processo crime autuado em 1874, referente a uma briga em um armazém na Vila de Santana do Livramento, ilustra esta mobilidade na zona de fronteira, ao que explica:

[...] se acha emigrado no Uruguay, por ocasião do assassinato do General Urquiza, com quem serviu armas muitos anos, tendo nessa emigração vindo para este ponto, um seo filho La Rozas, segundo as últimas notícias que teve, veio em procura d’elle e aqui se acha a cerca de dois mezes<sup>51</sup>.

A declaração de Agostinho La Roza ilustra como a mobilidade entre a fronteira era um elemento presente no cotidiano desta sociedade do Prata, e também reforça a ideia de que estes indivíduos tinham presente nas suas concepções a existência e o papel da linha divisória, principalmente neste caso em que a experiência de Agostinho com a fronteira envolvia 3 distintos países. Por se tratar Santana do Livramento de uma zona de fronteira, a vida das pessoas era permeada pela presença de indivíduos naturais do Uruguai ou da

<sup>49</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: 1ª Cível e Crime. Caixa: 010.728. Processo: 2030.

<sup>50</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: 1ª Cível e Crime. Caixa: 010.721. Processo: 1866.

<sup>51</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: 1ª Cível e Crime. Caixa: 010.715. Processo: 1743.

Argentina<sup>52</sup>, o que se pode observar nos relatos dos pecuaristas familiares entrevistados, pois muitos têm parentes uruguaios.

Seu Ugolino, com 78 e *meio* anos de idade, nasceu em 1933, no Passo das Pedras, na campanha. É o filho mais novo entre os 5 irmãos, 2 homens e 3 mulheres. Seus pais eram uruguaios, seu pai natural do Departamento de Salto e sua mãe do Departamento de Tacuarembó, e ambos os avós paternos e maternos também uruguaios. Quando questionado, seu Ugolino não sabe precisar os motivos que trouxeram seus familiares para o Brasil, mas se recorda que tinham residência no Brasil: “*Eram uruguaios. Vieram pra o Brasil depois, não é? Eles tinham o modelo 19*<sup>53</sup>, *mas eram uruguaios. Pai e mãe uruguaio*” (UGOLINO, dez. de 2011).

Seu Alcides nasceu em Rosário, isso porque, na época, seus pais estavam morando neste município. Seu pai é natural de Santana do Livramento, mas os seus avós paternos eram “castilhanos”, como se refere Seu Alcides, possivelmente uruguaios. A sua mãe e a família dela eram de Livramento. O seu pai fora carreteiro de uma venda no Porto Seco, localidade próxima à linha divisória (ALCIDES, dez. de 2011).

O pai de Seu Genuíno era brasileiro, mas a sua mãe é nascida no Uruguai, ao que ele relata:

*A minha mãe veio para ali quando casou, ela foi criada na linha divisória, lá onde tão aqueles eucalipto lá. Lá tem um morrinho, lá branquiando ali. Lá ela foi criada. Por sinal ela era, ela é uruguaia. A casa era bem em cima da linha. Então nascia lá naquelas épocas, ela tem 82 anos, aí ela casou e veio morar ali, mas ela era uruguaia, era tudo pertinho ( GENUINO, dez. de 2011).*

Como pode ser observado, a região é caracterizada pelo movimento imigratório nos dois sentidos desta fronteira. As dinâmicas dos movimentos populacionais se definem basicamente por fatores de atração (*push-factors*) ou de expulsão (*pull-factors*) (LEE, 1980<sup>54</sup> apud SANTOS et al., 2010). Existem áreas que se caracterizam por serem “expulsoras” e outras por serem as que recebem a massa migratória<sup>55</sup>. Para Mateo (1993), as fronteiras se caracterizam por serem áreas de intensos processos migratórios, para o autor, “migração e fronteira” são termos que estão intrinsecamente associados. Tendo em vista que os

<sup>52</sup>Uruguai e Argentina referem-se ao nome das localidades atuais onde o indivíduo era natural.

<sup>53</sup>*Modelo 19* é o nome do antigo registro de estrangeiros no Brasil, atualmente substituído pelo Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), documento que no Brasil atesta a identidade de indivíduos não brasileiros com residência temporária ou permanente no território da federação.

<sup>54</sup>LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980. p. 89 – 114.

<sup>55</sup>Certamente que o maior movimento migratório na região do Prata se deu com a chegada dos europeus na região, quando esta região exerceu o papel fortemente de atração para os europeus, mas também de expulsão das populações indígenas.

movimentos ocorrem nos dois sentidos, não necessariamente no mesmo momento, as zonas de fronteiras desenvolvem tanto o papel de atração como o de expulsão.

A presença dos imigrantes uruguaios para a região da Campanha é pouco documentada para o sistema agrário estudado, tendo em vista que não foram realizados censos populacionais ou semelhantes registros para o período. Uma boa maneira de compreender como estes indivíduos estavam presentes nesta sociedade é utilizando os dados extraídos dos processos crimes e cíveis referentes aos réus. As tabelas apresentadas nesta seção se referem aos dados dos processos crimes e cíveis dos eventos criminais ou cíveis praticados em Santana do Livramento referentes de 1859 a 1890. É importante salientar que os dados aqui apresentados se referem aos eventos registrados nos processos, logo, dizem respeito àqueles que chegavam ao conhecimento da polícia ou ao que a própria polícia tinha interesse em coibir. Foram excluídos do levantamento documentos como termos de bem viver, autos de falência, auto de corpo de delito, *habeas corpus*, mantendo apenas os processos nos quais houve, de fato, o julgamento ou os inquéritos policiais, em que o réu era apenas acusado, sem que houvesse sua condenação.

Para a elaboração da tabela 2, foram utilizadas as informações que os réus prestavam ao delegado, sendo que, de 275 réus existentes, foram excluídos aqueles que não tinham profissão, geralmente crianças, que nomearam sua profissão como *escravo* ou não havia a informação da profissão ou da nacionalidade no processo, totalizando uma amostra de 180 réus. A categoria profissão *escolarizada* inclui funcionários públicos e advogados, a categoria *artesão/mão de obra especializada* se refere àquelas como sapateiro, ferreiro, alfaiate, cozinheiro, etc. As categorias referentes às nacionalidades foram organizadas conforme as referências dos réus nos processos, embora nesta tabela as categorias *Uruguai* e *Argentina* se referem aquelas localidades que estão situadas no atual território destas repúblicas, como o caso de Corrientes, por exemplo.



Tabela 2 - Distribuição da profissão do réu pela nacionalidade (em %) - (Santana do Livramento, 1859-1890)

	Brasileiro		Português		Uruguaio		Argentino		Espanhol		Outras*		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Agricultor	6	5	0	0	1	5%	0	0%	0	0%	1	10%	8	4%
Fazendeiro	6	5	0	0	0	0	0	0	1	14	0	0	7	4
Criador	34	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	19
Peão/ campeiro	9	7	0	0	3	15	0	0	0	0	0	0	12	8,3
Comerciante comércio	5	5	2	40	1	4	1	10	5	72	2	20	16	8
Escolarizada	3	2	0	0		0	0	0	0	0	0	0	3	1,6
Feminina	3	2	0	0	1		0	0	0	0	0	0	4	2
Jornaleiro	27	21	0	0	12	52	9	90	0	0	4	35	52	29
Artesão/ mdo especializada	11	9	3	60	3	15	0	0	1	14	5	35	23	13
Policial/ guarda	14	11	0	0	1	4,5	0	0	0	0	0	0	15	8
Outras prof. masculinas	5	5	0	0	1	4,5	0	0	0	0	0	0	6	3
Total	123	100	5	100	23	100	10	100	7	100	12	100	180	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Notas: 201 processos crimes. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartório: 1ª Vara Cível e Crime

\*A categoria *Outras* se refere à: europeus do norte, italianos, norte-americanos e africanos.

n = numero de indivíduos.

Como pode ser verificado na tabela 2, os brasileiros são a maioria na amostra (68%), seguidos dos uruguaio (12%) e dos argentinos (5%). Observando a tabela, é possível perceber que os trabalhadores voltados para as atividades de pecuária são os brasileiros, os uruguaio e também os argentinos. No geral, a atividade de jornaleiro se referia àquele indivíduo que trabalhava também na pecuária. Conforme a literatura, *jornaleiro* se referia àquele trabalhador que trabalhava por dia/jornada, enquanto o *peão* poderia ser aquele que era o empregado permanente da estância (FARINATTI, 2010; GELMAN, 1992). Podemos inferir que o mesmo se aplicaria à realidade de Livramento, tendo em vista que os réus se identificavam destas distintas formas. Nas categorias *criador* e *fazendeiro*, os brasileiros são mais representativos, com a exceção de 1 espanhol, que se identificou como fazendeiro. Os italianos, que estão representados na categoria *outras*, estão concentrados nas ocupações de *artesão/mão de obra especializada*, que se referiam a profissões como sapateiros, marceneiro,

padeiro, etc., sendo que muitas delas eram atividades tipicamente urbanas. Os jornaleiros são os que mais aparecem nos processos como réus, seguido dos criadores, o que pode ser consequência do fato de que a Campanha era uma região tipicamente voltada para a atividade da pecuária. No entanto, pode-se verificar que, nesta sociedade, não existiam apenas peões e criadores; existiam, sim, outros indivíduos, com outras ocupações, que interagiam no cotidiano desta sociedade. Aparece um número pequeno de fazendeiros nessa tabela em função da natureza desta fonte, que sistematicamente sub-representa as elites.

### 6.3.1.2 Ocupações – livres e escravos

A tabela 3 se refere à distribuição das profissões entre os estatutos jurídicos dos indivíduos, quando as categorias analisadas são: escravo, livre, liberto e sem informação precisa. As categorias das profissões foram mantidas as mesmas da tabela anterior, embora, desta vez, tenham sido incluídos aqueles réus que responderam ter como profissão *escravo* e aqueles sobre os quais não havia a informação precisa, mantendo os *sem profissão* excluídos da amostra. É possível observar que os escravos estão poucos representados, representando menos de 10% dos réus registrados. No entanto, esta ausência dos escravos nos autos não significa que não havia escravos disseminados naquela sociedade, o que era mais típico é que conflitos envolvendo escravos como acusados fossem resolvidos diretamente pelos seus donos e somente os casos extremos, principalmente morte ou tentativa de morte, fossem levados ao conhecimento da polícia. Quando um escravo era réu em um processo, muitas vezes, ficava recolhido na cadeia civil ou, no caso de condenação, trabalhando em obras públicas e, nestas duas situações, o dono do escravo acabava perdendo mão de obra, portanto, isto explica, em parte, a pouca presença dos escravos como réus.

Em diferentes fontes primárias, é possível observar que muitos escravos tinham profissões especializadas, tais como pedreiro, cozinheiro, alfaiate, etc., para a região das charqueadas, existiam escravos com as seguintes profissões: salgador, tanoeiro, graxeiro e carneador. O escravo tipicamente ligado à pecuária era identificado como *campeiro*, os quais, muitas vezes, são identificados nas listas de inventários, matrículas ou nos autos dos processos, quando envolvidos em algum evento e deveriam prestar a sua identificação para o delegado ou juiz, como é possível identificar dois casos na tabela abaixo.

Tabela 3 - Distribuição das profissões dos réus conforme o estatuto jurídico do réu (Santana do Livramento, 1859-1890)

	Livre	Escravo	Liberto	SI	Total
Escravo	0	8	0	0	8
Agricultor/lavrador	7	1	0	0	8
Fazendeiro	9	0	0	0	9
Criador	37	0	0	1	38
Peão/campeiro	9	2	0	2	13
Comercio/comerciante	16	0	0	0	16
Escolarizada	4	0	0	0	4
Feminina	3	0	1	0	4
Jornaleiro	49	1	2	0	52
Artesão/ mdo especializada	22	2	0	0	24
Policial/guarda	17	0	0	0	17
Outras prof. masculinas	4	0	1	1	6
Sem Informação (SI)	48	6	0	15	69
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>268</b>

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 201 processos crimes. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartório: 1ª Vara Cível e Crime.

### 6.3.1.3 Padrões de criminalidade

A atividade policial é entendida como um elemento de conservação da ordem social. Estudando os eventos que chegavam ao conhecimento da justiça por meio dos autos de processos ou apenas de inquéritos, é possível compreender algumas características dos padrões de comportamento da vida social dos indivíduos deste sistema agrário, pois os eventos criminosos que aparecem nos autos de processos são aqueles que as pessoas consideravam importantes levarem ao conhecimento da polícia ou aqueles que a polícia considerava importante reprimir (BRETAS, 1991). A tabela apresentada nesta seção se refere à frequência dos eventos ocorridos em Santana do Livramento entre os anos de 1860 e 1888, mas não busca apresentar uma compreensão da realidade social da época, visto que os processos criminais se referem a uma parte da população e também porque as fontes criminais indicam, principalmente, tensões entre grupos e tendências de violência. Entretanto, é uma das poucas fontes nas quais é possível estudar parte da população pobre do século XIX. Nem todos os documentos eram processos, alguns se tratavam de inquéritos policiais, sendo que o crime não era levado a júri, mas, nesta pesquisa, foram considerados processos. Os documentos que se tratavam de corpo de delito, termo de bem viver, autor de indagações, execução de sentença não foram considerados na amostra. As categorias previamente estabelecidas da variável tipo de crime são: Homicídios, que incluem participação de

homicídios e acidentes levando à morte; Agressões, que incluem ferimentos provenientes de tiros com armas de fogo, de facadas, espancamentos, etc.; Crimes contra a propriedade, que incluem assaltos, roubos e furtos a casas, a lojas ou a própria pessoa; para os crimes contra a propriedade, elaboraram-se duas subcategorias: furto de gado *vacum* e de cavalares; Perturbação da ordem pública, que incluem vadiagens, desordens, desacatos e injúrias; Falsificação e Contrabando, que se tratam praticamente de cunhar/passar moedas falsas e contrabandos vindos do Uruguai. A categoria Outros se refere a crimes sexuais, curandeirismo, etc. As décadas se referem: 1860, para os anos entre 1860 e 1869; 1870, para os anos entre 1870 e 1878, e a década de 1880, para os anos entre 1880 e 1888; sendo para estas duas últimas apenas os anos pares.

Tabela 4 – Distribuição do evento violento por década da autuação  
(Santana do Livramento, 1860-1888)

	1860		1870		1880		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homicídios	17	21	14	28	13	21	44	23
Agressões	17	21	16	32	28	45	61	31
Crimes contra propriedade	16	20	3	6	3	5	22	12
Perturbação da ordem pública	8	10	4	8	3	5	15	8
Falsificação/contrabando	9	11	6	12	2	3	17	9
Furto de gado <i>vacun</i>	7	8	5	10	10	16	22	12
Furto de cavalos	1	1	1	2	2	3	4	2
Outros	5	6	1	2	0	0	6	3
Total	80	100	50	100	61	100	191	100

Fonte: Elaboração do autor (2012)

Nota: 201 processos crimes. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartório: 1ª Vara Cível e Crime.

Conforme a tabela 4 é possível observar que os crimes de homicídios e de agressões são os que mais chegavam ao conhecimento da polícia nos três períodos analisados. Os crimes de *falsificação/contrabando* diminuíram na década final, possivelmente não porque os contrabandos tenham diminuído, mas porque é muito possível que a polícia estivesse mais preocupada em conter a população local. Observando a década de 80, é possível constatar que as *agressões* foram as que mais foram registradas (45%), possivelmente pelo aumento da população, em parte decorrente do fim da escravidão e pela intolerância por parte de muitos estancieiros de indivíduos que viviam em suas terras, quando, certamente, ocorreu uma tensão social entre os grupos. Os crimes referentes a furto de gado *vacum* também passaram a ser mais representativos na década de 80, o que também poderia caracterizar o prelúdio das tensões decorrentes das mudanças proporcionadas pelos novos tempos: fim da escravidão,

cercamento dos campos e intolerância dos estancieiros com as pessoas morando informalmente em suas terras. Porém, é interessante salientar que os crimes de “furtos de gado” não diziam respeito apenas aos mais pobres ou a simples peões: em 1890, chega à polícia a denúncia que José Munhoz de Camargo, *criador e proprietário*, morador do 5º quarteirão, havia apartado do rebanho da vítima 2 reses e as levou pelo passo do Guedes, segundo disseram as testemunhas<sup>56</sup>. Caso semelhante, envolvendo apenas criadores e proprietários, foi uma denúncia que, em 1864, chegou ao conhecimento do Delegado referente a um vizinho que furta reses das criações alheias limítrofes: Ignácio Carpilheira, brasileiro, *criador e proprietário*, com 45 anos de idade, morador do 3º Distrito, no local denominado Ibirapuitã, foi acusado de furta reses dos seus vizinhos: Dona Firmina Vargas, Joaquim José de Vargas, João Francisco Ilha, João Ayres da Costa e João Pires Maciel, todos moradores do 3º distrito, *criadores e povoadores, moradores e proprietários*, conforme designa o escrivão<sup>57</sup>.

### 6.3.2 Ecosystema cultivado

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), o *ecosistema cultivado* possui uma organização composta por vários subsistemas que são complementares entre si e também organizados de forma proporcional, por exemplo: “[...] as hortas, as terras cultiváveis, os campos de ceifas, as pastagens e as florestas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.72). As características ambientais do ecossistema em que se desenvolveu o *Sistema Agrário Pecuária de Corte Extensiva Tradicional* já foram abordadas no capítulo no qual se apresentou a leitura da paisagem e, no que se refere à forma de cultivar este ecossistema, muitas das suas características já foram apresentadas ao longo deste trabalho, porém sem que houvesse uma abordagem específica. Portanto, a forma de organização para o cultivo deste ecossistema será apresentada enfocando seu funcionamento de maneira geral a evitar repetições de questões já abordadas em outros capítulos. Embora se apresente o funcionamento da organização deste ecossistema de uma forma geral, é interessante salientar que o período no qual se desenvolveu este sistema agrário estudado foi perpassado por um aprimoramento de técnicas e mudanças estruturais que incidiram na forma de explorar o seu ecossistema.

---

<sup>56</sup> Este documento se trata de um Inquérito Policial. APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 732. Processo: 2140.

<sup>57</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1593.

### 6.3.2.1 O Sistema de criação

No período inicial das atividades de pecuária nas estâncias, mesmo que as técnicas ainda se mostrassem rudimentares, a atividade campeira não estava resumida a deixar o gado solto no campo e juntá-lo apenas quando necessário. Era necessário um cuidado diário, sobretudo para impedir que o gado se evadisse pelo campo durante o dia e nos períodos noturnos para que não fosse furtado (SBARRA, 1964; FARINATTI, 2007). Como a criação era realizada em estâncias que não eram cercadas, o gado se evadia seguidamente misturando-se com os rebanhos de outros criadores e, nas épocas de secas, costumava se afastar em busca de melhores pastagens e água, além disso, nestas ocasiões de secas, os arroios e outros cursos de águas naturais, que antes se prestavam como barreiras naturais, tendiam a baixar seu nível, facilitando o deslocamento dos animais (SBARRA, 1964; FARINATTI, 2007).

No momento inicial deste SA, o gado bovino, mesmo pertencente a algum criador, encontrava-se em um estado de semidomesticação, assim, era necessário mantê-lo o mais acostumado a um mesmo local possível (aquereciado), pois, muitas vezes, quando estes animais se afastavam, muitos se tornavam novamente xucros. Uma forma aplicada pelos estancieros para manter este gado a um determinado local foi aproveitar o hábito destes animais de se manterem reunidos em rebanho no período noturno. Portanto, nas estâncias primitivas, os primeiros *posteiros* organizados de forma a manter o gado reunido se tratavam da prática do “aquereciamento”, que consistia em escolher um local preferencialmente seco e alto, para evitar a formação de barro, em que o rebanho – ou mais de um rebanho – seria reunido no momento do por do sol. Além disso, no chão, eram cravados firmes postes (mourões) para servirem de atrativos para os animais, visto ser o Pampa um local de poucas árvores. Estes postes serviam para o animal se coçar, principalmente na primavera, quando, então, estavam em época de trocar pelos e lhes dava uma imensa comichão que aliviava ao se roçarem contra estes postes (SBARRA, 1964). Outros locais muitas vezes escolhidos para servirem como os primeiros *posteiros* eram o encontro entre dois cursos d’água que formavam rincões e limitava a passagem do gado para outros locais. Na campanha bonaerense, no Período Colonial, os animais eram divididos em rebanhos (rodeio) que não passavam de 2.500 ou 3.000 reses sob pena de se dispersarem (GARAVAGLIA, 1999). Consoante Sbarra (1964), o processo de “aquereciamento” levava em torno de 3 ou 4 meses e, uma vez o gado acostumado, este voltava ao lugar do posto. Nas maiores estâncias, a quantidade de postos existia quantos fossem necessários, podendo haver de um a dois rebanhos cada, e ficavam aos

cuidados de um trabalhador que morava no local do posto. Este trabalhador era conhecido como *posteiro* no Rio Grande do Sul e *capataz* na Argentina e Uruguai (MONSMA, 2011).

Além da distribuição em postos, o manejo dos rebanhos também demandava alguns momentos em que o gado era reunido para tratar de bicheiras, realizar a castração e a marcação, organizar as tropas e também separar o gado que se misturava com os rebanhos de outros criadores. Em 1884, Manoel Ramos Soares, criador, casado e residente do 4º distrito de Santana do Livramento, entrou em um conflito violento com um vizinho, também criador, na ocasião em que este estava “parando rodeios” em sua propriedade. De acordo com a explicação da vítima ao Delegado, é possível apreender algumas características desta prática:

[...] tendo a algum tempo a esta parte, escrito um bilhete a Valentin Trindade pedindo rodeios, como se costuma fazer entre vizinhos, quando se deseja procurar animais extraviados, aquelle lhe respondera em seu mesmo bilhete que quando parasse rodeios para capar touros, se quizesse ir, que fôsse [...] <sup>58</sup>.

Como é possível verificar, “parar rodeios” era o momento em que o gado bovino era reunido para a realização de diferentes atividades de manejo da criação, fosse para castrar ou apenas para separar o gado misturado entre rebanhos de diferentes donos. A marcação e a castração eram realizadas preferencialmente nos meses mais frios do ano, no outono até o início da primavera, para que as feridas decorrentes destas atividades não ocasionassem bicheiras mais comuns nos períodos de aumento da temperatura (FARINATTI, 2007).

Conforme observado nos inventários, o sistema de criação era composto por espécies diferentes: bovinos, cavalares, ovinos e uma pouca referência a suínos – o que não significa a inexistência destes últimos animais referidos nos estabelecimentos, mas que apenas não foram inventariados. A distribuição em lotes e sua forma de manejo pouco foram apreendidas nas fontes, porém se verificou que os animais, ao serem inventariados, eram referidos como xucros ou mansos, podendo ser cavalares ou bovinos, isto sugere que estes eram separados em rebanhos diferenciados. Além disso, os animais bovinos foram diferenciados entre reses de criar, novilhos, bois mansos, touros e novilhos, e vacas de invernar. Contudo, é possível que os animais para invernar passaram a ser manejados em lotes separados no período mais próximo do final deste sistema agrário, a partir de 1870, refletindo o incipiente processo de modernização que estava se estabelecendo na pecuária. Visto que as referências a animais de invernar nos inventários constam apenas a contar de 1870 e as poucas referências à existência de *invernadas* ou de *campos de invernar* nos bens imóveis

---

<sup>58</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento Subfundo: 1ª Cível e Crime. Caixa: 725. Processo: 1970. Ano: 1884.

inventariados também são a partir desta época, como pode ser observado no inventário de Maria do Carmo Alves Saldanha, realizado em 1879: “Neste campo ha huma envernada dividida por serca de arame, que vai da divisa de Manoel de Oliveira Canabarro e do Tenente Coronel José Antonio Martins limitando-se com o arroio Sarandi na divisa do dito Canabarro”<sup>59</sup>. É interessante salientar que estamos referindo à nomenclatura invernar e não à prática de engordar o gado para o abate, tendo em vista que esta prática sempre deve ter existido.

Os estabelecimentos, além da casa de moradia, que poderiam ser ranchos cobertos de palhas ou casas de pedras, dispunham também de manguieiras de pedras ou de pau a pique e algum galpão. Além disso, foram observadas pouquíssimas referências a currais e apenas uma referência à existência de um açude.

#### 6.3.2.2 *O sistema de cultivo*

Consoante Dufumier (1996<sup>60</sup> apud COTRIM, 2003), o sistema de cultivo é entendido como a combinação entre a força de trabalho e meios de produção necessários para produzir uma ou mais produções de vegetais. Referente ao sistema agrário estudado, as informações acerca da produção de vegetais ainda necessitam de uma maior abordagem pela literatura, no entanto, algumas características podem ser apreendidas por meio das fontes primárias e da literatura.

Segundo Farinatti (2010), nas cercanias do núcleo urbano do município de Alegrete, existiam uma quantidade de estabelecimentos cuja atividade principal era a agricultura, em alguns casos, produzida consorciada com a produção pecuária. Estes estabelecimentos variavam de tamanho, mas, no geral, eram menores que as estâncias de criação. Alguns destes estabelecimentos, nomeados de chácaras, pertenciam a lavradores mais modestos ou, então, a grandes criadores de gado que utilizavam estas parcelas para a produção de alimentos a ser consumido na estância. Nos estabelecimentos de criação, em alguns casos, havia o cultivo de trigo, feijão, mandioca e milho para o autoabastecimento e, no caso de produzirem algum excedente, este era comercializado.

Para Santana do Livramento, possivelmente, não seria tão diferente, tendo em vista que, nos processos crimes, e inventários é recorrente a referência à existência de

---

<sup>59</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento Subfundo: Vara de Família Caixa: 772. Inventário: 311. Ano: 1879.

<sup>60</sup> DUFUMIER, M. **Les projets de Développement Agricole**. Paris: CTA/Éditions Karthala, 1996.



chácaras<sup>61</sup> próximas à vila, embora nem sempre fique clara qual a produção desenvolvida nestes estabelecimentos. Nas ocupações observadas nos processos crimes, entre os réus e vítimas, foram observados 12 indivíduos, cujo estatuto jurídico era o de livre, que se identificaram como: *lavrador*, *plantador*, *agricultor* e também como *lavrador e criador*. Como pode ser observado, existia uma categoria de produtor cuja principal ocupação era as atividades voltadas à agricultura, e estes nem sempre estavam estabelecidos nas regiões próximas à vila, alguns informaram residir em localidades mais afastadas do núcleo urbano, como Passo do Guedes e Ibicuihy. É possível que muitos destes agricultores também desenvolvessem atividades de jornaleiros na lida com a pecuária nas estâncias como forma de aumentar seus ingressos, como é possível observar no depoimento da testemunha Francisco Nunes da Silva, 50 anos de idade, solteiro e agricultor:

[...] que no dia 25 de abril, achando elle testemunha trabalhando em um rodeio que Valentin Trindade havia feito parar em campo de sua propriedade, em occasião que estavam mudando de cavallos as pessoas que trabalhavam no mesmo rodeio, sendo elle testemunha o que laçava os cavallos para a muda vio que no mesmo rodeio chegava o individuo Manoel Ramos Soares [...] <sup>62</sup> [grifo meu].

As atividades de cultivo não estavam isoladas apenas nos pequenos estabelecimentos e em mãos destes lavradores. Observando os dados extraídos dos inventários, é possível verificar que existiam estabelecimentos que desenvolviam criação de gado *vacum* e com alguma produção de cultivo – embora não seja possível mensurar a dimensão e finalidades destas produções. Observando em todos os inventários da amostra de indivíduos que criavam gado *vacum*, foi possível identificar alguns instrumentos e equipamentos agrícolas entre os bens arrolados e que demonstram a presença deste tipo de produção, além disso, em alguns inventários, o arvoredo e/ou pomar de frutíferas também era avaliado, possivelmente apenas quando era de tamanho mais significativo.

---

<sup>61</sup>A palavra chácara, possivelmente, era utilizada para designar propriedades menores nos subúrbios da cidade, no sentido de sítio; mas também caracterizavam as plantações existentes dentro do estabelecimento. Para esta última acepção da palavra, foi observado este uso nas fontes primárias e também nas entrevistas realizadas com os pecuaristas familiares.

<sup>62</sup>APERS. Fundo: Santana do Livramento Subfundo: 1ª Cível e Crime. Caixa: 725. Processo: 1970.

Quadro 5 – Quantidade de instrumentos agrícolas inventariados - Santana do Livramento (1859 – 1881).

Tafona	Moinho*	Machado	Enxada	Arado/ferro de arado**	Foice de trigo	Outros	Total
2	3	14	17	9	1	7	45

Fonte: Elaboração da autora, 2012.

Nota: 95 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartórios: 1ª vara Cível e Crime, Cartório Provedoria e Vara de Família.

\* Foram observados: 1 moinho de corda, 1 moinho de mão e 1 sem especificação.

\*\* Entre os arados foi observado a distinção de arado charrua e arado americano.

Estes instrumentos agrícolas apresentados no quadro 8 se referem àqueles que foram inventariados no período, pois, segundo Farinatti (2010), eram inventariados apenas aqueles instrumentos que possuíam pedaço/ponta de metal. Neste caso, poderia haver ainda alguns instrumentos feitos de madeira e que não foram arrolados nos bens inventariados. Os instrumentos agrícolas estavam distribuídos entre as distintas categorias de tamanhos de rebanhos, porém os arados (ou ferro de arado) estavam concentrados apenas entre aqueles que possuíam rebanhos maiores de 500 reses de criar.

Em 1881, Fermina Pereira Leal faleceu, deixando os seguintes bens, além de duas casas na cidade e 4 escravos:

Um quarto mais ou menos de legoa de campo, sito no 1º Distrito d'este termo, na costa do Ibirapuitam, todo cercado de cerca de pedra.

Um estabelecimento novo, sito no mencionado campo, casa de pedra coberta de capim, com cercado e mangueira de pedra.

Uma casa velha, antigo estabelecimento do campo acima, com cercado de arame, servindo de chácara para as plantações.

Uma chácara, rancho de capim nos suburbios da cidade.

[...]

41 Quarenta e uma vaccas de invernar,

39 Trinta e nove bois mansos,

341 Trezentos e quarenta e uma reses de criar,

43 Quarenta e trez novilhos

569 Quinhentos e sessenta e nove ovelhas,

26 Vinte e seis cavallos mansos,

4 Quatro egoas<sup>63</sup> [grifo meu].

Em 1859, Joaquim dos Santos Padilha<sup>64</sup> foi intimado para comparecer ao Juiz e proceder à abertura do inventário, visto sua esposa, falecida em 1852, e eles possuírem 6 filhos menores de idade. Entre os bens inventariados, Joaquim e sua esposa possuíam 3

<sup>63</sup>APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família Caixa: 774. Inventário: 337. Ano: 1881.

<sup>64</sup>Joaquim dos Santos Padilha se trata do mesmo indivíduo citado como denunciante em um processo crime referente a furtos de ovelhas.

escravos adultos, 9 escravos crianças, uma casa coberta de palha, uma casa coberta de telha, uma mangueira, cercado e mais benfeitorias, e 38 quadras de campo mais ou menos. Dentre estes bens, o que mais nos interessa é que Joaquim possuía *1.000 reses de criar e 400 ovelhas* e outros animais de quantidades menos expressivas, *2 machados, 2 arados, 4 enxadas e 1 carreta usada*.

Nas duas situações apresentadas, na de Fermina Leal e na de Joaquim Padilha, é possível verificar que ambos os estabelecimentos agrícolas desenvolviam a atividade de pecuária de gado bovino, com uma produção de tamanho médio, e, paralelamente, desenvolviam atividades de cultivo no estabelecimento. No inventário de Fermina Leal, não foram arrolados instrumentos agrícolas, porém, na descrição do campo, verifica-se a descrição de uma chácara de plantação que era cercada por arame. No inventário de Joaquim Padilha, embora não esteja descrita de semelhante forma como a atividade de cultivo era desenvolvida ou localizada, este criador possuía, além de ferramentas, como a enxada; dois arados, sendo assim, é possível supor que ele produzia parcelas de cultivo em seu estabelecimento. Portanto, como pode ser observado, o sistema de cultivo desenvolvido em Santana do Livramento poderia ser em propriedades menores, possivelmente apenas com esta produção, ou conjugado com a criação de gado *vacum* e mesmo em estâncias maiores.

No Relatório realizado pela Câmara Municipal de Santana do Livramento, em 1858, além das informações referentes à criação e mão de obra empregada nesta atividade, a Câmara enviou também um documento intitulado *Quadro demonstrativo das oficinas mecânicas e productos do Município de Sant'Anna do Livramento do ano de 1857 e de janeiro a 30 de junho de 1858*. Neste documento, foi listada a quantidade de oficinas de alfaiataria, carpintaria, sapataria, ferraria, funilaria, marcenaria, ouvires; 4 olarias de tijolos e telhas, e *1 fábrica de farinha de mandioca*. Referente à produção de produtos, além das crias gado, neste período, o município produziu, em produtos agrícolas, um total de: 6 mil alqueires de trigo, 5 mil alqueires de feijão, 2 mil alqueires de milho, 4 mil alqueires de cevada e 500 alqueires de farinha de mandioca (SANTANA DO LIVRAMENTO, 1858). Portanto, novamente, observa-se que, neste sistema agrário, havia uma combinação entre as atividades de criação e de cultivo.

### 6.3.3 Sistema social produtivo

O sistema social produtivo de um sistema agrário é formado por uma combinação particular de um número limitado de *tipos de estabelecimentos*, os quais podem ser definidos a partir de:

- a) uma reagrupação das unidades produtivas conforme o sistema de produção praticado por elas;
- b) uma classificação das unidades de produção agrícolas que praticam o mesmo sistema de produção, de acordo com a categoria social a qual pertencem.

Portanto, para compreender os principais tipos de estabelecimentos existentes neste sistema agrário, a análise focaliza somente os estabelecimentos que praticavam a criação de gado *vacum*. Neste contexto, só havia um sistema de produção de gado *vacum*, a criação em campos abertos, discutida acima. Após esta seleção, busca-se compreender quais as categorias sociais a que os estabelecimentos agrícolas pertenciam, utilizando os seguintes critérios: a dimensão do estabelecimento, o modo de acesso à terra e o estatuto social da mão de obra empregado no estabelecimento (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir da combinação das categorias sociais observáveis com o sistema de produção praticado pelos estabelecimentos, foi identificada, neste sistema agrário, uma complexidade de tipos de estabelecimentos, que variavam quanto à dimensão do estabelecimento, modo de acesso à terra e o estatuto social da mão de obra.

O sistema social produtivo deste sistema agrário se caracteriza de forma mais complexa do que a existência de estabelecimentos agrícolas em que o sistema de criação é realizado apenas em grandes estâncias, cuja terra é de propriedade do grande estancieiro. Neste sistema agrário, é possível verificar a existência de estabelecimentos agrícolas pertencentes a diferentes categorias sociais, que podem ser assim compreendidas:

Quadro 6 – Principais categorias sociais dos estabelecimentos agrícolas (sistema de criação de gado bovino) - SA Pecuária Extensiva de Corte Tradicional – Santana do Livramento (1800 – 1880).

		<b>Estatuto social da mão de obra*</b>	<b>Modo de acesso a terra</b>
<b>Dimensão</b>	Grande	Assalariada e escrava (1)	Doação da Coroa (sesmaria), Compra, Arrendamento, Herança, ou Posse
	Médio	Assalariada e/ou escrava (2)	Instalação em terras alheias (agregado, capataz, posteiro, etc.), Compra, Arrendamento, Herança, ou Posse
		Familiar e assalariada (3)	
		Familiar e escrava (4)	
	Pequeno	Familiar e escrava (5)	Instalação em terras alheias (agregado, capataz, posteiro, etc.), Compra, Arrendamento, Herança, ou Posse
		Familiar (6)	

Fonte: elaboração da autora, 2012.

Nota: \* Apenas a mão de obra permanente da propriedade, excetuado os trabalhadores sazonais e cooperação entre vizinhos.

Quando observando as unidades produtivas apenas conforme a dimensão do rebanho e o estatuto social da mão de obra empregada, verifica-se a existência de, pelo menos, 6 tipos diferentes de categorias sociais. Porém, se observarmos estas mesmas 6 categorias pela perspectiva do modo de acesso à terra, o grau de variabilidade possível das categorias sociais a que os estabelecimentos poderiam pertencer se torna ainda mais complexo. Não é possível verificar exatamente a quantidade de ocorrências destas combinações no período estudado, mas, sabendo-se que se todos os indivíduos que pertenciam às 6 categorias sociais observadas podiam ter acesso à terra por meio de *compra, arrendamento, herança e posse*, é possível verificar que havia um leque muito maior de categorias sociais de estabelecimentos agrícolas. Por exemplo, um criador médio que emprega no estabelecimento agrícola a mão de obra familiar e escrava, mas está acessando a terra na condição de agregado, certamente não é entendido como pertencente à mesma

categoria social de outro criador médio, com o mesmo tipo de mão de obra, mas cuja terra é de sua propriedade.

Portanto, neste sistema agrário, é possível verificar a existência de estabelecimentos agrícolas que pertencem a diferentes categorias sociais, que podem ser compreendidas a partir destes critérios:

- a) quanto a dimensão do estabelecimento: considerando apenas os estabelecimentos que praticam o sistema de criação de gado *vacum*, estes se distinguem entre os seguintes tamanhos de rebanhos: pequenos (até 300 reses), médios (de 300 até 1.000 reses) e grandes (mais de 1.000 reses);
- b) quanto ao modo de acesso à terra: no início do sistema agrário, o modo de acesso à terra era por meio da posse simples, doação da Coroa (sesmaria), compra e arrendamento. Na segunda metade do século XIX, o modo de adquirir a terra era apenas com a compra. Porém, existiam diferentes maneiras para acessar a terra para que se pudesse produzir, e, na análise apresentada, verificou-se a existência de duas distintas categorias de produtores: os *proprietários* – que acessavam a terra por meio da compra ou herança, e os *não-proprietários* – que acessavam a terra por meio da posse informal, de arrendamentos ou se instalavam em terras alheias na condição de agregado, posteiro, capataz ou outro tipo de trabalhador;
- c) quanto ao estatuto social da mão de obra: Os estabelecimentos agrícolas se distinguem, principalmente, por diferentes tipos de combinação de mão de obra: estabelecimentos que produzem com mão de obra assalariada em combinação com mão de obra escrava, estabelecimentos que produzem com mão de obra familiar em combinação com mão de obra escrava e estabelecimentos que produzem apenas com mão de obra familiar.

Abaixo, serão discutidos estes critérios de classificação com maior detalhe.

### 6.3.3.1 Dimensão dos estabelecimentos: caracterização geral da produção

A região onde se localiza o município é reconhecida pela sua tradição na pecuária, portanto, nesta seção, serão apresentadas análises quantitativas com o intuito de compreender o potencial produtivo dos estabelecimentos rurais do município, dada a distribuição existente das terras e a organização da produção na época. Para caracterizar a dimensão dos estabelecimentos agrícolas no sistema agrário estudado, serão explorados dois tipos de fontes, censo agrário e inventários *post-mortem*. Inicialmente, utilizando os dados do Censo de 1858, realizado pela Câmara Municipal de Santana do Livramento, procurou-se realizar uma análise descritiva observando as características gerais da produção pecuária no município. As unidades de análise são as unidades de propriedade, que no censo são enumeradas conforme o nome do proprietário ou proprietários. Sendo assim, para este censo, cada unidade de análise se refere a uma unidade de propriedade, embora possa haver mais de um estabelecimento produtivo nesta unidade e o censo não inclui esta informação. As variáveis analisadas para os tipos de animais foram retiradas conforme estavam arroladas no censo: cria anual de *vacum*, cria anual de lanígeros, cria anual de muares e cria anual de cavalares.

Tabela 5 - Estatística descritiva da atividade pecuária de Santana do Livramento, por cria anual (1858)

	Lanígeros	Muares	Cavalares	Vacuns
Soma total de animais	11892	1071	7580	33789
Número de produtores por tipo de animal	78	39	115	125
% dentre todos os produtores	61,9%	31,0%	91,3%	99,2%
Quantidade mínimo entre produtores por tipo de animal	12	3	5	20
Quantidade máximo entre produtores por tipo de animal	1200	188	410	1968
Média entre produtores por tipo de animal	152,5	27,5	65,9	270,3
Mediana entre produtores por tipo de animal	100	15	40	140

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: Relatório da Câmara Municipal. AHRS. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

De acordo com a tabela, 5 é possível constatar que o município se especializava, sobretudo, na produção de gado *vacum*. Todos os 126 produtores, menos um, produziam bezerras no ano do censo. O município produziu quase 34.000 crias de gado *vacum* naquele ano, que é mais que a soma de todos os outros tipos de crias. Em segundo

lugar, estava a produção de ovelhas, com quase 12.000 crias por ano, seguida pela produção de cavalos, com, aproximadamente, 7.500 crias por ano. Em último lugar entre as variáveis disponíveis neste censo, havia a produção de um pouco mais de 1.000 crias de mulas. Entretanto, a distribuição das produções é um tanto diferente se olharmos a percentagem de produtores de cada tipo de animal, entre o universo total de produtores de animais. Neste caso, a produção de cavalos está em segundo lugar, com 91% dos produtores com crias de cavalos no ano. Isso se explica pela importância do cavalo como instrumento de trabalho na época. Quase todos os produtores rurais tinham cavalos, e a grande maioria tinha um número suficiente de ambos os sexos para produzir algumas crias no ano, ao menos, para o trabalho no estabelecimento.

A média de crias de gado *vacum* (270) é bem maior que as médias dos outros tipos de crias. Em segundo lugar, está o número médio de crias de ovelhas, 152, seguido pela média de crias de cavalos, 66, e, finalmente, a média de crias de mulas, 28. A média é a medida de centralidade mais usada, mas pode não ser a melhor maneira de representar o produtor típico, devido à influência dos valores extremos. No entanto, se observarmos as quantidades extremas entre aqueles que produziam gado *vacum*, o número de crias varia de 20 a 1968, entre os produtores de ovelhas, varia de 12 a 1200, entre os produtores de cavalos, de 5 a 410, entre os produtores de mulas de 3 a 188. Para uma variável distribuída com cauda maior por um lado, como é o caso do número de crias de animais, a mediana caracteriza melhor o produtor típico, porque é o meio da distribuição (entre os produtores com cada tipo de animal). Quando examinarmos as medianas, a posição relativa da criação de cada tipo de gado continua o mesmo, mas, em cada caso, a mediana é menor que a média, devido à forte influência dos grandes produtores na média. A mediana de crias de gado *vacum*, 140, por exemplo, é um pouco mais da metade da média, ou seja, neste caso, os grandes produtores, que são poucos, pesam muito no cálculo da média. Não há valores extremos no outro sentido, porque o valor mínimo é limitado à zero, porque não é possível a produção negativa de crias de animais. Portanto, a média entre os produtores não seria a melhor maneira de caracterizar o produtor típico de Santana do Livramento.

O Censo organizava de forma nominal os criadores distribuídos conforme o quarteirão onde os estabelecimentos estavam situados. Com a finalidade de compreender um pouco mais das características gerais deste sistema agrário, procedeu-se a uma análise para compreender a distribuição dos estabelecimentos de acordo com os quarteirões.



Tabela 6 - Estatística descritiva da criação de gado vacun (cria anual) distribuída por quarteirão (Santana do Livramento - 1858)

	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	Total Geral
Quantidade de unidades produtivas	11	22	14	18	8	13	21	18	125
Soma total de animais	1.123	4.897	2.919	7.067	4.032	1.065	5.468	7.068	33.639
% de animais dentro do total município	3.3%	14.5%	8.6%	20.9%	11.9%	3.6%	16.2%	20.9%	100%
Média	102,9	222,6	208,5	392,6	504,0	93,5	260,4	392,7	268
Mediana	87	165	112,5	310	445	100	180	105	135

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: Relatório da Câmara Municipal. AHRS. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Na tabela 6, referente somente aos criadores de gado *vacum*, é possível verificar que as médias variam bastante entre os quarteirões. Os quarteirões 4° e 9° têm médias de somente umas 100 crias, ao passo que, no outro extremo, o quarteirão 8° tem uma média mais de cinco vezes maior. Entre esses extremos, os outros quarteirões têm médias de entre 200 e 400 crias. No 4° e 9° quarteirão, é possível observar que a mediana se apresenta próximo à média, sugerindo que a distribuição é simétrica, no entanto, nos quarteirões 5°, 6°, 7°, 8°, 10° e 11°, a mediana é significativamente menor que a média, sugerindo que as distribuições não são simétricas, tendo caudas mais grossas no lado dos produtores maiores. Se observarmos o 8° quarteirão, que apresenta uma média de 504 e uma mediana de 445, poderíamos concluir que, neste quarteirão, há uma distribuição relativamente simétrica, sugerindo que este quarteirão concentra grandes produtores se levarmos em consideração que o 8° quarteirão tem uma abrangência de 08 unidades produtivas e concentra 11,9% do rebanho de crias anuais do município, com um total de 4.032 crias anuais, sobretudo se comparado ao 5° quarteirão, o qual concentra 14,5% e abrange 22 unidades produtivas. O quarteirão 11° apresenta uma média de 392 e uma mediana 105, neste caso, é possível concluir que a distribuição é assimétrica e que a cauda fica acentuadamente mais grossa no lado dos grandes criadores. As distribuições assimétricas dos números de crias de cada tipo de animal indicam a desigualdade na distribuição da terra e a presença de alguns grandes criadores, com peso desproporcional no cálculo das médias.

Deve haver distintas explicações para a concentração de grandes produtores em determinado quarteirão e de menores em outro. Uma possibilidade a ser considerada é o

acesso a recursos naturais, provavelmente os grandes criadores acessavam pastos melhores, com melhor qualidade de pastagens e com acesso à água, principalmente se levando em conta que os quarteirões estão localizados ou distribuídos conforme a geografia do município. É lógico que a distribuição dos recursos naturais influencia no acesso a terras para a produção, e, neste aspecto, as informações prestadas “pelos principais estancieiros” esclarecem um pouco a influência destes recursos naturais para a produção: para a criação em campos de primeira qualidade, sendo de 3 léguas, podem comportar 5.000 reses, 3.000 cavalos e 1 rebanho de ovelhas para consumo, mas, para se criar a produção que vem deste número, é necessário que, anualmente, retire-se a terça parte do gado. Já para campos de segunda qualidade, pode-se conservar 5.500 animais, cortando a produção pela 4ª parte e para campos de má qualidade cortando a produção pela 5ª parte (SANTANA DO LIVRAMENTO, 1858). Além disso, a paisagem desempenhava um papel fundamental para a organização do rebanho e distribuição de mão de obra, segundo o mesmo relatório,

[...] os campos limitados por arroios fortes facilitão o serviço da estancia e dispensão peões que, alem do numero dado, nos campos abertos moram em postos tantos quantos forem precisos<sup>65</sup>.

Para este momento da pesquisa, não é possível identificar a localização exata destes quarteirões para poder compreender a distribuição dos recursos naturais, visto que, atualmente, o município está organizado administrativamente em distritos. A única referência verificável foi a fazenda que pertenceu a David Canabarro, da qual ainda existem as ruínas e é ponto de referência no município. No entanto, a partir destas análises, é possível perceber algumas características da região para uma posterior comparação com outros dados e elaborar uma caracterização da região, sobretudo da produção pecuária à época e sua relação com a paisagem.

Outra possibilidade de compreender algumas características dos estabelecimentos é com os dados levantados nos inventários *post-mortem*. Portanto, utilizando esta fonte primária, pretende-se, inicialmente, caracterizar a composição dos rebanhos para o período. Embora já discutido na metodologia, é interessante salientar que as categorias para os tipos de animais apresentadas na próxima tabela, tabela 7, foram organizadas a partir das nomenclaturas referidas nos inventários (vide apêndice H).

---

<sup>65</sup>Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Tabela 7 - Distribuição de tipos de animais no rebanho total por período (Santana do Livramento, 1859 - 1881)

	1859- 61(a)	%	1869- 71(b)	%	1879- 81(c)	%
Reses de criar	13.099	66	18.770	70	9.879	55
Novilho	298	1,5	1.726	6	1.866	11
Boi manso	231	1	300	1	240	1,3
Outros vacunos	0	0	400	1,5	121	0,6
Cavalares	2.487	13	2.594	10	2.304	13
Burros/Mulas	73	0,5	117	0,5	60	0,1
Ovelhas	3.622	18	2.949	11	3.070	19
Total	19.890	100	26.856	100	17540	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 94 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. cartórios: 1ª vara Cível e Crime, Cartório Provedoria e Vara de Família.

Obs: Para cada período havia 1 criador que não possuía “reses de criar”.

(a) 27 inventários, (b) 34 inventários e (c) 33 inventários.

Os dados da tabela 7 caracterizam a tendência geral da composição dos rebanhos do município de Santana do Livramento. Observando a distribuição dos tipos de animais, a posição relativa da criação de cada tipo de gado mais produzida neste momento evidencia a mesma tendência já discutida no censo: as *reses de criar* estão em primeiro lugar, as *ovelhas*, em segundo lugar, e, em terceiro lugar, os *cavalares*. No entanto, algumas questões merecem ser levantadas: as diferenças mais significativas observadas na tabela nº 7 se referem às categorias *novilhos* e *outros vacunos*, visto que passam a compor estes rebanhos de maneira significativa para a década de 70 e 80. As primeiras “incompreensões” encontradas na tabela se referiam ao fato da quantidade de novilhos ter aumentado para estas duas décadas. A primeira impressão é que a especialização da pecuária já se fazia significativa nesta ocasião, quando então muitos criadores poderiam estar se especializando no engorde de novilhos.

No entanto, este crescimento vertiginoso da criação de novilhos para o período de 1869-71 se explica porque havia na amostra dois inventários de grandes criadores, que juntos concentravam 1.142 dos 1.726 novilhos inventariados, ou seja, mais da metade pertencia a eles. O que explica também o crescimento significativo das reses de criar para o mesmo momento. Além disso, a categoria *outros vacunos* desta época é referente a 400 *vacas de invernar* pertencente à Euzebia Ilha Pires<sup>66</sup>, ou seja, a apenas uma criadora, uma entre os dois que criavam novilhos. Para 1879 a 81, é observado um decréscimo para as *reses de criar*,

<sup>66</sup>Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família (ex-órfão).Caixa: 010.0272. Processo:175.

possivelmente refletindo as mudanças estruturais ocorridas na Campanha para a ocasião: elevação do preço da terra, fechamento da fronteira fundiária e consequente diminuição dos rebanhos (GARCIA, 2005). No entanto, os *novilhos* novamente representam um “crescimento” significativo para o período. Porém, ao verificar a distribuição do rebanho entre os criadores, constatou-se que 10 criadores possuíam modestos rebanhos de, no máximo, 50 novilhos, 1 criador com 300 novilhos e apenas um criador possuía 1.366 dos 1866 novilhos inventariados no período, ou seja, 75% do rebanho de novilhos inventariados. É interessante observar que este mesmo indivíduo foi o único criador com *reses de invernar*, as quais representam 80 animais da categoria *outros vacuno*. Conforme foi observado no estudo realizado na seção *Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários*, a época de transição deste sistema agrário para outro sistema agrário é caracterizado pelo início do processo de modernização da pecuária, portanto, pode-se inferir que as categorias *novilhos* e *vaca de invernar* listadas nos inventários caracterizam as primeiras manifestações deste processo de especialização das etapas da pecuária, assim como salienta Mielitz (2009). Obviamente que, no início da atividade da pecuária nas estâncias, existiam animais em idade e características de serem novilhos, assim como existiam animais em processo de engorda, porém, considera-se que os avaliadores, ao listarem os bens inventariados, consideravam como *reses de criar* todos os animais no campo e somente mais para o final da década de 70 é que estes passam a fazer as respectivas separações nas nomenclaturas.

#### 6.3.3.2 Caracterização dos estabelecimentos conforme dimensão do rebanho

Em um segundo momento da análise, os criadores listados no censo de 1858 foram distribuídos por estratos referentes às crias anuais de gado *vacum*. O censo listava 126 criadores, no entanto, apenas 1 não criava gado *vacum*, apenas ovelhas, desta forma, os dados se referem a 125 estabelecimentos produtivos. Utilizando dados primários e dados secundários extraídos da recente produção em história agrária, é possível estimar o tamanho do rebanho do criador de acordo com a taxa de reprodução da época, assim como procedeu Cristilino (2010), dando este tratamento estatístico para esta mesma fonte<sup>67</sup>, no entanto, seguiremos utilizando dados referentes às crias anuais. Esta escolha se justifica pelo fato de que as crias anuais representam o rebanho proporcionalmente no que refere a sua capacidade reprodutiva, sem contabilizar outras categorias de animais, como touros, vacas de descarte, etc. Assim, estima-se que o rebanho é composto por distintas categorias de animais, além das

---

<sup>67</sup> Cristilino (2010) analisou o Censo de 1858 dos municípios de Santana do Livramento e Rio Pardo.

reses de criar e crias anuais, tendo em vista que, em meados do século XIX, a pecuária não estava tão especializada como no modelo que se conhece hoje.

Tabela 8 – Distribuição de criadores por dimensão dos estabelecimentos (total de crias anuais de gado *vacum*) - (Santana do Livramento – 1858)

Estabelecimentos (total de cria <i>vacum</i> anual )	Quantidade de criadores	%
20 até 100	51	41
101 até 200	32	26
201 até 500	21	17
501 até 900	15	12
1030 até 1968	6	4
Total	125	100%

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Como pode ser observado na tabela 8, a maior concentração de criadores (41%) se refere àqueles com uma baixa quantidade de crias anuais de gado *vacum*, entre 20 e 100 crias anuais. No que se refere àqueles criadores com uma maior quantidade de crias anuais, que estão no outro extremo na amostra, estes representam apenas 4% da amostra, sendo apenas 6 criadores. Estes resultados medem a medida de variação destes criadores, confirmando os dados já discutidos anteriormente, em que se constatou que grandes produtores, que são poucos, e, por serem poucos, não são os que melhor caracterizam o produtor típico do período. Conforme a tabela 5, discutida anteriormente, a mediana para as crias anuais de gado *vacum* é 140, consoante a tabela acima exposta, este número se situa entre o segundo estrato dos criadores (de 101 a 200 crias anuais), sendo que estes últimos representam 26% das unidades produtivas, a segunda mais representativa entre os criadores. Portanto, considerando as informações prestadas pela Câmara Municipal de Livramento para esta ocasião, o criador típico do município é aquele com pequenos e médios rebanhos, e não a figura do grande estancieiro, como a literatura tradicional afirma.

Como já referido, Cristilino (2010), utilizando a mesma fonte de dados, aponta resultados semelhantes aos verificados neste trabalho, no entanto, o autor considera *pequenos criadores* aqueles com um rebanho de até 1.000 cabeças (67, 4%), que correspondem aos dois primeiros estratos da tabela 8. Contudo, nesta pesquisa, os pequenos criadores são compreendidos como aqueles que se encontram no primeiro estrato, entre 20 até 100 crias anuais, que representam 41% do censo, considerações que serão reforçadas na análise dos inventários.

Tendo em vista que estes criadores considerados pequenos e médios poderiam ter uma baixa quantidade de gado *vacum*, mas serem produtores especializados em ovinos, o que aumenta sua produção total, procedeu-se à verificação desta atividade produtiva entre os pequenos e médios criadores:

Tabela 9 – Distribuição da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores de gado *vacum* (por cria anual de gado *vacum*) (Santana do Livramento – 1858)

Estabelecimentos (total de cria <i>vacun</i> anual )	Criam ovelhas		Não criam ovelhas		Total	
	N	%	N	%	N	%
20 até 100	22	43	29	57	51	100
101 até 200	21	66	11	34	32	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Como pode ser verificado na tabela 9, dentre os criadores de gado *vacum*, nem todos criavam ovelhas, sendo que, entre os pequenos criadores, que correspondem ao primeiro estrato, mais da metade possuía apenas gado *vacum* (57%), e é possível supor que, entre os que criavam ovelhas, muitos o faziam para consumo próprio, como poderia ser o caso de Patricio Jose da Cunha, sendo que, dentre esta categoria de pequeno criador, era o que possuía a menor taxa de cria anual de ovinos: 12 crias e a taxa de cria anual de gado *vacum* informada era a de 50 crias (SANTANA DO LIVRAMENTO, 1858). Portanto, era muito provável que os pequenos criadores de gado *vacum* tivessem um rebanho limitado pela área (em hectares) disponível para produção e que eles poderiam cuidar com pouca mão de obra, provavelmente a familiar. Os criadores médios, na sua maioria (66%), criavam ovelhas, sendo muito provável que estes indivíduos dispusessem de maiores meios de produção que da categoria anterior.

Conforme Mazoyer e Roudart (2010), para compreender os estabelecimentos agrícolas de um sistema agrário, deve-se ter certa cautela em simplesmente decompor os sistemas produtivos em tantos subsistemas que são os estabelecimentos agrícolas, contando os estabelecimentos e reduzindo a uma média generalizada ou dividindo por estratos relacionados ao tamanho dos hectares, por exemplo. Para os autores, os estabelecimentos de um sistema agrário, muitas vezes, se complementam, como o caso de um estabelecimento especializado em criação realiza trocas com um estabelecimento especializado em cultivo ou, ainda, diferentes estabelecimentos se complementam, um fornecendo mão de obra para outro, por exemplo. Utilizando-se aqui da ressalva de Mazoyer e Roudart apontada no texto, é importante salientar que a descrição dos estabelecimentos foi discutida apresentando uma

tendência geral do sistema agrário, sabendo-se, desta forma, que algumas particularidades da relação destes estabelecimentos não foram abordadas. Existem diversas variáveis, nem todas passíveis de serem verificadas, que, certamente, influenciam na compreensão dos estabelecimentos e, possivelmente, caracterizam melhor as suas peculiaridades. Primeiramente, salientamos as limitações e inquietações que a fonte suscita: os criadores foram selecionados pela própria Câmara Municipal e a lista, provavelmente, não abrange todos os criadores do município. Estudando o município de Rio Pardo na mesma época, Cristilino (2010) constatou que o censo do município foi realizado somente com os criadores com 100 ou mais crias anuais, deixando, assim, uma parcela de criadores não representada no censo. Além disso, muitas vezes, neste Censo de Livramento, uma única unidade de análise tinha mais de um indivíduo citado, por exemplo: *Manoel José Teixeira e outros*; não fica claro qual a relação que existia entre Manoel Teixeira e estes outros, embora se acredite que neste caso possivelmente se tratava de unidades familiares, tendo em vista que os animais existentes eram apenas 100 crias *vacuns* e 40 crias cavalares. Outro exemplo é o de *Rolim Pereira de Barros e agregados*, com um patrimônio produtivo mais significativo (784 crias *vacuns*), porém com pouca informação da natureza da relação entre os indivíduos destes estabelecimentos agrícolas.

Conforme o Censo de 1858, pode ser verificada a presença destes pequenos criadores em Santana do Livramento e que estas categorias dos pequenos e médios melhor caracterizam o típico produtor do município para o momento. Utilizando outro tipo de fonte, os inventários *post-mortem* é possível verificar a presença destes pequenos e médios criadores para um período mais abrangente, que é entre 1859 e 1881, e também verificar a participação destes no rebanho total inventariado. Os dados na tabela 10 se referem à quantidade total de gado *vacum* citadas nos inventários. A categoria *total do rebanho* foi composta por: *reses de criar, novilhos e outros vacunos*, sendo esta última subcategoria formada, geralmente, por vacas de invernar; não foram contabilizados os *bois mansos*. As unidades de análise não se referem às unidades produtivas e sim ao patrimônio de um indivíduo inventariado, tendo em vista que, ao ocorrer o falecimento de uma pessoa, o inventário se referia aos bens materiais que esta pessoa possuía apenas. Neste sentido, é interessante salientar que poderiam ocorrer diferentes arranjos nos estabelecimentos agrícolas, como um grupo familiar estar estabelecido na mesma unidade produtiva, mas os “bens semoventes” pertencerem a indivíduos diferentes, mesmo que não separados no campo, como poderia ser o caso de uma viúva, mas quem cuida da criação é o irmão. Esta situação e tantas outras são os tipos de arranjos que podem ocorrer em uma unidade produtiva que, muitas vezes, este tipo de fonte demonstra algumas limitações

para que possam ser apreendidos. Embora este levantamento dos inventários esteja contemplando apenas os bens listados para o município, foi verificado que havia indivíduos com bens móveis e semoventes no então Estado Oriental ou em outros municípios, mas que não foram contabilizados na amostra.

Tabela 10 - Distribuídos dos criadores por tamanho de rebanho de gado vacum e participação do rebanho total (em %) (Santana do Livramento, 1859 - 1881)

Estabelecimento (por tamanho do rebanho)	Indivíduos		Rebanho total	
	N	%	N	%
1 até 100	30	33	1316	3
101 até 300	24	27	4523	10
301 até 600	19	20	8660	19
601 até 1.000	9	9	6821	15
1.001 até 5.000	10	11	24808	53
Total	92	100	46128	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. cartórios: 1ª vara Cível e Crime, Cartório Provedoria e Vara de Família.

Pode-se observar o estrato de criadores mais vultosos para o período, aqueles com rebanhos entre 1.000 até 5.000 reses de criar representavam apenas 11% da amostra. Possivelmente existissem rebanhos maiores que 5.000, no entanto, este era o maior registrado nos inventários analisados, e Garcia (2005), para a década de 1870, também identificou o tamanho máximo de rebanho como sendo de 5.000, diferente da década de 1830, em que a autora identificou rebanhos maiores. No outro extremo, estavam os indivíduos que possuíam os menores rebanhos para o período (até 100 reses) e que representam 33% dos inventariados e, em segundo lugar, os com rebanhos um pouco maiores, mas que não ultrapassam 300 reses de criar, representam 27% da amostra, em suma, aqueles indivíduos que mantinham rebanhos com até 300 reses de criar representam mais de 50% dos inventariados. Garcia (2005) identificou em Alegrete, para a década de 1870, que 61% dos inventariados representavam estes pequenos criadores (até 500 reses). Farinatti (2010), observando a estrutura dos rebanhos deste mesmo município, referente a 1831 até 1870, apresenta que aqueles com rebanhos de até 100 reses representavam 23% da amostra e estes mais a categoria de criadores com até 500 reses formavam juntos mais de 50% da sua amostra. Gelman e Garavaglia revelam proporção semelhante para a região da Banda Oriental e campanha bonarense para o Período Colonial. Na região de Areco, 7% das UP possuíam rebanhos maiores que a quantidade de 500 reses, enquanto aquelas UP que possuíam rebanhos com menos de 500



reses representavam 93% da amostra (GARAVAGLIA, 1999). Na Banda Oriental, aqueles que possuíam rebanhos com mais de 1.999 reses eram 10% dos produtores censados; enquanto que aqueles que possuíam rebanhos com até 500 reses representavam 67% dos produtores censados (GELMAN, 1992). Portanto, os dados observados para Santana do Livramento demonstram a mesma tendência de distribuição do rebanho observada na região do Prata por outros pesquisadores, quando a maioria dos pequenos criadores representavam a maior população.

Levando em consideração que cada uma destas pesquisas é referente a distintos períodos da região e que a possibilidade de constituir rebanhos de tamanhos diferentes influencia na variável *pequeno criador*, não estamos propondo uma comparação entre o tamanho destes rebanhos, mas sim na proporção (em %) que esta categoria representava em cada região e época estudada. Assim, Santana do Livramento não se mostra diferente da realidade agrária observada para outras regiões do Prata: os estabelecimentos agrícolas existentes não eram apenas aqueles pertencentes aos grandes estancieiros, muito pelo contrário, a maior parte dos criadores é composta por pequenos e médios produtores. Porém, a tônica desta discussão se refere à distribuição fundiária e composição dos rebanhos. Observando a tabela 10, é possível constatar que, para Santana do Livramento, aqueles indivíduos que representam 33% dos inventariados (até 100 reses), sendo o grupo de maior participação na categoria *criadores*, concentravam apenas 3% do rebanho total, e, no outro extremo, a categoria que concentrava 53% do rebanho total se referia a 11% dos criadores, ou seja, apenas 10 indivíduos concentravam mais da metade do rebanho total. Novamente, o mesmo se observa para as outras realidades da pecuária na região do Prata, a camada de criadores mais populosa era aquela dos que possuíam menores rebanhos, mas que concentravam ínfimas parcelas do rebanho total e, no outro extremo, a existência de poucos indivíduos que, por sua vez, concentravam mais da metade do rebanho existente (GELMAN, 1992; GARAVAGLIA, 1999; GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010). A questão fundiária será mais bem desenvolvida na próxima seção, mas pode-se afirmar que a dimensão do rebanho de um indivíduo certamente fornece indícios da dimensão da terra (em hectares) na qual ele produz.

Estes criadores que possuíam pequenos rebanhos, possivelmente, em muitos casos, criavam apenas reses de gado *vacum*, e apenas uma minoria possuía rebanhos de ovelhas. Dos criadores inventariados que possuíam rebanhos até 300 reses de criar (54 indivíduos), aqueles que criavam ovelhas se referiam à minoria observada, apenas 30%, e

muitos os faziam para autossustento, visto que estes que criavam ovelhas possuía pequenos rebanhos, pois o maior rebanho de ovelhas observado foi de 225 animais.

Tabela 11 – Distribuição da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores de gado vacum (Santana do Livramento – 1859 - 1881)

Tamanho do rebanho (gado vacum)	Não criavam	Criavam	Total
Até 300 reses	38	16*	54
%	70	30	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. cartórios: 1ª vara Cível e Crime, Cartório Provedoria e Vara de Família.

\*Menor rebanho: 30 ovelhas. Maior rebanho: 225 ovelhas.

Neste primeiro momento, a ideia central a ser abordada é que, neste sistema agrário, já não podemos mais falar em apenas um tipo de estabelecimento agrícola, que seria o do grande estancieiro, como a literatura tradicional afirma. Portanto, pode ser constatado, tanto pela literatura como pela pesquisa apresentada, que existia, lado a lado, convivendo com estes grandes estancieiros, uma parcela de pequenos e médios criadores. Embora estes fossem a maioria, concentravam um pequeno percentual do rebanho da época. Esta era uma tendência que não acontecia apenas para a campanha rio-grandense, mas para a região do Prata. Sendo assim, existiam, pelo menos, 3 tipos de estabelecimentos, se considerarmos a dimensão de seus rebanhos: pequeno, médio e grande; embora se saiba que havia diferentes arranjos em que estes estabelecimentos se relacionavam, assim como os indivíduos. Além disso, não se deve esquecer que muitos destes indivíduos também tinham terras e gado do outro lado da fronteira, portanto, esta é uma variável que incide também na caracterização destes estabelecimentos.

Conforme Ribeiro (2009), não seria apenas utilizando a variável *tamanho da produção* ou da propriedade que se poderia identificar o pecuarista familiar, é necessário analisar outras características deste produtor. Entretanto, para a variável *tamanho da produção*, estamos considerando que o pecuarista familiar está situado entre os criadores de menores rebanhos, os estratos de até 100 reses ou de até 300 reses. Esta escolha se justifica pelo seguinte: primeiramente porque, muitas vezes, a produção familiar ou camponesa é pequena porque dispõe de escassos recursos e distintas restrições para que possa potencializar suas forças produtivas (WANDERLEY, 2009).

A ideia central é abordar os pecuaristas familiares, e não os criadores mais ricos ou os mais pobres, mas é interessante salientar que, para o período final deste sistema agrário estudado, a sociedade estava organizada de uma forma mais complexa, assim, existia

uma maior diversidade de investimentos e os mais ricos não eram necessariamente aqueles possuidores de maiores rebanhos, embora também não possuíssem ínfimos rebanhos (GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010).

#### 6.3.3.3 *Modo de acesso à terra*

Na parte inicial do século XIX, ou seja, no início deste sistema agrário, os instrumentos legais de acesso à terra para se instalar com algum tipo de produção poderiam se dar por meio da doação de sesmaria, da posse simples ou, ainda, por arrendamentos, heranças e compras. Os mais afortunados ou militares, no geral, as receberam pela doação da Coroa e os mais subalternos, no geral, as acessaram por meio da posse simples em terras públicas ou em terras alheias, na condição de agregado. A partir de 1822, a doação de sesmaria foi extinta e, até 1850, a única forma de ter acesso a terras era com a posse, e somente após a Lei de Terras (1850) é que estas posses e sesmarias puderam ser regularizadas. A partir deste momento, a terra passou a ter um maior valor monetário e a propriedade se dava apenas com a compra – salvo heranças e arrendamentos. Embora este seja um breve resumo do aspecto jurídico das formas de acesso à terra, a época deste sistema agrário é perpassado por profundas mudanças estruturais que vão incidir na possibilidade de reprodução social dos pequenos produtores da Campanha. Compreender as mudanças estruturais e jurídicas do acesso à terra no Brasil e, conseqüentemente, na Campanha, exige uma discussão metódica que não será proposta no momento. Entretanto, alguns pontos desta discussão serão abordados na tentativa de elucidar as diferentes formas de ter acesso à terra neste SA.

O primeiro ponto a ser abordado é sobre a “legitimidade das sesmarias”. As doações das sesmarias por parte da Coroa foram, de fato, uma realidade na região, porém muitos indivíduos possuidores de grandes patrimônios fundiários e identificados na literatura pela forma genérica de *senhores sesmeiros* ou *descendentes de sesmeiros* constituíram seus patrimônios de formas fraudulentas e ilegais. Algumas destas formas dizem respeito ao processo de solicitação de sesmaria: valendo-se de sua posição social e da falta de controle da Coroa, muitos indivíduos solicitaram mais de uma sesmaria ou a faziam em nome de seus familiares (filhas solteiras, irmãs, etc.), tendo, assim, um patrimônio muito maior que os normatizados pela Coroa (OSÓRIO, 2008; MOTTA, 2009). Além disso, muitas sesmarias foram concedidas em terras ocupadas por posseiros. Cabia ao poder provincial verificar se existia ocupação/produção na área solicitada para efetivar a doação. No entanto, por negligência ou conivência deste poder provincial, vários pequenos produtores foram

despojados de seus estabelecimentos quando da doação como sesmaria da terra que ocupavam (OSÓRIO, 2008). Isso quando não deviam *comprar* ou pagar arrendamento das terras que já possuíam para o então novo *sesmeiro* (OSÓRIO, 2008). Além disso, os grandes criadores da Campanha se valeram da *imprecisão de limites* como estratégia para aumentar seu patrimônio fundiário e se dilataram sobre as terras de pequenos posseiros ou proprietários (GARCIA, 2005). Os limites eram, na sua maioria, demarcados por acidentes geográficos, como rios, pontes, coxilhas, etc., o que gerava certa margem de imprecisão; e isto favoreceu muitos criadores em litígios cíveis por terras ou na declaração aos Registros Paroquiais<sup>68</sup>. Muitos destes criadores aumentavam a dimensão das suas terras valendo-se destas imprecisões. Um dado ilustrativo desta situação se verifica no município de Alegrete (que incluía os atuais municípios de Rosário e Quaraí para o período entre 1854-1857): Garcia (2005), cruzando os dados dos Registros Paroquiais de Alegrete, identificou uma área total declarada pelos produtores de 1.540.628 hectares, e, como 24,5% dos possuidores de terra não declararam a extensão de suas terras, a autora estimou uma área total ocupada de 1.973.930 hectares. Estes dados em nada teriam de interessante se não fosse pelo fato de que a área total do município para o período era de apenas 1.534.400 (em ha), ou seja, pelo menos, 439.530 hectares foram declarados em excesso. Além disso, fraudes documentais e violência também foram recursos utilizados para expropriação das camadas pobres em Alegrete (GARCIA, 2005).

Com base nesta literatura, não se propõe um tratado geral da estrutura fundiária da Campanha, mas sim certa cautela nas afirmações de que a estrutura fundiária da Campanha se deu por meio da doação de sesmarias e que parte dos pecuaristas familiares são descendentes destes “senhores sesmeiros”, ideia amplamente divulgada pela literatura referente aos pecuaristas familiares (SANDRINI, 2005; NESKE, 2009; COTRIM, 2003; RIBEIRO, 2009; TORRES, 2000). Sem dúvida, o fracionamento das grandes propriedades pelo processo de heranças reduziu muitos criadores às categorias de pequenos e médios produtores; mas também não foi a única via no contexto do século XIX.

Outra questão a ser abordada é o preço da terra na Campanha. Na parte inicial do século XIX, a terra tinha um baixo valor monetário, porém, na década de 1870, o seu valor monetário aumentou significativamente. Em Alegrete, uma légua de terra equivalia a, aproximadamente, 612 reses na década de 1830; mas, para a década de 1870, equivalia a,

---

<sup>68</sup>Os Registros Paroquiais de Terras foram regulamentados pelo Decreto N° 1.318, de 30 de janeiro de 1854, considerados como um desdobramento da Lei de Terras (de 1850). Este decreto definia que todos aqueles que possuísem terras (propriedade ou posse) deveriam fazer o registro das terras que possuíam com o vigário de cada paróquia, quando deveria ser registrado o nome do possuidor, a designação da Freguesia, a extensão e seus limites (GARCIA, 2005).

aproximadamente, 3.315 reses (GARCIA, 2005), isso sem contar outras variáveis que faziam os preços flutuarem, como o acesso à água na propriedade, por exemplo. O preço da terra foi outra variável que incidiu na reprodução social destes pequenos criadores. A partir da Lei de Terras, aqueles que tinham apenas a posse simples da terra deveriam adquiri-la pela compra – e os sesmeiros deveriam legitimar os títulos, mas tendo em vista que é a partir da Lei de Terras que o seu preço é elevado, as possibilidades de compra por parte destes devem ter sido reduzidas. Conforme Farinatti (2010), as melhores chances de reprodução na Campanha, neste momento, pertenciam àqueles que conseguiram empreender uma acumulação fundiária nas décadas iniciais (entre 1820-40), por meios monetários ou não e, neste caso, tratava-se dos grandes estancieros. Portanto, diversas devem ter sido as maneiras dos pequenos produtores de se manterem na Campanha, principalmente aqueles que não haviam adquirido a propriedade da terra. Algumas das possibilidades podem ter sido o acesso à terra via arrendamento ou como agregado, fosse de parente ou como posteiro simples. Porém, para este período, Garcia (2005) considera que, com a valorização monetária das terras, os grandes estancieros aceitavam menos agregados, e, neste caso, é muito provável que aqueles agregados que fossem parentes tivessem maiores vantagens sobre os outros. E, nesta conjuntura, ainda não se está tratando do processo de cercamento de campos e da abolição da escravidão, que, certamente, acirrou mais as tensões entre grupos e as estratégias de acesso à terra e incidiu nas relações de trabalho, pois aumentou o custo de mão de obra para os grandes provavelmente, trazendo algumas vantagens para as famílias menos abastadas.

#### 6.3.3.3.1 Os pecuaristas sem terra

Em Santana do Livramento, em 1870, Fermino de Souza Leal faleceu deixando para seus três filhos menores e herdeiros unicamente como herança “cento cinquenta e oito reses de criar e dinheiro proveniente de arrendamento de gado<sup>69</sup>”. E, em 1880, D. Clemencia Joaquina da Porciuncula faleceu, deixando para seus herdeiros, filhos e marido, os seguintes bens:

Moveis: um catre grande; um dito [catre] tramado de guasca; uma cadeira de balanço tramada de barbante; uma mesa pequena ordinária; uma caixinha de musica; um bahú forrado de couro; um dito [bahú] de folha de Flandres (grande); um dito de dito (pequeno); uma bomba de prata; tres anéis de ouro, usados; um par de brincos ditos, idem; duas panelas pequenas; uma chaleira.

Semoventes: Cento e cinquenta reses de criar e setenta e cinco ovelhas.

<sup>69</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 010.0271. Inventário: 167. Ano: 1870.

Dinheiro: Producto de gado de corte vendidos com autorização do Meritissimo Senhor Juis d'Orphãos<sup>70</sup> [grifo meu].

Ainda em Santana do Livramento, o pecuarista familiar Seu Alcides relata o período em que trabalhou de capataz em uma estância aproximadamente na década de 1980:

*E: Na estância? [...] A casa dele [patrão] uma e a casa do capataz outra. Então, eu tinha a minha casa separada, mas com tudo, não é? [...]*

*P: E o senhor criava lá?*

*E: Criava, sempre criei. [...] eu criava junto com o gado da fazenda, tudo, só que... Só que nascia o ternero, e eu botava o meu sinal, não é? Na marcação eu separava tudo, não é? Marcava os meus antes e depois marcava os da fazenda.*

*P: E ovelha o senhor tinha também?*

*E: Não, não criava na fazenda. Eu criava fora. Sempre criei ovelha.*

*P: E aí o senhor criava aonde?*

*E: Eu criava aqui, no meu campinho aqui, então, eu cuidava dali [da fazenda] porque é pertinho dali [o campinho referido correspondia na época a 1 hectare].*

*[...]*

*P: [...] o senhor vendia o seu gado pro Armour?*

*E: Sim, vendia pro Armour.*

*P: Mas aí vocês juntavam?*

*E: Não, aí eu vendia o meu separado. Vendia o meu separado (ALCIDES, dez. de 2011).*

Como pode ser observado nos bens descritos no inventário de Fermino de Souza Leal, ele possuía um pequeno patrimônio, composto de um rebanho de poucas reses de criar e algum dinheiro proveniente de arrendamento de gado. Ainda é possível tirar mais algumas conclusões referentes à vida de Fermino: a sua atividade produtiva estava diretamente ligada à criação de gado bovino e também ele possuía filhos menores. Estas conclusões foram observadas devido às informações constante no documento: o inventário estava sob a guarda do Cartório da Vara de Família e ainda existe a informação que o Juiz de Órfãos comunica que será realizada a arrematação de arrendamento de 79 reses de criar pertencentes aos órfãos Felícia (8 anos), José (6 anos), Martinho (2 anos), filhos do falecido Fermino e de sua esposa, no caso, a inventariante. Quando o inventariado deixava filhos menores, o inventário era conduzido no Cartório da Vara de Família com o intuito de salvaguardar os direitos destes e a prática de arrendar os bens dos menores era determinada pelo Juiz quando da impossibilidade destes de cuidarem do patrimônio. Com base nestas informações, é possível considerar, portanto, que Fermino: tinha uma família constituída, era um criador de pequeno rebanho e não possuía a propriedade de terras, ou seja, a sua criação se dava, provavelmente, em terras alheias, se considerarmos que, em 1870, o acesso à terra pública era quase impossível, senão impossível.

<sup>70</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 772. Inventário: 313. Ano: 1880.

Quanto ao casal constituído por D. Clemencia Joaquina da Porciuncula e seu esposo Mauricio Pereira Pascoal, viúvo e inventariante, as características se assemelham às de Fermino: um patrimônio pouco significativo, formado por alguns modestos bens móveis<sup>71</sup>, que nada se assemelham aos de um rico estancieiro; um rebanho constituído por poucas reses de criar e algumas ovelhas. Pelo fato do seu inventário ter sido conduzido no Cartório da Vara de Família e também que o dinheiro existente se deu por meio da venda de gado de corte sob “autorização do Meritissimo Senhor Juis d’Orphãos” é possível constatar que o casal possuía filhos menores. Sendo assim, no que se refere à D. Clemencia, é possível considerar que: se dedicava à atividade de criação, tinha uma família constituída, e não possuía a propriedade de terras, ou seja, a sua criação também se dava, provavelmente, em terras alheias.

Guardando as devidas diferenças temporais e também de limitações que a fonte documental primária nos reserva, é possível fazer algumas aproximações entre Fermino de Souza Leal e D. Clemencia Joaquina da Porciuncula, ambos no contexto do século XIX, e Seu Alcides, o pecuarista familiar entrevistado em dezembro de 2011. Assim como Fermino e D. Clemencia, Seu Alcides também se dedicava à criação de gado de corte em terras que não lhes pertenciam, embora com o passar dos anos aumentou gradativamente seu patrimônio e, atualmente, cria em propriedade própria.

Seu Alcides, que pode contar sua trajetória pessoalmente na entrevista realizada, relata como ele e sua esposa, e seus dois filhos, utilizaram como estratégia de sobrevivência a criação de gado nas terras de seu patrão, conjugado com o seu trabalho como capataz e sua esposa de cozinheira nesta mesma estância, e ambos foram acumulando, aos poucos, para poderem comprar sua propriedade. No que refere às outras personagens desta mesma história, Fermino de Souza Leal e D. Clemencia Joaquina da Porciuncula, outras informações complementares não foram possíveis de acessar para compreender de quem era a terra que criavam, se de algum familiar ou arrendada, se desenvolviam alguma atividade remunerada em alguma estância, etc. No entanto, mesmo com estes fragmentos de suas histórias, Fermino e D. Clemencia emprestam aqui um pouco da sua trajetória para ilustrar a existência de um extrato de pequenos criadores existentes no Rio Grande do Sul anterior ao século XX e que, assim como Seu Alcides – este pertencente a um período mais recente – não possuíam a propriedade da terra.

Para compreender um pouco desta questão no contexto do século XIX, utilizaram-se as informações contidas na amostra de inventários que foi trabalhada

---

<sup>71</sup>Os bens dos inventários eram classificados basicamente em: bens de raiz (terra, benfeitorias, etc.) e bens móveis, ou semoventes (escravos, animais, utensílios, etc.).

anteriormente. A tabela 12 apresenta a distribuição da frequência entre aqueles criadores que possuíam a propriedade da terra e os que não possuíam. As categorias apresentadas nas colunas da tabela 12 são as mesmas categorias de dimensão de rebanhos da tabela anterior e as categorias apresentadas nas linhas se referem aos que possuíam a propriedade da terra, identificados como *com campo*, e os que não possuíam, identificados como *sem campo*. As informações referentes a estas variáveis foram extraídas da listagem dos bens de raiz inventariados. Os bens de raiz eram listados e discriminados como sendo: terras, no caso campo para criação ou terrenos/chácaras na cidade; ranchos (entendidos como casa); casas de moradia, no geral, de pedra, ou de comércio; cercas de pedra ou cercados de arame; mangueiras; arvoredos; galpão, etc. Portanto, a variável *com campo* se refere a apenas aqueles indivíduos que possuíam “campo para criação”, aqueles que não tinham este bem listado, pois não possuíam, foram identificados como *sem campo*.

Tabela 12 – Distribuição dos criadores sem campo e com campo conforme a dimensão dos rebanhos (Santana do Livramento, 1859 - 1881)

Estrato	1 a 100		101 a 300		301 a 600		601 a 1.000		1.001 a 4.792		Total	%
		%		%		%		%		%		
Com campo	17	57	18	75	16	84	9	100	8	80	68	74
Sem campo	13	43	6	25	3	16	0	0	2	20	24	26
Total	30	100	24	100	19	100	9	100	10	100	92	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartórios: 1ª vara Cível e Crime, Cartório Provedoria e Vara de Família.

Observando esta tabela 12, é possível perceber que, dos 92 criadores inventariados, 26% não possuíam a propriedade da terra. Em poucos casos, nos inventários analisados, é possível apreender a forma que estes indivíduos acessavam a terra para criarem sua produção. Entre aqueles que possuíam menores rebanhos, a distribuição entre esta categoria é relativamente uniforme, dos 30 criadores, 57% possuem campo e 43% não possuem. Porém, a diferença entre os *com campo* e *sem campo* se torna muito maior nas categorias subsequentes, em que os tamanhos dos rebanhos são maiores. Para aqueles com rebanhos de 301 a 600 reses, 84% dos indivíduos possuem a propriedade da terra e apenas 16% não a possuem. A próxima categoria se refere àqueles com rebanhos de 601 até 1.000 reses, dos quais todos os indivíduos (9 inventariados) possuem a propriedade da terra.



Referente aos maiores criadores, com mais de 1.000 reses de criar, 20% (dois indivíduos) não possuem a propriedade. Considerando estes dois últimos indivíduos como uma exceção, a tendência é que os que possuíssem maiores rebanhos também possuíssem a propriedade da terra, principalmente se levar em conta que metade do total dos criadores “sem campo” são aqueles que têm até 100 reses. Quando comparando os dados de Santana do Livramento com outras localidades, é possível constatar que não se tratava de uma realidade apenas deste município. Garcia (2005) identificou um significativo percentual de criadores sem terra para Alegrete (incluindo Rosário e Quaraí para os períodos de 1830 e 1870), semelhante situação foi observada para Bagé (CHASTEEN, 1991<sup>72</sup> apud FARINATTI, 2010). Para a campanha bonaerense e para a Banda Oriental também se verificou a existência de criadores e lavradores que não tinham a propriedade da terra (GARAVAGLIA, 1999; GELMAN, 1993). Sendo assim, a possibilidade de um criador se estabelecer com sua própria produção em terras alheias não é novidade ou exclusividade de Santana do Livramento, era um fenômeno característico da região. Portanto, como pode ser observado, para o século XIX, além da existência de pecuarista familiar com campo, havia outra categoria social, que eram os pecuaristas familiares sem campo.

Considerando que os dados mostrados apenas confirmam um fenômeno da região já apontado por outros pesquisadores, talvez pouco interesse suscitasse estes dados se não os verificássemos à luz da literatura que aborda os pecuaristas familiares. Desta forma, as análises apresentadas neste momento se concentram naqueles indivíduos com rebanhos menores (até 100 e até 300 reses), visto que é nestas categorias que se considera estarem situados os pecuaristas familiares. Destes 54 criadores, que representam quase 60% da amostra; verifica-se que 65% possuem a propriedade da terra, o que, a grosso modo, não criaria grandes contradições em compreender este criador como sendo o pecuarista familiar do século XIX, se considerar que o agricultor familiar se difere do trabalhador rural justamente por ser “[...] proprietário dos meios de produção, ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009, p.156). Fica, então, uma lacuna para aqueles 35% que não possuem a propriedade da terra. A primeira pergunta provavelmente a ser feita é: *Quem são estes pequenos criadores sem terra?* Como já sinalizado anteriormente no texto, a resposta mais coerente é que se tratavam de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, arrendatários. Para Uruguaiana, entre os períodos de 1847-1910, Leipnitz (2010) observou que, a partir de 1880, os contratos de arrendamento

---

<sup>72</sup>CHASTEEN, John Charles. Background to civil war: the process of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801 – 1893. *Hispanic American Historical Review*, v. 71, n. 4, p. 737-760, Nov.1991.

registrados nos Cartórios praticamente triplicaram em relação ao momento anterior<sup>73</sup>. E, talvez, a segunda pergunta a ser feita: *Por que estes criadores poderiam ser entendidos como os pecuaristas familiares?* Conforme Gelman (1993), no contexto da Banda Oriental colonial, para um indivíduo pobre da campanha instalar-se “[...] en una tierra (aunque sea como agregado en una estancia) permite valorizar el trabajo de la familia, de la mujer y los hijos pequeños, que no tienen costo de oportunidad” (GELMAN, 1993, p. 82)<sup>74</sup>. Embora o contexto da Banda Oriental estudado pelo autor não seja o mesmo abordado para Santana do Livramento – na Banda Oriental havia possibilidade de se instalar em terras gratuitas ou muito baratas, enquanto para Livramento da segunda metade do século XIX a fronteira fundiária estava fechada há muito tempo e a terra com preço elevado, é possível perceber que Gelman destaca a importância central do trabalho da família, quando mesmo se arrancar em terras alheias era uma possibilidade de manter uma organização familiar. Além disso, se o pequeno criador-agregado, ou seja, sem a propriedade da terra que ocupa, por um lado, pode ser entendido como um trabalhador rural, por este mesmo motivo, por outro lado, pode-se compará-lo a um *morador* de engenho, o que lhe atribuí outra lógica:

O morador de um engenho, por exemplo, é um trabalhador rural, no sentido de que não dispõe da propriedade de seus meios de produção. Mas é através do contrato de trabalho que ele procura realizar sua perspectiva de manter uma organização familiar do trabalho, através da qual possa obter um nível de renda familiar complementar ao salário (WANDERLEY, 2009, p. 130).

De acordo com Palmeira (1977<sup>75</sup> apud WANDERLEY, 2009), quando o futuro trabalhador do engenho procura *casa*, ele está em busca muito mais do que de uma casa, na acepção comum da palavra; ele procura um lugar onde possa tirar o sustento dele e da família, e, ainda, tenha a possibilidade de usufruir de um sítio. A casa é muito mais que uma construção para a moradia, inclui um terreiro ou um chão de terra onde ele pode produzir um roçado para tirar o sustento semanal da família<sup>76</sup>. Portanto, estamos inferindo que este

<sup>73</sup>Os contratos tratavam, em parte, de contratos de arrendamento de terra, parte de gado e parte referente aos dois juntos. Do total de 901 escrituras de arrendamento, 10% se referiam até o período de 1880 e o restante (90%) para o período posterior, sendo o maior pico entre 1901-1910 (LEIPNITZ, 2010).

<sup>74</sup>Para Gelman (1993), estes indivíduos formariam uma categoria social do campo, a qual ele identificou como *campesinos*, na sua forma genérica. Para esta categoria de campesinos, o autor distinguiu três grandes subgrupos: *pequeños estancieros-chacareros*, *campesinos autosuficientes* e *campesinos-peones*. Para a campanha do Rio Grande do Sul, não existe uma literatura mais aprofundada sobre o tema para se estabelecer uma comparação.

<sup>75</sup>PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 203-216.

<sup>76</sup>Conforme Palmeira (1977) se o *morador* tem algum excedente destes produtos a prioridade de compra é do senhor do engenho ou no caso de endividamento do *morador*, o senhor confisca a sua lavoura. Enfim, embora

pequeno criador sem-campo que ocupa a terra que produz como agregado lança mão deste recurso como possibilidade para a perpetuação da família e sua reprodução enquanto unidade produtiva familiar. Além disso, o meio de produção mais importante para o “criador” é, sem dúvida, o gado, e as formas de acessar a terra podem variar conforme o local ou o tempo. Para os dias de hoje, nos municípios de Quaraí e Dom Pedrito, Martins (2009) observou que uma das alternativas para aqueles que não possuem muito espaço nos campos é colocar o gado para se alimentar na pastagem entre a estrada e alguma cerca divisória. Esta prática é identificada como “gado de corredor”.

Como já referido, nem sempre as informações contidas nos inventários revelam as formas que estes criadores sem campo acessavam a terra para criarem sua produção. Se, por um lado, a figura do agregado não fica clara neste tipo de fonte, nos processos crimes, é possível compreender um pouco mais sobre este tipo de criador. Em 1865, chega a seguinte denúncia ao Delegado de Santana do Livramento: “Manoel da Silva Ferrão, *criador de gado vaccun e lanígero, aggregado ao fazendeiro Luiz Pacheco Prates*, vem perante VS<sup>a</sup> exhibir queixa por crime de furto contra Manoel Antonio da Silva [...]”<sup>77</sup>. Além destas informações iniciais, sabemos que Manoel Ferrão tinha um rebanho de, pelos menos, 600 ovelhas e um escravo de sua propriedade, como é possível observar na continuação da denúncia: “Que no dia 25 de março ultimo o escravo Januario do suplicante, illudindo-se com perguntas, sobre reunos, do acusado, descuidou, como de costume, a vigilância do rebanho de 600 ovelhas, que soltara<sup>78</sup>”. Pode-se observar que as primeiras informações do escrivão para descrever o suplicante se referem à sua categoria como criador e agregado. Neste caso, Manoel Ferrão era um criador de gado *vaccum*, para esse, infelizmente, não existem maiores especificações, e de um considerável rebanho de ovelhas, informações estas confirmadas pelas testemunhas do processo, entre as quais se destaca o depoimento do fazendeiro Luiz Pacheco Prates: “Respondeu que sabe de sciencia certa que o autor possui um grande rebanho de ovelhas e que destas lhe faltou porção [...]”<sup>79</sup>. Mesmo que Manoel Ferrão tivesse aumentado a quantidade de ovelhas ao fazer a denúncia, certamente um rebanho de 600 ovelhas representava uma grande quantidade, tendo em vista a opinião das testemunhas, e é possível perceber que, para cuidar da sua criação, ele dispunha de um ajudante permanente, o escravo Januário. Nos relatos das testemunhas ou de quem fez a denúncia, muitas vezes, na hora de se

---

o *morador* do engenho tenha direito de possuir um sítio ou equivalente, ele é subordinado ao senhor de engenho.

<sup>77</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.257. Processo: 1595 [grifo meu].

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595.

referirem a alguém além do nome, as testemunhas ou delegado fornecia alguma informação complementar, como foi o caso de uma denúncia contra 8 homens, na maioria criadores, que entraram em conflito com 3 integrantes da força policial do Uruguai<sup>80</sup>. Ao se referir ao réu Paschoal Fernandes, o Delegado se refere a ele como *criador e agregado de Zeferino, por quem foi criado*. Portanto, podemos considerar que, para esta sociedade, ser “criador” era uma condição acessível para aqueles que não possuíam a propriedade da terra, mesmo se o indivíduo fosse agregado. Em alguns processos, existem indivíduos que, ao se identificarem ou serem identificados por outrem, são referidos como sendo criador e proprietário. Possivelmente a necessidade desta diferenciação evidencia que ser criador era uma condição que vários poderiam alcançar e ser reconhecido pelos seus pares, talvez a maior diferença estivesse entre ser agregado e ser proprietário.

Além de Manoel Ferrão, aparecem nos autos de processos referências a outros criadores sem campo, dentre os quais se destaca o réu Matheus Munhoz Camargo, acusado de furtar 3 bois mansos dos campos de Felisberto José dos Santos, próximo ao Ibicuhy Carolina. Matheus Munhoz de Camargo tinha 36 anos, era casado e morador no campo de propriedade de Constantino Teixeira, mas que, no momento, estava arrendado ao Vigário Lousada<sup>81</sup>. De acordo com as informações no processo, Matheus Munhoz foi identificado como capataz da propriedade, porém, além de capataz, o réu também se identificou como criador e jornaleiro. Desta forma, com base nas informações prestadas, sabe-se que se tratava de um criador, que era casado e sem campo, e, além disso, desempenhava outras ocupações laborais. Neste caso, Matheus caracterizava aquele criador que procurava acessar a terra para a sua própria criação e estabelecer sua família por meio de seu trabalho como capataz, não necessariamente como agregado. Novamente as aproximações entre os pecuaristas do século XIX e dos pecuaristas familiares entrevistados se tornam perceptíveis: seu Alcides, como já referido, morou na fazenda onde trabalhava como capataz e tinha sua própria criação, ainda que fosse pequena. Além deste pecuarista familiar, seu Paulo e seu Genuíno narram histórias semelhantes ao contarem fragmentos de sua história de vida:

Seu Paulo conta que, no tempo em que trabalhava em granja em Santana do Livramento:

*No 1º ano que eu parei de beber e não fui a farra, não gastei mais dinheiro a toa, eu comprei 15 rês, no meu serviço.*

*P: Mas o senhor tava de aguador?*

*E: Aguador, aguador da granja.*

<sup>80</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

<sup>81</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0258. Processo: 1607.

*P: Daí o senhor pôs aonde as rês?*

*E: Lá no campo mesmo. Eu falei com o dono, do campo, que era grande o campo, era 10 quadra né? 870 hectáre, é 10 quadra de campo. Aí ficava lá né? Aí quando foi no 2º ano comprei um carro já [...] que eu só tinha um cavalo encilhado né?*

*[...]*

*P: E o senhor morava onde?*

*E: Lá, tinha um ranchinho, tem minha tapera lá ainda, tá lá, cheia de arvoredo, deixei lá (PAULO, dez. de 2011).*

Seu Genuíno, que dentre as tantas atividades que já exerceu, narra o tempo em que morou como “agregado lá na tapera”, local onde, atualmente, é ao lado de sua propriedade:

*Então fui, aí vim pra cá pra esse fundo, de agregado aí. Uma tapera que tem ali, ali, tá ali a tapera do outro lado. Bueno e aí eu fiquei [...].*

*E: Quando o senhor era agregado dele, como é que era isso? O senhor trabalhava pra ele?*

*E: Não, eu não era assalariado [...] eu tinha uns animalzinho e ovelha dentro do campo dele e eu peguei uma parte de terra pra planta e segui trabalhando naquilo ali. Mas nesses tempo eu esquilava, eu tropeava, junto com isso. Eu saía, deixava um guri aí, um primo meu [...]*

*P: Mas o senhor morava ali pra cuidar o campo dele?*

*E: Sim, morava pra cuidar o campo dele. Sim, mas era um pedacinho pequeno, entendeu? [...] Mas aí em seguida, eu segui cuidando este. Aqui tinha uma ponta de gado...*

*[...]*

*P: Mas o agregado não ganha salário? Ele só mora?*

*E: Não ganha salário, ele só mora e ele se vira e usa [o campo], planta e cria o que ele quiser né? Mas aí eu arrendei, eu fui uns 2 ou 3 ano agregado dele, depois arrendei o campo dele. E fiquei. Depois quando me fui embora para lá, aí ele resolver a vender esse pedaço de campo e eu não pude comprar (GENUÍNO, dez. de 2011).*

Em vistas destas diferentes trajetórias citadas, tanto nas fontes documentais quanto nas entrevistas, considera-se que “ser proprietário” não era a única forma de ter sua própria criação na realidade da Campanha, embora adquirir a sua propriedade provavelmente seja o ideal da maioria – senão de todos – destes criadores. Neste sistema agrário estudado, constata-se que houve outras maneiras de acessar a terra para aqueles grupos menos abastados e que, embora as conjunturas ao longo do período não lhes tenham sido favoráveis, estes grupos permaneceram existindo nesta região. Estes pequenos produtores, em um ambiente hostil para os despossuídos, em que a concentração de recursos estava na mão de poucos, mantiveram-se inventando e reinventando formas de acessar a terra para a sua produção autônoma, fosse como arrendatário, agregado ou trabalhador da estância. O papel da pequena produção familiar no interior de grandes propriedades para a região da Campanha ainda é pouco estudado, embora esta tenha sido uma situação que se reproduziu em diferentes regiões do Brasil (WANDERLEY, 2009). Embora sem estudo específico para o tema, Farinatti (2010) sugere que se estabelecer como agregado ou posteiro era uma forma de um produtor viver

com sua família, ter alguns animais e plantar; ainda que fosse com diferentes arranjos estabelecidos com o estancieiro.

#### 6.3.3.4 Estatuto social da mão de obra

As atividades nas estâncias referentes ao manejo da criação eram realizadas por indivíduos com diferentes estatutos jurídicos: livres e escravos. A presença do escravo nas atividades ligadas à pecuária foi muito minimizada pela historiografia tradicional, a qual afirmava que o Sul do país era uma exceção no Brasil escravocrata e que os escravos estavam concentrados apenas nas atividades das charqueadas. Entretanto, pesquisas mais atuais revelam que a participação da mão de obra dos escravos nas estâncias era significativa e estes não estavam ligados apenas às tarefas de agricultura ou de serviços domésticos, muitos desenvolviam atividades ligadas diretamente à pecuária, sendo estes escravos identificados como *campeiros*<sup>82</sup>. Muitos escravos participavam das atividades da pecuária em diferentes processos, como a marcação, rodeios, castração, doma de cavalos, etc. (MONSMA, 2011; FARINATTI, 2010); além destas atividades, havia a possibilidade destes escravos, ao adquirem certa confiança do estancieiro, chegarem a postos de maior autoridade nas estâncias, mandando mesmo em peões livres. Para a Banda Oriental, Gelman (1989<sup>83</sup> apud MONSMA, 2011) observou que vários escravos foram promovidos à condição de *capataces*<sup>84</sup> na *Estancia las Bocas*. Carlos Mayo (2004<sup>85</sup> apud MONSMA, 2011, p. 90), estudando a mesma estância, “[...] descreve a carreira de um escravo campeiro particularmente habilidoso e disciplinado que chegou à posição de *capataz mayor*, encarregado da administração cotidiana de toda esta enorme propriedade”.

No geral, as estâncias contavam com algum número de *trabalhadores permanentes* e de *trabalhadores sazonais*. Estes trabalhadores permanentes se tratavam dos

---

<sup>82</sup>Embora pouco abordado na historiografia e nos estudos referentes à Campanha, existiam escravos que podiam ocupar um pedaço de terra para plantar algum roçado, ter algumas galinhas e, até mesmo, algumas reses (MAESTRI, 2008\* apud MONSMA, 2011). O objetivo maior era fixar os escravos e inibir fugas e estimular certa lealdade. No caso dos escravos *campeiros*, os estancieiros, muitas vezes, procuravam tratá-los melhor do que os outros escravos, pois os escravos *campeiros* “[...] andavam armados e usavam cavalos no trabalho cotidiano” (MONSMA, 2011, p. 108). \* MAESTRI, Mario. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo:UFSM, 2008.

<sup>83</sup>GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, peones, gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em uma estância colonial rioplatense. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. **El mundo rural rioplatense a fines de la época colonial: estudios sobre producción y mano de obra**. Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez/Biblos, 1989.

<sup>84</sup>Que neste caso se referia ao mesmo que *posteiro* para o Rio Grande do Sul.

<sup>85</sup>MAYO, Carlos. A. **Estancia y sociedad em la pampa (1740-1820)**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

peões assalariados e dos peões escravos, de algum capataz ou posteiro e, em alguns casos, dos agregados, embora nem sempre estes tivessem obrigações laborais com os proprietários das terras (FARINATTI, 2010); além destes, também havia o trabalho de algum membro da família.

Para compreender as características da mão de obra utilizada para a produção pecuária, é interessante compreender primeiramente como neste contexto era compreendida a necessidade de mão de obra conforme o tamanho do rebanho.

Quadro 7 - Custeio de mão de obra permanente pela quantidade de reses (Santana do Livramento – 1858)

<b>Quantidade de reses</b>	<b>Capataz</b>	<b>Peões</b>
500 a 1000	1	3
1000 a 2000	1	6
2000 a 4000	1	8
4000 a 8000	1	12
8000 a 1600	1 e 1 imediato	20

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Os dados do quadro 7 se referem às informações fornecidas pelos maiores estancieiros para a Câmara Municipal de Santana do Livramento. Portanto, estas informações se referem ao que os estancieiros poderiam considerar como uma quantidade adequada e não necessariamente ao que ocorria na prática, principalmente se levar em conta que a distribuição dos recursos naturais influenciava na necessidade de mão de obra: nos campos com arroios fortes, havia a possibilidade de dispensar peões, enquanto em campos abertos, a quantidade de posteiros variava de acordo com a necessidade (SANTANA DO LIVRAMENTO, 1858). Assim, considerando as informações apresentadas no quadro 5, um rebanho entre 500 a 1.000 reses necessitava de, pelo menos, 3 peões permanentes, ou seja, 3 homens adultos. Porém, conforme a literatura, era necessário um trabalhador permanente para cuidar de um rebanho de, aproximadamente, 500 reses (FARINATTI, 2007). No relatório encaminhado junto com o censo à Câmara Municipal, há a informação que “a cifra dos peões compreende escravos na quase totalidade devido ao destacamento da Guarda Nacional”<sup>86</sup>, desta forma, é possível se perceber que os peões informados neste censo se referem, na maior parte, à mão de obra

<sup>86</sup>Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

escrava. Além disso, a quantidade informada apresenta uma significativa diferença entre a estimada pela literatura, neste sentido, é possível que os estancieiros do censo tenham superestimado a necessidade da mão de obra para justificarem suas queixas em relação ao recrutamento de homens livres para a Guarda Nacional, como observado no relatório. Tendo em vista a diferença estabelecida entre a literatura e o censo, optou-se em fazer uma média entre as duas informações, quando então se considera que, para cuidar de um rebanho entre 500 e 1.000 reses, era necessário até 2 homens adultos e um rebanho de até 500 reses 1 homem adulto.

Para compreender a distribuição de mão de obra permanente segundo o tamanho da produção para o período analisado, utilizou-se novamente das informações contidas no Censo de 1858 de Santana do Livramento. Neste censo, cada criador, além de informar a quantidade de cria anual de cada tipo de animal da sua unidade produtiva, informou o total de peão permanente, fosse escravo ou livre, e capatazes empregados na unidade produtiva. Considerando os mesmos estratos de dimensão dos rebanhos, procedeu-se à distribuição da quantidade de mão de obra informada no censo, em que a categoria *zero* se refere àquelas unidades produtivas que constavam o numeral 0 (zero), ou seja, indicavam que não havia peão/capataz permanente. A categoria *apenas 1*, obviamente, referia-se àquelas unidades produtivas em que constavam a utilização de apenas 1 peão permanente. A categoria *mais de 1* se refere àquelas que utilizavam 2 ou mais peão permanente, incluindo o capataz, em que a menor quantidade observada foi a de 2 peões e maior quantidade observada foi a de 20 peões<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup>Esta UP se referia a fazenda de David Canabarro em parceria com João Martins.



Tabela 13 - Distribuição da mão de obra permanente por tamanho dos rebanhos (cria anual de vacun) Santana do Livramento (1858)

Estrato	20 a 100		101 a 200		201 a 500		501 a 900		1.030 a 2.000		Total	%
		%		%		%		%		%		
Zero	19	37	4	12,5	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Com até 1	13	26	10	31,3	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Com mais de 1*	19(a)	37	18(b)	56,2	17(c)	80	15(d)	100	6(e)	100	75(f)	60
Total	51	100	32	100	21	100	15	100	6	100	125	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114

\* Quantidade de criadores com capataz: (a) 4 (b) 10 (c) 7 (d) 10 (e) 5 (f) 36.

Como é possível observar na tabela 13, aqueles criadores que demandavam a utilização de mais mão de obra, isto é, aqueles com mais de 1 peão, representam 60% da amostra. Porém, existia uma parcela de criadores que demandavam uma produção com baixo uso de mão de obra nas tarefas diárias, que representa 20% da amostra (categoria *com até 1*). Tendo em vista que os tamanhos dos rebanhos eram, em sua maioria, pequenos e médios, como já observado na seção inicial deste capítulo, a existência de criadores com um baixo uso de mão de obra se demonstra proporcional aos tamanhos dos rebanhos.

O sistema social produtivo de um sistema agrário é compreendido, entre outras características, pelo estatuto social da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola, podendo ser a mão de obra familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal, etc. (MAZOYER; ROUDART, 2010). Portanto, considerando este modelo proposto pelos autores, é possível verificar à luz da bibliografia e, principalmente da fonte documental, que, neste sistema agrário, os estabelecimentos agrícolas empregavam a mão de obra assalariada em combinação com a mão de obra escrava, sobretudo para as atividades de pecuária. No inventário de João Machado Pereira, aberto em Santana do Livramento, em 1880, na matrícula de escravos no anexo, encontrava-se os seguintes escravos listados: Liandro, 60 anos, africano, roceiro; Rosa, 50 anos, africana, cozinheira, e Adão, 24 anos, filho natural de Rosa e *campeiro* – à época do inventário, ambos estavam forros. Além destes, havia mais uma filha de Rosa, de nome Eva, que havia falecido, porém havia deixado três filhos: Miguel,

Maria e Rita, ambos menores de 8 anos à época da matrícula<sup>88</sup>. Ainda em Santana do Livramento, em 1880, o inventário de Francisco de Souza Vieira continha uma matrícula a qual informava, além de outros escravos, a existência de 13 escravos *campeiros*, embora alguns considerados fugidos e outros já livres à época do inventário<sup>89</sup>.

Até o momento, o sistema de criação de Santana do Livramento pode ser entendido como aquele em que empregava mão de obra livre e escrava, quando algumas unidades de produção praticavam a pecuária com baixo uso de mão de obra, ou seja, com apenas 1 trabalhador permanente. No entanto, além destes dois tipos sociais de mão de obra, está-se considerando que, neste sistema, agrário havia unidades produtivas que desenvolviam atividades de criação de gado apenas com mão de obra familiar nas tarefas diárias. Para este tipo de estabelecimento, estão se considerando, principalmente, aqueles criadores que declararam no censo utilizarem *zero* de mão de obra escrava ou contratada. Como pode ser verificada na tabela 13, esta categoria representa 20% da amostra. Portanto, esta situação sugere que estes rebanhos eram cuidados pelo próprio criador ou por algum filho mais velho, pois a atividade de criação não era simplesmente deixar o gado solto no campo, era necessário reparar o gado, cuidá-lo no período da noite e cuidar para não se dispersar, entre outras atividades. Este tipo de situação pode ser verificado na denúncia que chegou ao conhecimento do Delegado de Santana do Livramento. Em 1861, Joaquim dos Santos Padilha, morador no 13º quarteirão de Santana do Livramento, denuncia o crime de furto de ovelhas de sua propriedade, que passa a ser explicado:

Que o queixoso é proprietário com criação de gado vaccum e lanígero, no lugar denominado Catacumbas, assim como Manoel Rodrigues da Silva, morador de 9 a 10 quadras do queixoso sem divisa alguma.

Que o suplicante em agosto de 1860 possuía 600 ovelhas e o Manoel Rodrigues cento e tantas; as do suplicante tinham por sinal as duas orelhas aparadas, e as de Rodrigues uma orelha aparada e outra uma marca em cima, confundindo-se frequentemente estes rebanhos pela pequena distancia.

Que o queixoso desde agosto de 1860 até 8 de janeiro deste ano esteve nesta vila em curativo na casa de Feliciano da Costa Leite, deixando seu filho Francisco de 15 anos na fazenda.

Que nesta ausencia dito Manoel Rodrigues cortando a [mossa] da orelha de suas ovelhas ficarão estas com o mesmo sinal das do queixoso e consequentemente confundidas, para o fim premeditado de Manoel Rodrigues que foi marcar as que lhes pareceu e matar desperdiçadamente em proveito de sua numerosa família e trabalhadores da olaria que possui, tanto assim<sup>90</sup> [grifo meu].

<sup>88</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento Subfundo: Vara de Família Caixa: 773. Inventário: 321 Ano: 1880. O inventário é do ano de 1880, porém a matrícula dos escravos é referente ao ano de 1872, as informações de forro e falecimento foram acrescentadas posteriormente.

<sup>89</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento Subfundo: Vara de Família Caixa: 773. Inventário: 318 Ano: 1880. O inventário é do ano de 1880, porém a matrícula dos escravos é referente ao ano de 1872. A matrícula dos escravos foi realizada no município de Bagé.

<sup>90</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0256. Processo: 1536.

No processo, há ainda o relato de que o rebanho de Joaquim dos Santos diminuiu em, aproximadamente, 200 ovelhas, enquanto que o rebanho do seu vizinho aumentou, além disso, poucas informações foram acrescidas, pois o réu era morador de Alegrete e se recusou a comparecer na delegacia de Livramento, e o denunciante acabou desistindo do processo. Entretanto, conforme o relato da denúncia no processo crime, é possível perceber que Joaquim dos Santos Padilha era criador de gado *vacum* e de ovelhas, e era proprietário das suas terras; mas o que mais chama a atenção é o fato de Joaquim dos Santos ter ficado 5 meses afastado de sua propriedade por conta de uma enfermidade, e ter apenas seu filho de 15 anos para cuidar da criação. Assim, é possível observar que, neste caso, o estabelecimento contava apenas com a mão de obra da família, pois, se houvesse um escravo ou um peão permanente, é muito provável que este seria citado no processo, ou, ainda, possivelmente teria coibido o furto por parte do vizinho. Além disso, Joaquim dos Santos possuía um rebanho para consumo, tendo em vista que uma das testemunhas relata que o denunciante, por conta da diminuição do tamanho do rebanho das ovelhas, estava vendo-se obrigado a carrear rezes de *vacum* e não ovelhas, sob pena de comprometer a produtividade dos ovinos.

Observando a composição dos rebanhos na tabela 13, é possível verificar que estes criadores que utilizavam apenas a mão de obra familiar para o trabalho diário estavam concentrados entre os estratos dos criadores que dispunham dos menores rebanhos, e, neste caso, é muito provável que os tamanhos dos rebanhos correspondessem à disponibilidade da mão de obra da família, e não necessariamente o contrário. Se considerarmos que um rebanho de rebanho de até 500 reses *vacum* necessitava de até 1 homem adulto e um rebanho de 500 a 1.000 necessitava, pelo menos, de 2 homens adultos (conforme constatação no início do texto), é muito possível que uma família poderia ter um rebanho de até 400 ou 500 reses e cuidar apenas com a mão de obra do seu núcleo familiar.

Para a campanha bonaerense, Garavaglia (1999) identificou um grupo de criadores aos quais ele identificou como *pastores de ganado*, sendo estes compreendidos como

[...] los integrantes de los grupos domésticos que, utilizando fundamentalmente – pero, no exclusivamente – su propia fuerza de trabajo, se dedican a la cría de ganado y a la producción agrícola [...]. Proprietarios de sus rebaños, pero con mucho menor frecuencia de la tierra que ocupaban (eram a veces arrendatarios, otras ocupaban tierras cuyo status era difícil de conocer o eran directamente realengas [da Coroa]), solían contratar durante algunos períodos a jornaleros o podían poseer uno o dos esclavos; mas como hemos dicho, la fuerza de trabajo fundamental era la del

grupo doméstico: hijos, “entenados”, “agregados”(GARAVAGLIA, 1999, p. 300-301).

Portanto, como pode se verificar para a campanha bonaerense, este grupo de pequenos criadores, referidos como *pastores de ganados*, e os pequenos criadores da Campanha Rio-grandense, que já foram referidos amplamente neste trabalho, desenvolviam suas atividades produtivas, essencialmente, com a força de trabalho da família, com alguma ajuda de algum trabalhador eventual ou de um ou dois escravos. Semelhante situação se verifica para o atual Uruguai. Gelman (1993), estudando a então Banda Oriental do Período Colonial, identificou uma categoria de produtores para a região, que, segundo o autor, formavam a maior parte da população rural do período: *los campesinos*. Para Gelman (1993), esta categoria estava identificada, sobretudo, pelo uso predominante de sua força de trabalho ser proveniente do núcleo familiar, embora com algumas diferenças: havia aqueles que criavam em suas próprias terras e contratavam alguma mão de obra externa e/ou possuíam algum escravo e outro grupo que, não conseguindo sobreviver apenas da sua produção e para completarem os seus ingressos, muitas vezes, o chefe da família ou algum filho mais velho se empregava de forma temporária em alguma estância.

Com base na literatura, verifica-se que, para a região do Prata, existia um grupo de criadores de gado que desenvolviam esta atividade tendo como principal força de trabalho a família e que também se assemelham aos pecuaristas familiares de hoje, quando, para estes, a mão de obra da propriedade é, essencialmente, familiar, embora com eventual contratação ou trocas de serviços, conforme salienta Ribeiro (2009). Além disso, aqueles criadores situados na categoria *com até 1* (20%) também poderiam estar desenvolvendo suas atividades de criação com a mão de obra familiar e com ajuda de, pelo menos, um escravo, principalmente se os compararmos com os *pastores de ganado*, identificados por Garavaglia, que possuíam um ou dois escravos.

Para o período estudado, não existem trabalhos que abordem a pecuária desenvolvida na região da Campanha com base na mão de obra familiar. No entanto, Farinatti (2003), ao analisar o censo agrário de 1858 realizado para os municípios de São Borja e Santa Maria, chegou a conclusões pormenorizadas a este respeito, em parte porque, nestes municípios, os criadores censados diferenciaram o tipo de mão de obra utilizada, entre de escravos, de peões assalariados e de algum filho; diferentemente da Câmara Municipal de Livramento, que se dedicou a anotar apenas os peões contratados ou escravos. De acordo com o autor, nesta região, a produção de pecuária pelos grandes criadores era realizada sem a presença da mão de obra familiar, salvo nas tarefas de administração, mas não como peão; os

criadores médios produziam com uma combinação de mão de obra assalariada, escrava e familiar, e aqueles com os menores rebanhos (de até 100 reses) utilizavam essencialmente mão de obra familiar, muitas vezes com a ajuda de algum filho.

Os *trabalhadores sazonais* se referiam àqueles que eram necessários quando o sistema de criação demandava mais tarefas e consequente mão de obra. O Relatório realizado pela Câmara Municipal explica de forma explícita esta necessidade: “os capatazes e peões indicados são os necessários ao costeiro, por assim dizer, diário, mas não para marcação, capação, e feitura de tropa, pois durante estes serviços o estancieiro aumenta o pessoal, que não é conveniente conservar concluídos que sejam”<sup>91</sup>. Aqueles estabelecimentos que desenvolviam a pecuária com base em mão de obra familiar, nos períodos de maior pico, possivelmente, contratassem algum jornaleiro por um curto tempo ou, o que é mais provável, dependessem de mutirões feitos entre vizinhos. Garavaglia (1999) observou para a campanha bonaerense diversos testemunhos desta relação de reciprocidade entre os pequenos produtores da região.

No que refere a estes trabalhadores sazonais, a ideia central defendida pela recente historiografia é que muitos destes trabalhadores temporários das estâncias, no geral os jornaleiros, não eram indivíduos que simplesmente vagavam pela campanha em busca de alguma aventura ou trabalho temporário, o típico “gaúcho solitário”. Estes, em vários casos, tratavam-se de indivíduos que mantinham núcleos familiares, quando, muitas vezes, as suas famílias trabalhavam em seus lares com algum tipo de cultivo ou de criação, enquanto o chefe de família ou o filho mais velho saía para trabalhar em alguma estância para complementar a renda familiar. Farinatti (2010), analisando as contas de uma grande estância de Alegrete, observou que um peão jovem, Antônio Israel Lucas, 18 anos, solteiro, trabalhou por 7 meses nesta estância. Cruzando esta informação com outras fontes documentais, o autor observou que este peão se tratava do filho do capataz da estância e que também a família possuía um pequeno pedaço de terra onde criava 148 reses de criar.

Embora para Santana do Livramento não tenha se encontrado documentos com semelhante detalhamento qualitativo, ao se observar o estado civil informado nos processos crimes pelos trabalhadores sazonais, é possível sugerir que muitos destes trabalhadores sazonais mantinham algum vínculo familiar.

---

<sup>91</sup>Relatório da Câmara Municipal. AHRs. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114

Tabela 14 - Distribuição do estado civil dos réus, entre aqueles com ocupação relacionada à pecuária (Santana do Livramento, 1859-1890)

	Fazendeiro	%	Criador	%	Peão/ Campeiro	%	Jornaleiro	%	Total	%
Solteiro	1	10	10	39	8	80	30	60	49	52
Casado	6	90	16	61	2	20	19	40	43	48
Total	7	100	26	100	10	100	49	100	92	100

Fonte: Elaboração da autora (2012).

Nota: 201 processos crimes. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Cartório: 1ª Vara Cível e Crime.

Conforme pode ser observado na tabela 14, os fazendeiros e criadores são, na sua maioria, casados, embora houvesse alguns solteiros. Entre os peões/campeiros, a maioria se identificou como solteiro. Analisando apenas os jornaleiros, verifica-se que 60% eram solteiros, mas havia também uma significativa parte destes que se identificaram como casados. Quando comparada a diferença apenas entre aqueles que se identificaram como “casados”, é possível verificar que esta diferença é pequena, quando os criadores/fazendeiros casados representam 24% da amostra e os peões/jornaleiros casados representam 23% da amostra, sendo que apenas os jornaleiros casados representam 20% da amostra e os 4% se refere aos peões. Portanto, é possível verificar que, mesmo os jornaleiros sendo indivíduos que se empregavam por temporada, talvez em diferentes estâncias, mantinham vínculos familiares. A respeito dos jornaleiros solteiros, considerando que estes embora não sejam criadores ou casados, não significa que estejam desvinculados de núcleos familiares, como foi o caso do jovem peão Antônio Israel Lucas. Além disso, a literatura considera que a maioria dos peões eram solteiros e, quando queriam constituir família, empregavam-se de capataz ou posteiro em alguma estância, de maneira que pudessem constituir família e ter uma pequena produção (OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2010; GARAVAGLIA, 1999).

Gelman (1993), ao analisar um censo populacional para a Banda Oriental, percebeu uma categoria de peões que trabalhavam nas estâncias e não possuíam chácaras ou semelhantes, e viviam apenas do salário que recebiam do trabalho nas estâncias. Estes não se identificavam como *jornaleiros*, mas *conchabados* nas estâncias. A maior diferença entre esta categoria de peão com os *jornaleiros* é que eram, na maioria, solteiros, ou seja, não possuíam uma família (mulher e filhos) lhes aguardando para retornarem. Para o autor, estes peões *conchabados* podem caracterizar o *gaúcho* eternizado na literatura como o típico, aquele que vive sem domicílio fixo e sem família, e percorre as estâncias em busca de trabalhos.

#### 6.3.4 Fechamento do capítulo

Considerando as variações observáveis das categorias sociais a partir da dimensão dos rebanhos de gado *vacum* e do estatuto social da mão de obra empregado nos estabelecimentos que desenvolviam a pecuária de gado *vacum*, definiu-se de forma operacional 6 principais tipos de estabelecimentos agrícolas, os quais são apresentados abaixo. Dentre estes tipos de estabelecimentos, considera-se que o pecuarista familiar está situado entre aqueles criadores que possuíam os menores rebanhos, desenvolviam as atividades da criação com predominância de mão de obra familiar e poderiam ou não possuir a propriedade da terra.

Com base no que já foi discutido neste capítulo, abaixo, apresento uma breve sistematização dos tipos de estabelecimentos observados:

##### *6.3.4.1 Pequenos estabelecimentos: (1) com mão de obra familiar e escrava e (2) apenas com mão de obra familiar*

Como é possível observar, os estabelecimentos que possuem os menores rebanhos se diferenciam em dois tipos: aqueles que empregam apenas a mão de obra familiar e aqueles que poderiam possuir um ou dois escravos, talvez estes últimos por possuírem mais recursos. No que se refere ao modo de acesso à terra, estes estabelecimentos também tinham a possibilidade de acessar a terra para a sua produção por meio de herança, compra, posse e arrendamento, e, além disso, existia a possibilidade de se instalar em terras alheias.

Considera-se que o *pecuarista familiar* está situado entre estes criadores que possuíam menores rebanhos, os estratos de até 100 reses ou até 300 reses, porque era muito provável que estes criadores tivessem um rebanho limitado ao que eles poderiam cuidar com mão de obra familiar e também com a área disponível para produção. Além disso, alguns pecuaristas familiares possuíam rebanhos de ovelhas. Aqueles que criavam ovelhas se referiam à minoria observada e muitos os faziam para autossustento, pois, geralmente, possuíam pequenos rebanhos de ovinos. No que se refere ao tipo de mão de obra empregada na propriedade, estes pequenos produtores foram os únicos em que não se observou o uso de mão de obra assalariada e apenas em alguns casos o uso de até 1 escravo. Para os períodos de maior demanda da mão de obra, as tarefas de castração, marcação, etc., muitas vezes, eram realizadas com mutirões entre os vizinhos ou com a ajuda de algum trabalhador jornaleiro, ou seja, era pago um ajudante eventual. No que se refere ao acesso à terra, estes pecuaristas

poderiam obter o acesso à terra por meio da compra ou herança, considerados proprietários. Mas também foi observada uma significativa presença de criadores que não possuíam a propriedade da terra e esta era uma realidade observável não apenas em Santana do Livramento, mas também na região do Prata. A maior parte daqueles criadores sem a propriedade da terra eram criadores com pequenos rebanhos. Embora não fique claro de que forma estes indivíduos acessavam a terra, considera-se que, possivelmente, tratava-se de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, de arrendatários.

Portanto, o *pecuarista familiar* existente na Campanha no século XIX era aquele criador com pequenos rebanho, que desenvolvia sua criação com a mão de obra familiar, talvez com ajuda de 1 escravo; nos momentos de maior demanda de mão de obra, contava com a ajuda de algum empregado eventual ou mutirões entre vizinhos. Estes pecuaristas familiares poderiam possuir ou não a propriedade da terra em que produziam. Além disso, empregavam-se em alguma estância maior, eventual ou temporariamente para aumentar seus ingressos.

Talvez o que se demonstre mais peculiar na análise apresentada, quando comparado com o pecuarista familiar identificado na Campanha hoje, é a existência de uma categoria social de produtor que acessava a terra instalando-se em terras alheias na qualidade de agregado ou trabalhador da estância (capataz e posteiro), embora esta prática não tenha sido extinguida nos tempos atuais. Como já referido no texto, este criador passa a ser compreendido ainda mais como um *pecuarista familiar* quando se percebe que acessar a terra desta forma é uma estratégia para a perpetuação da família e sua reprodução enquanto unidade produtiva familiar, sobretudo em um contexto em que o acesso à terra é cada vez mais difícil para os mais modestos. Quando se comparando com as estratégias de produzir em terras alheias na condição de agregado ou capataz destes pecuaristas do século XIX, observa-se a mesma trajetória narrada pelos pecuaristas familiares entrevistados no tempo presente.

#### 6.3.4.2 Médios estabelecimentos: (3) com mão de obra assalariada e escrava; (4) com mão de obra familiar e assalariada e (5) com mão de obra familiar e escrava

Aqueles estabelecimentos compreendidos como médios são os que mais apresentaram variabilidade no tipo de mão de obra empregada no estabelecimento, havendo, assim, 3 tipos distintos entre os criadores com rebanhos nesta dimensão: aqueles que empregavam uma combinação de mão de obra assalariada e escrava, aqueles que empregavam uma combinação de mão de obra assalariada e familiar, e aqueles estabelecimentos que



empregavam uma mão de obra escrava e familiar. É possível que os criadores que empregavam mão de obra assalariada e/ou escrava fossem os que possuíssem maiores recursos e, neste caso, mais próximos de serem “grandes” e aqueles que empregavam a mão de obra familiar possuíssem rebanhos mais modestos, ou seja, mais próximos de serem “pequenos”.

Todos os estabelecimentos destas categorias também tinham a possibilidade de acessar a terra para a sua produção através de herança, compra, posse e arrendamento; porém também existia a possibilidade de se instalar em terras alheias, e, neste caso, Manoel da Silva Ferrão, já referido neste trabalho, caracteriza um bom exemplo: ele possuía rebanho de gado *vacum*, um rebanho de, aproximadamente, 600 ovelhas – que não pode ser entendido como pequeno – e possuía, ao menos, um escravo, o Januário, porém era agregado de um fazendeiro. Considera-se que criador “típico” do município é este com pequenos e médios rebanhos, e não a figura do grande estancieiro, como a literatura tradicional afirma.

#### *6.3.4.3 Grandes estabelecimentos com mão de obra assalariada e escrava (6)*

Aqueles estabelecimentos que possuíam os maiores rebanhos são os que não apresentam variações quanto ao tipo de mão de obra empregada. Isto se explica, em parte, porque era impossível cuidar de grandes rebanhos apenas com a mão de obra familiar e, em parte, porque estes criadores possuíam mais recursos para empregarem mão de obra assalariada e escrava. Estes produtores, como quaisquer outros do período estudado, poderiam acessar a terra para a sua produção através de herança, compra, posse e arrendamento; porém o acesso a terra por meio da doação de sesmaria era uma possibilidade restrita a estes possuidores de maiores rebanhos, tendo em vista que esta era uma prática acessível apenas àqueles indivíduos de maior prestígio social, por conseguinte, limitada aos mais modestos. Estes estabelecimentos, embora remetam à figura do grande estancieiro eternizado na literatura tradicional, não representam o produtor típico da Campanha, pois, como já observado, estes estabelecimentos existiam em pequeno número na região, segundo a amostra analisada para Santana do Livramento e também de acordo com a literatura.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi o de avaliar a natureza da relação histórica entre os pequenos criadores de gado do século XIX e os pecuaristas familiares da Campanha hoje. Este objetivo embasou a pesquisa desenvolvida e apresentada neste trabalho, além disso, este objetivo foi desmembrado em três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico foi o de descrever a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários de Santana do Livramento.

Ao buscar a compreensão desta evolução e diferenciação dos sistemas agrários, verificou-se que na região da Campanha se desenvolveu uma pecuária extensiva em uma significativa interação com a região do Prata (entendida atualmente como Cone Sul). Ao observar as mudanças dos sistemas agrários ocorridos ao longo do tempo, é possível perceber que a região da Campanha, desde o período de sua ocupação, apresenta um contexto econômico e social muito mais complexo do que comumente se afirma: os grupos sociais existentes não se tratavam apenas dos peões “vagos” e estancieiros, se verificou a existência de outros grupos sociais.

Além disso, se verificou que as atividades econômicas desenvolvidas na região ocasionaram modificações na paisagem, seja por ações diretas do ser humano, como a construção de açudes ou a introdução do gado bovino, ou por ações indiretas, como as modificações decorrentes do pastejo intensivo deste gado, por exemplo. A pecuária que se desenvolveu nesta região em seus últimos 300 anos, embora tenha ocasionado modificações nesta paisagem, não é considerada por agrônomos e biólogos um fator agressor ao Bioma Pampa, que altera ou suprime a paisagem natural. Mesmo tendo havido uma mudança na paisagem natural do pampa devido à introdução do gado vacum pelos colonizadores, também houve uma seleção natural de espécies; diferentemente do que ocorre hoje com a expansão da lavoura em campos secos, com o cultivo do arroz nos banhados e várzea e com as pastagens cultivadas, que causam um efeito de perda e alteração no hábitat natural. Cada vez mais há uma expansão da área utilizada para estas produções, em busca de um maior aproveitamento econômico, modificando e suprimindo a paisagem natural que é o refúgio da fauna. Além de causar uma perda da biodiversidade dos pampas, essa expansão ainda coloca em desequilíbrio o ecossistema da região. O aumento da lavoura e pecuária sobre terrenos de mata de galeria causa a diminuição desta mata que serve de refúgio natural para algumas espécies em períodos de geada no campo, por exemplo, favorecendo assim o desaparecimento de espécies,

como a preá e o tamanduá, que são predadores naturais e que, assim, controlam as populações de insetos e pragas na região.

Embora uma grande parte do território do município de Santana do Livramento abrigue a produção de arroz e uva, a plantação de eucalipto não é da mesma forma representativa no município, mas esta prática do monocultivo se faz presente de forma significativa na região da Campanha. No que tange a prática desta monocultura, a preocupação não deve ser referente apenas aos efeitos ambientais desse modelo, sobre a água e sobre a biodiversidade do pampa e a salinização do solo, mas aos efeitos sociais que esse tipo de monocultura pode criar: aumentando ou mantendo as desigualdades sociais no campo, além disso, espera-se que a região do Prata não deixe de ser produtora de carne e alimentos, para ser produtora de monocultivo de árvores.

A discussão referente à conservação da biodiversidade do Bioma Pampa tem se intensificado nos últimos anos trazendo à mesa das discussões abordagens referentes à necessidade de formas de produção sustentáveis praticadas na Campanha e à necessidade da manutenção e valorização da identidade e cultura local, estas últimas fortemente ameaçadas pelas mudanças das práticas produtivas, as lavouras e a monocultura de eucaliptos e pinus. Ou seja, a degradação dos campos da Campanha causada por estas práticas produtivas também é considerada como uma forte ameaça à cultura e identidade local. E neste novo cenário de discussão, o pecuarista familiar surge como um agente social importante: primeiramente porque agrega a identidade e cultura do homem do campo e também porque desenvolve uma pecuária em campos nativos, sendo considerada esta uma prática econômica e ambientalmente sustentável.

Aliando a esta necessidade de valorização da identidade local, o pioneiro trabalho dos técnicos da Emater e as recentes pesquisas acadêmicas referentes ao pecuarista familiar, esta categoria social do campo passou a ser tema de pesquisa após um longo período de invisibilidade tanto para as políticas públicas quanto para outros setores da sociedade. Porém, se por um lado recentemente esta categoria social está recentemente sendo beneficiária de políticas públicas e objeto de pesquisas, por outro lado não se trata de uma “invenção” de planos de governo ou de pesquisadores, tampouco de um grupo social “emergente” no campo. A pesquisa apresentada neste trabalho demonstra a persistência dos pecuaristas familiares como uma categoria social na Campanha desde o período inicial do século XIX, e de forma bem expressiva.

O segundo e terceiro objetivos específicos desta pesquisa focalizaram principalmente a presença desta categoria social na Campanha desde o período inicial do

século XIX. O segundo objetivo específico desta pesquisa foi o de compreender os aspectos sociais e econômicos do Sistema Agrário Pecuária Extensiva Tradicional. Este sistema agrário se refere ao período inicial da produção pecuária nas estâncias, ou seja, de forma fixa e não apenas a extração de couros do gado que vagava solto pelo pampa. As datas limites deste sistema agrário foram consideradas o período entre os anos de 1800 e 1880.

Neste sistema agrário se identificou uma técnica na produção pecuária, como por exemplo, a construção de *zanjas* ou das cercas de pedra ou de arbustos – sendo que para a região da Campanha o uso de cercas de pedra foi mais comum por se tratar de uma região mais pedregosa -, o aquerenciamento do gado através de postes (mourões) ou da instalação de postos. A atividade pecuária não se tratava apenas de deixar o gado solto livremente no campo e apenas caça-lo quando necessário, havia momentos em que o gado era reunido para tratar de bicheiras, realizar a castração e a marcação, organizar as tropas e também separar o gado que se misturava com os rebanhos de outros criadores. Além das atividades da pecuária de gado vacun, se identificou neste sistema agrário a presença de unidades produtivas que se dedicavam também a outras práticas produtivas, como a criação de ovelhas ou a produção de grãos, neste último caso principalmente de trigo, feijão, mandioca, milho e cevada.

Além disso, se observou que na região da Campanha neste período havia a presença de outros atores sociais para além dos criadores: lavradores, escravos e jornaleiros, entre outros. As atividades a que os indivíduos se dedicavam não eram exclusivamente rurais, foram observadas ocupações ligadas às atividades de: ouvires, sapateiros, comerciantes, alfaiate, pedreiro, policial. Além disso, havia o registro de fábricas e oficinas de: olaria, farinha (tafona), ouvires, ferrarias, funilaria, marcenarias e carpintarias. Além destas distintas ocupações que estavam além das atividades voltadas exclusivamente à pecuária, havia uma significativa presença de indivíduos que não se identificavam como brasileiros, estes estrangeiros se tratavam de uruguaios, argentinos e, provavelmente em menor quantidade, de italianos, africanos, portugueses, espanhóis, entre outras nacionalidades.

Neste sistema agrário se identificou a existência de estabelecimentos agrícolas que desenvolviam a pecuária de gado *vacun* em uma complexidade de tipos, que variavam quanto à dimensão do estabelecimento, modo de acesso a terra e o estatuto social da mão de obra empregada no estabelecimento. Para fins operacionais desta pesquisa, definiu-se 6 principais tipos que assim foram identificados: (1) pequenos estabelecimentos com predominância de mão de obra familiar e escrava; (2) pequenos estabelecimentos apenas com a utilização de mão de obra familiar; (3) médios estabelecimentos com emprego de mão de obra assalariada e escrava; (4) médios estabelecimentos com emprego de mão de obra familiar

e assalariada; (5) médios estabelecimentos com emprego de mão de obra escrava e familiar e (6) grandes estabelecimentos com mão de obra assalariada e escrava. Estes 6 tipos de estabelecimentos foram observados considerando apenas as variáveis “dimensão” e “tipo de mão de obra”, pois se considerarmos a variável “modo de acesso a terra”, o grau de variabilidade possível dos tipos de estabelecimentos se torna ainda mais complexo. Não foi possível verificar exatamente a quantidade de ocorrências destas combinações no período estudado, mas é interessante salientar que todos os indivíduos que estavam situados entre estes 6 tipos de estabelecimentos observados podiam ter acesso a terra através de compra, arrendamento, herança, posse e ocupação em terras alheias. É interessante salientar que tanto nesta pesquisa, como naquelas que se referem à outras regiões da Campanha ou da região do Prata<sup>92</sup>, ambas referindo-se ao período entre 1700 até final de 1800, os criadores que possuíam menores rebanhos representaram a maior quantidade de criadores existentes nas amostragens analisadas, embora possuíssem a menor quantidade total do rebanho da época. Em suma, estes pequenos criadores existiam de forma significativa na região já nos séculos XVIII e XIX.

Dentre estes tipos de estabelecimentos, considera-se que o *pecuarista familiar* está situado entre aqueles criadores que possuíam os menores rebanhos, desenvolviam as atividades da criação com predominância de mão de obra familiar e poderiam ou não possuir a propriedade da terra.

O terceiro objetivo específico do trabalho foi o de caracterizar as atividades produtivas dos pecuaristas familiares, sua estrutura e organização econômica, principalmente com mercados de gado, de alimentos e de mão de obra neste sistema agrário estudado. Considera-se que o *pecuarista familiar* está situado entre estes criadores que possuíam menores rebanhos, os estratos de até 300 reses, porque era muito provável que estes criadores tivessem um rebanho delimitado ao que eles poderiam cuidar com mão de obra familiar e também com a área disponível para produção. Além disso, desenvolvia sua criação com a mão de obra familiar, talvez com ajuda de 1 escravo e nos períodos de maior demanda de mão de obra contava com a ajuda de algum empregado eventual ou mutirões entre vizinhos. Estes pecuaristas familiares poderiam possuir ou não a propriedade da terra em que produziam. Além disso, empregava-se em alguma estância maior, eventual ou temporariamente para aumentar seus ingressos.

---

<sup>92</sup>Os autores que serviram de aporte para esta afirmação foram devidamente citados no texto e estão referidos nas referências bibliográficas.

Para o período do século XIX além da existência de pecuarista familiar com campo, havia outra categoria social que eram os pecuaristas familiares sem campo. Constatou-se a existência de uma categoria social de produtor que acessava a terra instalando-se em terras alheias na qualidade de agregado ou trabalhador da estância (capataz e posteiro), embora se observasse nas entrevistas que esta prática não tenha sido extinguida nos tempos atuais. Quando comparando com as estratégias de produzir em terras alheias na condição de agregado ou capataz destes pecuaristas do século XIX, percebe-se a mesma trajetória narrada pelos pecuaristas familiares entrevistados no tempo presente. No que se refere às práticas destes pecuaristas familiares envolvendo atividades com mercados de gado e de alimentos desenvolvidas neste sistema agrário, pouco pode-se apreender neste estudo, em parte pela limitação do tipo de fonte analisada e também em parte pela limitação do tempo de desenvolvimento da pesquisa.

Os estudos referentes à pecuária familiar desnudam uma realidade por muito tempo ignorada nos campos da Campanha, onde ainda ocorre a concentração de terras nas mãos de poucos e a exclusão das camadas mais pobres. Se por um lado o grande mérito destes estudos é reconhecer a existência desta categoria social, por outro lado reproduzem estereótipos como a naturalização das grandes propriedades nas mãos de poucos e a identidade do “peão gaúcho servil”. Neste sentido a pesquisa realizada constatou que estes estereótipos se reproduzem em parte pela utilização por parte destes pesquisadores de uma bibliografia mais tradicional, que considera a Campanha formada apenas pelos grandes estancieiros, com terras doadas legitimamente através das sesmarias e que identificam o “gaúcho” peão como aquele indivíduo que andava vago sem laços familiares pelo campo e com espírito de lealdade ao grande estancieiro.

Neste trabalho, além dos principais objetivos pretendidos, buscou-se aproximar o diálogo entre as distintas áreas do conhecimento. Por um lado a recente produção dos historiadores que se debruçam sobre a temática rural e que cada vez mais procuram compreender as relações sociais estabelecidas no campo, produzindo novas interpretações dos processos históricos. Por outro lado, a também recente produção de pesquisadores - agrônomos, economistas, biólogos, cientistas sociais, zootecnistas, etc. - que se dedicam a temas pertinentes ao *desenvolvimento rural*, embora de uma forma muito mais aplicada e também “no tempo presente”.

No que se refere ao pecuarista familiar, a pesquisa apresentada compreendeu esta categoria social a partir da caracterização já apreendida por outras pesquisas: o pecuarista familiar é entendido como aquele produtor que, em geral, produz em pequenas extensões de

terras; dedica-se, principalmente, à bovinocultura de corte – mesmo não sendo a maior fonte de renda; a mão de obra da propriedade é essencialmente familiar, embora com eventual contratação ou trocas de serviços; se relaciona com o mercado com relativa autonomia, havendo, neste caso, uma variação desta relação conforme o “tipo” de pecuarista. Porém, muitas questões ainda permanecem em aberto, tanto no âmbito de sua persistência histórica quanto na atualidade, e para a compreensão desta categoria social se fazem necessárias mais pesquisas.

Neste sentido considera-se pertinente que estas novas pesquisas abordem e ponderem as peculiaridades desta categoria social, atentando para não tomar como modelo o desenho estabelecido para atender a demanda das políticas públicas que atendem esta categoria, como por exemplo, o tamanho da propriedade: para fins de operacionalização de trabalho, tanto a Emater/RS quanto o Plano Estruturante da Pecuária Familiar estabeleceram como público alvo aqueles indivíduos que produzem em até 300 ha.. Observou-se que no Uruguai o *ganadero familiar* produz em uma área de até 400 ha. Sendo assim, os 300 ha. definidos por estas instituições para caracterizar o pecuarista familiar do RS operacionalizam as necessidades de trabalho destas instituições, mas não necessariamente referenciam ou abrangem todos os pecuaristas entendidos como pertencentes a esta categoria social. Além disso, é importante também que estas novas pesquisas possam avançar na compreensão das práticas agrícolas destes pecuaristas com base de mão de obra familiar, tendo em vista que além de pecuaristas que criam gado de corte – identificados como *pecuaristas familiares* - existem no RS também produtores que se dedicam à pecuária com base de mão de obra familiar, porém não criam apenas gado de corte e sim ovelhas (e produzem lã) ou apenas gado leiteiro, entre outras práticas de pecuária.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Vera do Prado Lima.  **Armour**: uma proposta no pampa. Santana do Livramento: S/Ed., 2000.
- ALMEIDA, Aloísio. **Vida e Morte do Tropeiro**. São Paulo: Martins/Ed. da USP, 1981.
- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 1-15, jun. 2008.
- BEHLING, Hermann et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.). **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 13-25.
- BENCKE, Glayson Ariel. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.). **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 101-121.
- BERLATO, Moacir A. As secas no estado são um problema que tem solução. **Adverso**, Porto Alegre, n.186, p. 16-18, 2011.
- BERLATO, Moacir A.; CORDEIRO, Ana Paula A. Variabilidade climática e agricultura do Rio Grande do Sul. In: FEDERACITE. (Org.). **As Estiagens e as Perdas na Agricultura**: fenômeno natural ou imprevidência? Porto Alegre, 2005. p. 43-58.
- BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986.
- BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos Ambientais e Significados Sociais em torno da Expansão da Silvicultura de Eucalipto na "Metade Sul" do Rio Grande do Sul**. 2009. 212 f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BORBA, Marcos. **Desenvolvimento se constrói e não se importa**: uma avaliação do modelo agrícola gaúcho. 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/11818-%60desenvolvimento-se-constroi-e-nao-se-importa%60-uma-avaliacao-do-modelo-agricola-gaucho-entrevista-especial-com-marcos-borba>>. Acesso em: 27 set. 2009.
- BOLDRINI, Ilsi Lob. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.). **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 63-79.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: Uma revisão da pesquisa recente. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, p. 49-61, jul./dez. 1991.



CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009. p.97-115.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A Dinâmica do Espaço Agrário no Município de Sant´ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.3, n.1, p. 53-70, jan./jun. 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant´Ana do Livramento – RS. **Formação**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 51-72, 2003.

COTRIN, Marcelo de Souza. **Pecuária Familiar na região da Serra do sudeste Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de canguçu/RS. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. 353f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 177-197, 1991.

DOTTA, Mario; FREIRE, Duaner; RODRIGUEZ, Nelson. **El Uruguay Ganadero De la explotacion primitiva a la crisis atual**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1972.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RS - EMATER-RS (Org.). **Santana do Livramento regionalizado**. Santana do Livramento: Emater-RS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Programa Estadual de Pecuária Familiar**. 2011a. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/pecuaria.php>>. Acesso em: 25 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com técnicos da instituição em dezembro de 2011**. 2011b.

FARINATTI, Luis Augusto E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FARINATTI, Luis Augusto E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão de obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 7, n. 8, p. 253-276, 2003.

FARINATTI, Luis Augusto E. Peões de estância e produção familiar na Fronteira sul do Brasil (1845 – 1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383, 2008.

FARINATTI, Luis Augusto E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GARCIA, Graciela B. **Os domínios da terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Pastores y Labradores de Buenos Aires**: uma historia agrária de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: De La Flor, 1999.

GELMAN, Jorge. Producción Campesina y estancias en el Río de la Plata Colonial: la región de Colonia a fines del siglo XVIII. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**: Tercera Serie, Buenos Aires, n. 6, p. 41-65, jul./dic. 1992.

GELMAN, Jorge. Familia y relaciones de producción em la campaña rioplatense colonial. Algunas consideraciones desde la Banda Oriental. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; MORENO, Jose Luis (Org.). **Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense**: Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993. p. 75-103.

GONZÁLEZ, Alberto Rex; PEREZ, José A. **Argentina Indígena**: vísperas de la conquista. Buenos Aires: Paidós, 2000.

GRUPO GUAYUVIRA. **Plantaciones**. 2009. Disponível em: <<http://www.guayubira.org.uy>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

GUAZELLI, Cesar Augusto B. Prefácio. In: GUAZELLI, Cesar Augusto B. et al. (Org.) **Fronteiras Americanas**: teoria e práticas de pesquisa. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009. p. 7-19.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relatório Ambiental do projeto de Assentamento Cerro do Munhoz**: Santana do Livramento. Porto Alegre: INCRA/SR-11, 2005.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

LEIPNITZ, Ginter. T. **Entre contratos, direitos e conflitos**: arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847- 1910). 2010. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MALQUÍN, Ítalo. Permanencia de las explotaciones ganaderas de basalto. In: INSTITUTO PLAN AGROPECUARIO (Org.). **Familias y campo**: rescatando estrategias de adaptación. Montevideo, 2009. p. 99-106.

MARTINS, Tiago Costa. **Da vida de peão**: cultura, mídia e desenvolvimento na Campanha (RS). 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

MATEO, José. Migrar y volver a migrar. Los campesinos agricultores de la frontera bonaerense a principios del siglo XIX. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; MORENO, Jose Luis (Org.). **Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense**: Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993.p.123-148.

MATTOS, Jane Rocha. **Basília, Felicidade e Belisaria**: Fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MIELITZ NETTO, Carlos G. A. O futuro dos Campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.) **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 380-390.

MIGUEL, Lovois de Andrade et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 14, p. 95-124, mês 2007.

MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

MOLINA, Carlos. Factores que intervienen en las decisiones de adopción de tecnología em ganadero criadores familiares. In: INSTITUTO PLAN AGROPECUARIO (Org.). **Familias y campo**: rescatando estrategias de adaptación. Montevideo, 2009. p. 127-142.

MORAES, María Inés. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios em el Uruguay. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 33, p. 57-79, jul./dez. 2006.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DAMARTINI, Z. de B. F.; TRUZZI, O. (Org.). **Migrações**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCar, 2005. p.159-221.

MONSMA, Karl. Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX. In: HAREES, M. M.; REGUERA, A. **Da Região à Nação**: Relações de escala para uma história comparada: Brasil – Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: OIKOS, 2011. p. 81- 114.

MONSMA, Karl; FERNANDES, Valéria D. Fragile liberty: the enslavement of free people in the Brazil-Uruguay borderlands, 1846-1866. **Luso-Brazilian Review**, 2012. [No prelo].

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione Silva. História Social da Agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, Maringá. v. 1, p. 15-30, 2008.

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

NESKE, Marcio Zamboni. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 195 f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEUMANN, Eduardo. Repensando a fronteira: o lugar das populações indígenas na história rio-platense colonial. In: GUAZELLI, C. A. B. et al. (Org.). **Fronteiras Americanas**: teoria e práticas de pesquisa. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009. p. 21-33.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, M; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008. p. 43-62.

PALMEIRA, Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 203-216.

PEREIRA, Gabriel Langie. Índícios para outra explicação: o movimento de integração econômica entre as regiões do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, 1889-1930. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. Disponível em: <[www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m18t04.pdf](http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m18t04.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.). **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária é compatível com a preservação dos pampas**. 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/027cadernosihuemformacao.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.

PINTO, Anibal Barrios. **Historia de la ganaderia em el Uruguay (1574-1971)**. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1973.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 43-64.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. 1º/09/2011. p.2.

SANDRINI, Gisléia Benini Duarte. **Processo de Inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva de carne**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTANA DO LIVRAMENTO. Relatório da Câmara Municipal. 1858.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. et al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. (Texto para discussão, n. 398).

SBARRA, Noel H. **História Del alambrado em La Argentina**. Buenos Aires: EUDEBA, 1964.

SBARRA, Noel H. **Historia de las aguadas y el molino**. Buenos Aires: La Plata, 1961.

SILVA, Eridiane Lopes da. "Bioma Pampa". In: SEMINÁRIO SULAMERICANO DO BIOMA PAMPA, 1., 2006, Alegrete. **Anais...** 2006. Disponível em: <<http://criadordesites.webservidor.net/Sites/1f9be71e-dd4d-4ecd-8a48-121bd55b105b/service2.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yeda. Região e História Agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 17-26, 1995.

STRECK, Edemar Valdir et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; SILVA, Luís Alberto da. Tchê Pampa: história da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Ed.) **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. p. 42 – 59.

TORRES, J. E. H. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida**: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant´ana do Livramento/RS. 2001. 176 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 233- 245.

VOLKMER, Márcia. Os estrategistas da fronteira: a produção de charque e derivados da carne no oeste do Rio Grande do Sul (1887- 1928). In: GUAZELLI, C. A. B. et al. (Orgs.) **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009. p. 131-169.

WAQUIL, Paulo D.; FILIPPI, Eduardo E. Desigualdades regionais e desempenho diferenciado dos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise a partir de elementos rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Amazônia, mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão**. Rio Branco, SOBER: 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WIKIPÉDIA. **Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense**. 2012. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião\\_do\\_Sudoeste\\_Rio-Grandense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Sudoeste_Rio-Grandense)>. Acesso em 25 ago. 2011.

ZARTH, Paulo A.; GERHARDT Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DO GT HISTÓRIA AGRÁRIA, 2., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2009.

## APÊNDICE A - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO

### **Local de nascimento e moradia:**

- ✓ Onde o(a) senhor(a) nasceu? Localidade.
- ✓ **Se em SL:** em qual parte do município? (Possibilidade de indicar no mapa)
- ✓ O (a) senhor(a) nasceu em casa ou no hospital?
- ✓ Na época do seu nascimento onde sua mãe morava?
- ✓ Na época do seu nascimento onde morava seu pai?
- ✓ Onde a sua família morava? (estância, cidade, chácara própria, etc)
- ✓ Quantos irmãos o(a) senhor(a) tem/teve?

### **Se em outro município perguntar quando veio para SL:**

Como foi que o(a) senhor(a) veio parar em SL?

### **Profissão dos familiares (pai/mãe e avô/avó):**

- ✓ Qual a ocupação do seu pai quando o (a) senhor (a) era criança?
- ✓ Qual a ocupação da sua mãe quando o (a) senhor (a) era criança?
- ✓ Seus pais eram deste município?
- ✓ Se vieram de outro lugar, de onde vieram e quando?
- ✓ Seus avós eram deste município?
- ✓ O senhor sabe quando sua família chegou neste município? (Se os avós eram de SL)
- ✓ E a profissão de seus avós?
- ✓ Perguntas referentes à profissão de ambos:
- ✓ Quais eram as tarefas. Quando eram executadas. Para quem eram executadas. Como era feito o pagamento.
- ✓ Se vários trabalhos, se concentrar mais naqueles ligados à pecuária/atividades rurais: tropeiro, capataz, domador, salador, trabalhador de frigorífico, guarda particular.
- ✓ O (a) senhor(a) tinha irmãos mais velhos. Eles trabalhavam? Qual era a atividade desempenhada por eles?
- ✓ O que formava a renda da sua família (se só o pai trabalhava, quais outras fontes de renda?)

### **Moradia e propriedade da família:**

- ✓ A família tinha alguma propriedade? Qual tipo? Casa na cidade, chácara ou estância.
- ✓ Qual tamanho aproximado do bem de raiz?

### **Período da infância/adolescência:**

- ✓ O (a) senhor (a) ajudava nas tarefas de casa quando criança ou juvenzinho?
- ✓ Quais eram as suas principais atividades? Exemplo: tirar leite, vender leite, cortar lenha, vender lenha. O (a) senhor (a) tinha algum “trabalho fixo”? Ex: caixeiro de comércio, criado na casa de alguém.
- ✓ O (a) senhor (a) freqüentou a escola? Poderia contar um pouco sobre este período. Terminou que série?

**Período referente a fase adulta e profissional:**

- ✓ Quando foi mais ou menos que o (a) senhor(a) começou a trabalhar em atividades típicas de adulto? (trabalho fora da propriedade ou assumiu tarefas/criação dentro da propriedade da família)
- ✓ Perguntas referentes à profissão:
- ✓ Quais eram as tarefas. Quando eram executadas. Para quem eram executadas. Como era feito o pagamento.
- ✓ Se vários trabalhos, se concentrar mais naqueles ligados à pecuária/atividades rurais: tropeiro, capataz, domador, salador, trabalhador de frigorífico, guarda particular.
- ✓ **Se atividade na pecuária/frigorífico:** Poderia contar um pouco como era esta atividade?
- ✓ O (a) senhor (a) já morou em outras localidades? (dentro do município ou em outro município). Como eram estas suas mudanças?

**Atividades de pecuarista:**

- ✓ Como foi que o (a) senhor (a) começou a criar (ou outra etapa)? Em propriedade própria/familiar/na propriedade do patrão?
- ✓ Como foi que o senhor começou a criar nos seus próprios campos (mesmo que seja arrendamento)?
- ✓ Atualmente seu campo é de propriedade própria?

**Informações sobre a região/paisagem/fronteira:**

- ✓ O (a) senhor (a) já atravessou a linha? Vai (ou ia) seguido para a lá?
- ✓ O (a) senhor (a) tem parentes/compadres no Uruguai (Rivera)?
- ✓ Se hoje não houvesse soja, arroz nem outra atividade que não fosse a criação de gado/ovelha, qual a melhor parte do município para se criar a parte das pedras ou do arenito? Poderia me explicar? (rios/tipos de pasto/tipo de solo).
- ✓ O (a) senhor (a) acha que sempre foi assim? Mesmo no tempo dos seus avós? E se fosse no tempo dos seus avós qual seria a melhor parte?



**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS FECHADAS**  
**DADOS GERAIS DA PROPRIEDADE/FAMÍLIA**

**Infraestrutura da habitação:**

**1) Tipo de morada:**

- |                               |                |
|-------------------------------|----------------|
| 1. ( ) Material terminada     | 4- ( ) Madeira |
| 2. ( ) Material não terminada | 5- ( ) Mista   |
| 3. ( ) Outra. Qual? _____     |                |

**2) Benfeitorias:**

- |                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| 1. ( ) Outras casas        | 5 ( ) Galpões    |
| 2. ( ) Cercas              | 6 ( ) Mangueiras |
| 3. ( ) Pocilgas/chiqueiros | 7 ( ) Galinheiro |
| 4. ( ) Outros              |                  |

**3) Acesso a luz elétrica:**

- |                           |               |
|---------------------------|---------------|
| 1. ( ) Rede               | 3 ( ) Não tem |
| 2. ( ) Outra. Qual? _____ | 4 ( ) Gerador |

Desde quando?

Como foi realizada a ligação?

**5) Acesso à água potável:**

- |                              |                  |
|------------------------------|------------------|
| 1. ( ) Poço artesiano/cavado | 4 ( ) Outros     |
| 2. ( ) Rede                  | 5 ( ) Bica/sanga |

Como foi realizada a instalação?

**6) Banheiro:**

- |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| 1. ( ) Banheiro na casa | 3 ( ) Latrina/externo |
| 2. ( ) Não tem          |                       |

**Dados sócios-econômicos:**

**1) Estrutura familiar:**

Quantos membros da família moram na propriedade? \_\_\_\_\_

Relação parentesco	Idade	Escolaridade

**2) Escolaridade:**

**Grau de instrução do entrevistado:**

1. ( ) Não-alfabetizado

2. ( ) Sabe assinar o nome
3. ( ) Fundamental - series iniciais incompleto série: ( )1<sup>a</sup> ( )2<sup>a</sup> ( )3<sup>a</sup> ( )4<sup>a</sup>
4. ( ) Fundamental - series iniciais completo
5. ( ) Fundamental - series finais incompleto ( ) 5<sup>a</sup> ( )6<sup>a</sup> ( ) 7<sup>a</sup> ( ) 8<sup>a</sup>
6. ( ) Fundamental - series finais completo
7. ( ) Ensino médio incompleto ( ) 1<sup>o</sup> ( )2<sup>o</sup> ( )3<sup>o</sup>
8. ( ) Ensino médio completo ( ) 1<sup>o</sup> ( )2<sup>o</sup> ( )3<sup>o</sup>
9. ( ) Ensino técnico incompleto Qual?\_\_\_\_\_
10. ( ) Ensino técnico completo Qual?\_\_\_\_\_
11. ( ) Ensino superior incompleto Curso:\_\_\_\_\_
12. ( ) Ensino superior completo Curso:\_\_\_\_\_

Como o senhor freqüentou a escola?

**Seus filhos freqüentaram a escola?**

1. ( ) Sim
2. ( ) Não

### 3) Saúde:

Quando o senhor ou alguém da família está doente como vocês fazem?

Quando o senhor ou alguém da família está doente como vocês fazem se precisam de um médico?

Onde fica o posto de saúde mais próximo (distância)?

**Como realizam o acesso até o posto?**

- |   |               |
|---|---------------|
| 1. ( ) Carro próprio                                      | 4- ( ) Carona |
| 2. ( ) Cavalos/carroça                                    | 5- ( ) Ônibus |
| 3. ( ) Um trecho de carro/carroça/pé até parada de ônibus | 6- ( ) Pé     |

### 4) Renda:

Quais as fontes de rendas?

1. ( ) Atividades agrícolas da propriedade
2. ( ) Aposentadorias/pensões/aluguel/outros
3. ( ) Trabalho remunerado desenvolvido fora da propriedade.

Qual? Por quem?

### Produção da propriedade:

#### 1) Informações gerais sobre a produção:

Quais as atividades agrícolas que são realizadas na propriedade?

- |                 |                    |
|-----------------|--------------------|
| 1. (..) milho   | 5 ( ) lã de ovelha |
| 2. ( ) feijão   | 6 ( ) batata       |
| 3. ( ) melancia | 7 ( ) outro. qual  |
| 4. ( ) mel      |                    |

Qual é vendida?

- |                 |                    |
|-----------------|--------------------|
| 1. ( ) milho    | 5 ( ) lã de ovelha |
| 2. ( ) feijão   | 6 ( ) batata       |
| 3. ( ) melancia | 7 ( ) outro. qual  |
| 4. ( ) mel      |                    |

**2) Gado - qual destas atividades atualmente o senhor faz?**

1. ( ) Cria
2. ( ) Cria-recria
3. ( ) Recria e terminação
4. ( ) Ciclo completo

**3) Mão de obra:**

Quem trabalha nas atividades agrícolas da propriedade?

- |                   |              |
|-------------------|--------------|
| 1. ( ) Marido     | 4 ( ) Esposa |
| 2. ( ) Nora/genro | 5 ( ) Filhos |
| 3. ( ) Empregado  | 6 ( ) Netos  |

Se tem empregado:

Permanente ( )

Eventual ( )

Qual a maior atividade realizada por este empregado?

**Troca de serviços com os vizinhos:**

- |                               |                |
|-------------------------------|----------------|
| 1. ( ) Não faz                | 4 ( ) Ovinos   |
| 2. ( ) Cercas/infra-estrutura | 5 ( ) Lavouras |
| 3. ( ) Bovinos de corte       | 6 ( ) Outros   |

**4) Qual o tamanho da sua propriedade em hectares?**

\_\_\_\_\_própria                      \_\_\_\_\_arrendada                      \_\_\_\_\_parceria

**5) Quantos animais (gado geral) o senhor tem atualmente na sua propriedade?**

**6) Utiliza pastagem cultivada? Qual?**

**7) Qual a predominância do tipo de pasto:**

1. ( ) Pastagem natural
2. ( ) Pastagem cultivada

**8) Como é o acesso à água para a produção?**

- |                           |                                     |
|---------------------------|-------------------------------------|
| 1. ( ) Açudes             | 4 ( ) Arroios                       |
| 2. ( ) Barragens          | 5 ( ) Vertente/sanga na propriedade |
| 3. ( ) Rio na propriedade |                                     |

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO AO ENTREVISTADO****TERMO DE CONSENTIMENTO (frente)****NOME:** \_\_\_\_\_

Meu nome é Valéria Dorneles Fernandes, sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Realizo mestrado em Desenvolvimento Rural. Estou realizando uma pesquisa referente aos pecuaristas familiares em Santana do Livramento para a elaboração do meu trabalho final: dissertação.

Na minha pesquisa eu gostaria de conhecer um pouco da história de vida dos pecuaristas familiares e suas famílias, e também algumas características da sua propriedade. Para que eu possa ter este conhecimento eu necessito realizar uma entrevista com o(a) senhor(a) perguntando um pouco sobre o lugar onde o(a) senhor(a) nasceu, suas atividades, o que seus pais e avós faziam, quando o(a) senhor(a) casou, por exemplo. Além disso, gostaria de realizar algumas fotografias da sua propriedade e com o(a) senhor(a) e sua família.

A conversa (entrevista) será realizada aqui na sua casa e eu irei gravar, pois não tenho como prestar atenção no senhor e anotar ao mesmo tempo. Irei utilizar apenas uma folha com algumas perguntas escritas para eu não me esquecer na hora. Após a conversa ser gravada, eu escutarei em casa e vou utilizar trechos da sua história para escrever o meu trabalho final, que depois ficará disponível na biblioteca da Universidade. Me comprometo a utilizar os resultados deste trabalho, a entrevista e fotos, somente em reuniões com outros pesquisadores e em revistas ligadas à pesquisadores de universidades.

No meu trabalho escrito o seu nome e sobrenome e de seus familiares podem ser substituídos por um nome inventado. Caso o(a) senhor(a) queira que seu nome apareça ou não, basta o(a) senhor(a) me avisar.

Eu gostaria de esclarecer que eu estou lhe pedindo a participação e contribuição para a elaboração do meu trabalho, o(a) senhor(a) não é obrigado a responder as minhas perguntas e pode desistir ou parar a nossa conversa a qualquer momento. Para que eu possa utilizar a entrevista gravada e as fotografias eu necessito que o(a) senhor(a) me autorize:

- autorizo a publicação do meu nome.**
- não autorizo a publicação do meu nome.**
- autorizo o uso de fotografias da minha propriedade.**
- não autorizo o uso de fotografias da minha propriedade.**

*Entrevistado:* Depois de eu ter sido esclarecido sobre a pesquisa, de como será feita, de que eu posso desistir a qualquer momento, não necessito responder o que eu não quiser e como os resultados serão utilizados, eu concordo em participar desta pesquisa.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Santana do Livramento, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011.**

**(verso)**

Meu endereço de contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR

Av. João Pessoa, 31  
CEP 90040-000  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Telefone: (51) 3308-3281  
Fax: (51) 3308-3458  
E-mail: [pgdr@ufrgs.br](mailto:pgdr@ufrgs.br)  
Site: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/>

## **APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS ABERTAS**

### **Questionário de entrevista ao responsável da Emater/RS- Santana do Livramento.**

1. Quantos pecuaristas familiares existem no município conforme dados da Emater? Caso não tenha o número absoluto, poderia ser estimado.
2. Poderia fornecer dados quanto a distribuição fundiária destes pecuaristas no município?
3. Onde estão mais concentrados os PF conforme as regiões do mapa elaborado pela EMATER?
4. Qual a principal fonte de renda destes pecuaristas?
5. Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas por eles?
6. Todos participam dos projetos da EMATER?
7. Considerando as duas grandes regiões do município, qual das duas poderia ser considerada a de melhor região agroecológica para a criação de gado? Por quê?
8. Esta mesma consideração poderia ser aplicada ao século XIX, quando ainda não havia outros sistemas de produção no município tão significativos como atualmente? Por quê?

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO

**NOME:** \_\_\_\_\_

Meu nome é Valéria Dorneles Fernandes, sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Realizo mestrado em Desenvolvimento Rural. Estou realizando uma pesquisa referente aos pecuaristas familiares em Santana do Livramento para a elaboração do meu trabalho final: dissertação.

Na minha pesquisa eu gostaria de conhecer um pouco da história de vida dos pecuaristas familiares e suas famílias. Além das entrevistas realizadas com os pecuaristas gostaria de obter algumas informações complementares referente ao tema e à pecuária do município. Solicito a sua participação e contribuição para a elaboração do meu trabalho, respondendo a um pequeno questionário elaborado para este fim. Você não é obrigado (a) a participar ou responder a todas as perguntas, podendo desistir de respondê-las a qualquer momento.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na elaboração da minha dissertação e possíveis apresentações em encontros de pesquisadores, bem como possíveis publicações em revistas de cunho acadêmico.

Para que eu possa utilizar os dados obtidos, necessito que você concorde em participar e autorizar o uso das informações que recebi a partir deste questionário. Posso ou não publicar o seu nome, no entanto não posso deixar de publicar a entidade e cargo da pessoa que me forneceu as informações.

**autorizo a publicação do meu nome.**

**não autorizo a publicação do meu nome, apenas o cargo e a entidade (EMATER).**

*Entrevistado:* Depois de eu ter sido esclarecido sobre a pesquisa, de como será feita, de que eu posso desistir a qualquer momento, não necessito responder o que eu não quiser e como os resultados serão utilizados, eu concordo em participar desta pesquisa.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Santana do Livramento, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011.**

Meu endereço de contato: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR

Av. João Pessoa, 31

CEP 90040-000

Porto Alegre - RS - Brasil

Telefone: (51) 3308-3281

E-mail: [pgdr@ufrgs.br](mailto:pgdr@ufrgs.br)

Site: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/>

**APÊNCICE F - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS DOS PROCESSOS,  
ADAPTADO DE MONSMA, 2005.**

DESCRIÇÃO DO PROCESSO VALÉRIA (VERSÃO DE 05-2011)

Caixa: \_\_\_\_\_ Número do processo: \_\_\_\_\_ USAR   
 Data da autuação: \_\_\_\_\_ Data do evento: \_\_\_\_\_  
 Hora do evento: \_\_\_\_\_ Período do evento: \_\_\_\_\_  
 Lugar do evento: \_\_\_\_\_ Lugar cod.   
 Evento (crime): [resumo do evento]

Evento principal cod.:  Outros eventos: \_\_\_\_\_  
 Número de réus: \_\_\_\_\_ Número de vítimas: \_\_\_\_\_  
 Observação: \_\_\_\_\_

**Réu descrição**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Sexo: Cod:  Idade: \_\_\_\_\_ Etnicidade: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade Cod:   
 Nacionalidade cod:   
 Cor: \_\_\_\_\_ Cod:  Escravo? \_\_\_\_\_ Cod:   
 Estado civil: \_\_\_\_\_ Cod:  Alfabetizado? \_\_\_\_\_ Cod:   
 Profissão: \_\_\_\_\_ Profissão Cod:   
 Onde mora? \_\_\_\_\_  
 Tempo mora neste lugar? \_\_\_\_\_  
 Relação com a vítima: \_\_\_\_\_  
 Acusação principal Cod:  Tem Filhos? Quantos?   
 Nome do pai: \_\_\_\_\_ Nome da mãe: \_\_\_\_\_

**Vítima descrição**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Sexo: Cod:  Idade: \_\_\_\_\_ Etnicidade: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade Cod:   
 Nacionalidade cod:   
 Cor: \_\_\_\_\_ Cod:  Escravo? \_\_\_\_\_ Cod:   
 Estado civil: \_\_\_\_\_ Cod:  Alfabetizado? \_\_\_\_\_ Cod:   
 Profissão: \_\_\_\_\_ Profissão Cod:   
 Onde mora? \_\_\_\_\_  
 Tempo mora neste lugar? \_\_\_\_\_



## APÊNCICE G - BANCO DE DADOS INVENTÁRIOS

The screenshot shows a Microsoft Access form titled 'INVENTÁRIOS\_val'. The form is divided into several sections with the following data:

Fundo:	Santana do Livramento	T_esc_cr:	0
Subfundo:	Vara de Família	T_esc_ad:	0
Número da caixa:	772	Tafonas:	0
Número do processo:	772/308	Moinho de mão/corda:	0
Ano:	1879	Machado:	0
Inventariado:	Florencio Teixeira de Mello	Enxada:	0
Inventariante:	Maria Ricarda de Mello	Arado/ferro de arado:	0
Observações:		Foice de trigo:	0
Reses de Criar:	17	Outros inst_agricolas:	0
Novilho:	0	carreta:	2
Bois mansos:	0	Ma-esticar arame_aram_outr:	1
Outros vacunos:	0	Campo:	1
Cavaleares:	52	casa cidade_comercio:	0
Burros/mulas:	0	Campo em outra região:	0
Ovelhas:	150	bens de raiz descritivo:	Quatro quadras, mais ou menos, de sesmaria de campo sito no 2º distrito deste termo. no lugar denominado Uamorotim e
T_esc_M:	0		
T_esc_F:	0		

At the bottom of the form, it indicates 'Registro: 1 de 103' and 'Sem Filtro'.

Fonte: Elaboração da autora.

Obs.: As respectivas categorias significam:

T\_esc\_M: Total de escravos masculinos.

T\_esc\_F: Total de escravos femininos.

T\_esc\_cr: Total de escravos crianças.

T\_esc\_ad: Total de escravos adultos.

Para as categorias *Campo*, *Casa na cidade ou de comércio* e *Campo em outra região*: 1 significa SIM e 0 significa Não.

## APÊNCICE H – Categorias de animais observadas nos inventários

Como pode ser verificado no quadro abaixo, as colunas referentes aos anos indicam a quantidade de referências desta nomenclatura utilizadas pelos avaliadores dos bens. Não se refere à quantidade de animais.

Quadro 8 – Critérios para formação das categorias de tipos de animais.

Referência em anos Categoria de animais	1859-61	1869-71	1879-81
	<b>CATEGORIA RESES DE CRIAR</b>		
Reses de criar	23	33	12
Reses de criar xucras	3	4	0
Reses de criar mansas	6	2	1
<b>CATEGORIA NOVILHO</b>			
Novilho	7	2	1
Novilhos xucros	0	1	0
Novilho de invernar	0	1	1
<b>CATEGORIA BOIS MANSOS</b>			
Bois mansos	21	24	11
Tambeiros	1	1	0
<b>CATEGORIA OUTROS VACUNOS</b>			
Vacas mansas	1	1	0
Touro	1	0	0
Vacas de invernar	0	1	1
<b>CATEGORIA CAVALARES</b>			
Cavalos	7	17	1
Cavalos mansos	20	20	6
Redomão	1	1	0
Cavalos ordinários	0	0	1
Cavalares de criar	1	0	0
Cavalares	0	0	3
Égua	11	14	8
Éguas mansas	1	0	0
Éguas de criar	0	2	0
Égua madrinha	0	1	0
Égua xucra	2	8	2
Potros	9	13	4
Potros capões	0	1	0
Petiço	0	1	0
<b>CATEGORIA BURROS/MULAS</b>			
Burros	4	3	1
Mulas	4	4	2
Mulas mansas	0	2	0
Mulas xucras	1	2	0

Fonte: elaboração da autora.